

Universidade do Vale do Paraíba  
Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento  
Programa de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional

Cíntia Fabíola Mota Alves

**AS BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS COMO TERRITÓRIOS SÓCIO-POLÍTICOS:  
ESTUDO DE CASO EM DOIS BAIROS PERIFÉRICOS DAS CIDADES DE SÃO  
JOSÉ DOS CAMPOS E JACAREÍ – SP**

São José dos Campos  
2023

Cíntia Fabíola Mota Alves

**AS BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS COMO TERRITÓRIOS SÓCIO-POLÍTICOS:  
ESTUDO DE CASO EM DOIS BAIROS PERIFÉRICOS DAS CIDADES DE SÃO  
JOSÉ DOS CAMPOS E JACAREÍ - SP**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba, como complementação dos créditos necessários para obtenção do grau de mestre em Planejamento Urbano e Regional.

**Orientadora:** Profa. Dra. Fabiana Felix do Amaral e Silva

**Coorientadora:** Profa. Dra. Maria Aparecida C. R. Papali

São José dos Campos  
2023

## TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE DIVULGAÇÃO DA OBRA

### Ficha catalográfica

Alves, Cintia Fabiola Mota

As bibliotecas comunitárias como territórios sócio-políticos : estudo de caso em dois bairros periféricos das cidades de São José dos Campos e Jacareí – SP. / Cintia Fabiola Mota Alves; orientadora, Fabiana Felix do Amaral e Silva; co-orientadora Maria Aparecida C. R. Papali. – São José dos Campos, SP, 2023.

1 CD-ROM, 140 p.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) – Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional.

Inclui referências

1. Planejamento Urbano e Regional. 2. Bibliotecas comunitárias. 3. Equipamentos públicos. 4. Cultura periférica. 5. Coletivos de cultura. I. Silva, Fabiana Felix do Amaral e, orient. II. Papali, Maria Aparecida C. R., co-orient. III. Universidade do Vale do Paraíba. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. IV. Título.

Eu, Cintia Fabiola Mota Alves, autor(a) da obra acima referenciada:

Autorizo a divulgação total ou parcial da obra impressa, digital ou fixada em outro tipo de mídia, bem como, a sua reprodução total ou parcial, devendo o usuário da reprodução atribuir os créditos ao autor da obra, citando a fonte.

Declaro, para todos os fins e efeitos de direito, que o Trabalho foi elaborado respeitando os princípios da moral e da ética e não violou qualquer direito de propriedade intelectual sob pena de responder civil, criminal, ética e profissionalmente por meus atos.

São José dos Campos, 3 de Abril de 2023.

*Cintia*

---

Autor(a) da Obra

**CINTIA FABIOLA MOTA ALVES**

**“AS BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS COMO TERRITÓRIOS SÓCIO-POLÍTICOS: ESTUDO DE CASO EM DOIS BAIRROS PERIFÉRICOS DAS CIDADES DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS E JACAREÍ, SP.”**

Dissertação aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre, do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento da Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, SP, pela seguinte banca examinadora:

Prof.ª Dr.ª Fabiana Felix do Amaral e Silva	<i>Fabiana Felix do Amaral e Silva</i>
Prof.ª Dr.ª Maria Aparecida C. Ribeiro Papali	<i>Maria Aparecida Chaves Ribeiro Papali</i>
Prof.ª Dr.ª Lidiane Maria Maciel	<i>Lidiane Maria Maciel</i>
Prof. Dr. Moacir José dos Santos	<i>Moacir José dos Santos</i>

Prof.ª Dr.ª Lúcia Vieira

Diretora do IP&D – Univap

São José dos Campos, 02 de março 2023.

## **DEDICATÓRIA**

À minha família e a todos que me apoiaram e encorajaram em cada etapa desta pesquisa. E também, a todos que acreditam no poder transformador das bibliotecas públicas e comunitárias, e lutam por uma educação e cultura acessíveis e de qualidade em nosso país.

## AGRADECIMENTOS

À Universidade do Vale do Paraíba, que me proporcionou a bolsa de estudo para eu fazer o mestrado.

Às minhas orientadoras, que me proporcionaram a experiência de apresentar um artigo em congresso e falar de um tema pouco pensado: Fabiana Felix do Amaral e Silva, que, a princípio, era apenas minha orientadora, tornando-se uma amiga no decorrer do mestrado e com quem aprendi muito nas aulas de estágio docência; à professora Maria Aparecida Papali, minha coorientadora, que me auxiliou com seu conhecimento tão importante para este trabalho.

Às professoras Lidiane Maciel e Elizabeth Kobayashi por agregarem seus conhecimentos ao meu trabalho e participarem da Banca de Qualificação.

Às professoras Cilene e Adriane, que, em conversa informal, ajudaram-me a pensar em como a biblioteca poderia se relacionar com o território.

Ao meu esposo e minha família, que me deram suporte, ajudaram-me e tiveram paciência neste momento de dedicação exclusiva à pesquisa.

Aos meus amigos: Rúbia, que me incentivou a continuar os estudos e a fazer mestrado desde que iniciei a carreira na UNIVAP; Daniel, que sempre me encorajou e me fez perceber que falar sobre biblioteca também faz parte do Planejamento Urbano, além de me ensinar a trabalhar com o *software* QGIS para elaborar os mapas, elaborando-os comigo; André, que me acompanhou na entrevista no bairro Pedramar; Joyce (mesmo que de longe), que me encorajou e me deu forças dizendo que estava no caminho certo e que meu trabalho é importante.

Às pessoas, que entrevistei, pois, sem elas, não seria possível realizar esta pesquisa com tamanha precisão.

A todos que, de alguma forma, auxiliaram-me e acreditaram que a biblioteca pode transformar a sociedade.

## RESUMO

A pesquisa propõe o estudo das bibliotecas comunitárias e o seu papel como espaço cultural, político, educacional e social capaz de contribuir para debater a atuação das bibliotecas públicas, as quais, alinhadas à percepção do conhecimento erudito e letrado e de uma política de cunho assistencialista, promovem ações deslocadas das realidades dos territórios. As bibliotecas comunitárias estão localizadas em áreas periféricas, onde os serviços prestados pelos equipamentos públicos são escassos ou mesmo inexistentes e, quando eles existem, as ações e projetos ainda estão embasados na dimensão clássica da produção do conhecimento. As bibliotecas comunitárias, juntamente com coletivos de cultura, criam alternativas para produzir cultura, educação e informação baseadas nas dimensões de suas territorialidades, criando ações de r-existência que criticam a forma desigual proposta pelo Estado e ressignificam o território por meio de uma nova organização social, assim contrapondo o perfil de periferia da exclusão vivida pela população local. Neste sentido, o trabalho objetiva analisar as experiências das bibliotecas comunitárias no território em relação à atuação das bibliotecas públicas por meio das políticas e/ou projetos sociais, culturais e educacionais desenvolvidos pelos equipamentos e avaliar como estas ações atendem às necessidades reais da comunidade e como impactam no território. Como recorte de estudo, analisaram-se as bibliotecas públicas e duas experiências de bibliotecas comunitárias das cidades de São José dos Campos e Jacareí, localizadas na Região Metropolitana do Vale do Paraíba. A escolha se deu pela proximidade territorial e as relações intraurbanas das cidades e por poder avaliar as similitudes e diferenças entre as experiências das bibliotecas nas duas localidades. A pesquisa é de natureza qualitativa e as metodologias utilizadas foram: levantamento bibliográfico, cartografia para mapear e localizar as bibliotecas estudadas, entrevista aplicada aos gestores das bibliotecas públicas e comunitárias, sistematização de experiências realizada com gestores e apoiadores das bibliotecas comunitárias e dos coletivos de cultura que trabalham e atuam de modo coletivo. A pesquisa realizada junto aos grupos por fim analisou as experiências e ações desenvolvidas por eles com o intuito de levantar as dimensões culturais e os impactos sociopolíticos no território em que estão inseridas. As reflexões sobre essas experiências comunitárias podem contribuir não só para o campo do planejamento urbano ao refletirem sobre as contrariedades desses territórios periféricos e as suas reais necessidades, bem como promover novos usos, apropriações e percepções que criam novas territorialidades capazes de tencionar a percepção do planejamento urbano convencional e abrir a reflexão no campo das políticas culturais e educacionais ao mostrar quais os alcances e desafios devem ter os equipamentos públicos e, no caso de estudo das bibliotecas, para garantir sua função de promover e garantir o direito à educação e à cultura para todos. Ao sistematizar as experiências e vivências conjuntamente com os grupos envolvidos, demonstrou-se a importância dessas ações para o território e para a comunidade envolvida, pois elas têm promovido: processos contínuos de reflexões sobre as precariedades vivenciadas, espaços de formação sociopolítica e cultural, fomento da cultura periférica, rodas de apoio e solidariedade ativas, entre outras experiências e vivências que têm reescrito as histórias de vida nestas territorialidades.

**Palavras-chave:** bibliotecas comunitárias; equipamentos públicos; coletivos de cultura; dimensões culturais; impactos sociopolíticos; território periférico; cultura periférica.

## **The Community libraries as socio-political impacts territories: a case study in two peripheral neighborhoods of the cities São José dos Campos and Jacareí-SP**

### ***ABSTRACT***

The research proposes the study of community libraries and their role as a cultural, political, educational, and social space capable to contribute to debate the performance of public libraries, which, aligned with the perception of erudite and literate knowledge and a welfare policy, promote actions displaced from the realities of the territories. Community libraries are located in peripheral areas, where services provided by public equipment are scarce or even non-existent and, when they exist, actions and projects are still based on the classical dimension of knowledge production. Community libraries, together with culture collectives, create alternatives to produce culture, education and information based on the dimensions of their territoriality, creating actions of re-existence which criticize the unequal form proposed by the State and re-signify the territory through a new social organization, thus opposing the periphery profile of the exclusion experienced by the local population. In this sense, the study aims to analyze the experiences of community libraries in the territory in relation to the performance of public libraries through policies and/or social, cultural, and educational projects developed by the equipment and evaluate how these actions meet the real needs of the community and how impact on the territory. As part of the study, public libraries and two experiences of community libraries in the cities of São José dos Campos and Jacareí, located in the Metropolitan Region of Vale do Paraíba, were analyzed. The choice was due to the territorial proximity and intra-urban relations of the cities and to be able to evaluate the similarities and differences between the experiences of libraries in both locations. The research is of a qualitative nature and the methodologies used were: bibliographical survey, cartography to map and locate the libraries studied, interview applied to managers of public and community libraries, systematization of experience carried out with managers and supporters of community libraries and culture collectives who work and act collectively. The research carried out with the groups finally analyzed the experiences and actions developed by them in order to raise the cultural dimensions and the socio-political impacts in the territory in which they are inserted. Reflections on these community experiences can contribute not only to the field of urban planning by reflecting on the setbacks of these peripheral areas and their real needs, as well as promoting new uses, appropriations and perceptions which create new territorialities capable of putting pressure on the perception of urban and conventional planning and open up reflection in the field of cultural and educational policies by showing the scope and challenges public equipment should have and, in the case of libraries, to guarantee their function of promoting and guaranteeing the right to education and culture for all. By systematizing the experiences together with groups involved, the importance of these actions for the territory and for the community involved was demonstrated, as they have promote continuous processes of reflection on the precariousness experienced, spaces for sociopolitical and cultural formation, promotion peripheral culture, active support circles and solidarity, among other experiences which have rewritten the stories of life in these territorialities.

**Keywords:** Community libraries; public facilities; cultural collectives; cultural dimensions; Sociopolitical impacts; peripheral territory; peripheral culture.



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Movimentos sociais em São José dos Campos .....	75
Quadro 2 – Movimentos Sociais em Jacareí.....	75
<i>Quadro 3</i> – Informações sobre os bairros onde estão as bibliotecas.....	82
Quadro 4 - Atividades do Quilombo Abayomi que trabalham novas territorialidades nas comunidades .....	110
Quadro 5 - Atividades do Cultura no Morro e da Biblioteca LPC que trabalham novas territorialidades nas comunidades.....	111

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização dos coletivos no Vale do Paraíba .....	74
Figura 2 - Mapa com a localização geográfica das bibliotecas públicas e comunitárias. .....	78
Figura 3 - Mapa com a quantidade de pessoas alfabetizadas acima de 15 anos .....	80
Figura 4 - Mapa identificando a idade média em 2010.....	81
Figura 5 - Mapa identificando o salário mínimo em 2010.....	81
Figura 6 - Localização do Bairro em relação a região central da cidade.....	94
Figura 7 - Biblioteca Carolina Maria de Jesus.....	95
Figura 8 - Distância da Biblioteca Ler Para Crescer até a Biblioteca Pública da cidade. .....	97
Figura 9 - Biblioteca <i>Ler Para Crescer</i> .....	98
Figura 10 - Dinâmica de sistematização de experiências. ....	112

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO .....	13
2	METODOLOGIA E TÉCNICAS DE PESQUISA.....	20
3	CULTURA E SUAS TERRITORIALIDADES.....	29
3.1	As Teorias Culturais .....	29
3.2	As Políticas Culturais e suas Territorialidades.....	33
3.3	Território e Territorialidades .....	39
3.4	A Cultura Periférica como espaço de disputa, resistência e proposição.	45
4	BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS COMO TERRITÓRIO SOCIOPOLÍTICO ..	53
4.1	As Bibliotecas e suas dimensões no decorrer da história .....	53
4.2	Bibliotecas Comunitárias, seu surgimento e ações .....	55
4.3	Biblioteca Comunitária como territórios sociopolíticos.....	60
5	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS E JACAREÍ E O DEBATE DA CULTURA E SUAS TERRITORIALIDADES .....	65
5.1	Panorama histórico-territorial e cultural das cidades em estudo: um breve relato sobre São José dos Campos e Jacareí.....	65
5.2	As políticas culturais e suas perspectivas territoriais nas cidades de São José dos Campos e Jacareí.....	68
5.2.1	<i>O cenário da cultura periférica e popular nas duas cidades .....</i>	<i>73</i>
6	BIBLIOTECAS: AÇÕES E TERRITORIALIDADES EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS E JACAREÍ.....	77
6.1	Mapeamento das Bibliotecas Públicas e Comunitárias nas cidades de São José dos Campos e Jacareí.....	77
6.2	Bibliotecas Públicas, seus projetos e ações nos territórios .....	82
6.2.1	<i>Biblioteca Pública de São José dos Campos.....</i>	<i>83</i>
6.2.2	<i>Biblioteca Pública de Jacareí .....</i>	<i>86</i>
7	ESTUDO DE CASO: A DIMENSÃO SOCIOPOLÍTICA DAS BIBLIOTECAS E AÇÕES COMUNITÁRIAS .....	92
7.1	Histórico da formação e a sua relação com o território.....	92
7.1.1	<i>Quilombo Abayomi e a Biblioteca Carolina Maria de Jesus .....</i>	<i>92</i>
7.1.2	<i>Cultura no Morro e Biblioteca Ler Para Crescer .....</i>	<i>96</i>
7.2	Vínculo Comunitário .....	100
7.3	Espaço de formação sociopolítica .....	102
7.4	Ausência do Estado e as estratégias de r-existência/ sobrevivência.....	105
7.5	Ações e as potências das novas territorialidades.....	109
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	114
	REFERÊNCIAS .....	119
	ANEXO A - APROVAÇÃO COMITÊ DE ÉTICA .....	134
	APÊNDICE A - QUESTÕES PARA A ENTREVISTA .....	141

## APRESENTAÇÃO

Formada em Biblioteconomia e amante pelas bibliotecas!

Quando eu iniciei minha carreira na área de biblioteconomia, tinha em mente trabalhar na área de inteligência competitiva, ajudar na busca por informações para auxiliar no desenvolvimento e construção de produtos, mas, durante a faculdade, o percurso foi mostrando-me outra área, a da Biblioteca Universitária, Escolar. Assim, trabalho nessa área desde então, totalizando 13 anos.

Conheci muitas pessoas nesse caminho e trabalhei em algumas bibliotecas universitárias, dentre as quais, encontro-me hoje trabalhando na Universidade do Vale do Paraíba.

Trabalhando nessa universidade, tive a oportunidade, em 2018, de participar de um encontro de Bibliotecas Públicas, Universitárias e Escolares, o que deu início à ideia de eu cursar um mestrado a partir da questão: que ações as Bibliotecas Públicas proporcionam para a população de sua cidade, que vai além dos livros?

Conversando sobre o tema com colegas na época, os quais hoje se tornaram grandes amigos e me fizeram instigar a pensar que essas ações no território são uma forma de fazer o Planejamento Urbano, que é uma área multidisciplinar e possível de se relacionar à área das Bibliotecas.

Então, fui percebendo, por meio da minha experiência como bibliotecária, que as Bibliotecas Públicas não conseguem suprir as necessidades informacionais, culturais e educacionais da população por diferentes fatores. Aos poucos, também fui notando a existência de Bibliotecas Comunitárias como um espaço que busca, de uma forma diferente, levar cultura, informação e educação para a população habitante em áreas periféricas.

Como eu sempre quis fazer um mestrado voltado para a área da biblioteca, vi, no Planejamento Urbano, uma oportunidade de mostrar algo diferente, um assunto pouco pensado na cidade, a Biblioteca.

Iniciei os estudos no ano de 2021 com muitos desafios, pois era o auge da pandemia vivida mundialmente e eu estava grávida da minha doce Cecília, mas não pensei duas vezes e aceitei o que Deus propôs para mim. Foi um

período de adaptações, porque eu trabalhava, tinha aulas em modo remoto e, logo, ocorreu o nascimento da pequena.

Em 2022, houve mais desafios: escrever e postar o trabalho para o Comitê de Ética para, só então, começar a colocar em prática as entrevistas. Isso não foi simples, visto que foi preciso solicitar carta de anuência para as prefeituras, mas uma delas demorou muito para conceder tal carta, o que atrasou ter o parecer aprovado pelo comitê. No mês de julho, aproveitei o período de férias do trabalho para realizar as entrevistas que só foram possíveis finalizar no ano de 2023 devido às agendas.

Outro momento desafiador para mim foi escrever um artigo, mas isso me fez sentir realizada quando foi aprovado e eu soube que iria apresentá-lo em um Congresso.

Hoje sinto que consegui cumprir o meu propósito de colocar minha pesquisa em prática e deixá-la aqui para outras pessoas que tenham interesse pelo tema.

Acredito que esta pesquisa possa estimular discussões e aprofundar reflexões no campo do Planejamento Urbano e oferecer uma contribuição relevante para a compreensão das relações entre as atividades educacionais, culturais e a importância do planejamento do território.

## 1 INTRODUÇÃO

Os equipamentos públicos de cultura, muitas vezes por apresentarem uma perspectiva de ação assistencialista, não atendem às reais necessidades locais, tendo-se como um problema clássico o distanciamento entre suas ações e as realidades dos territórios. Sabe-se, contudo, que esse processo não acontece de forma homogênea com todos os equipamentos, já que algumas políticas públicas conseguem desempenhar o seu papel além do assistencialismo e atendem às necessidades da comunidade.

Nesse sentido, cabe aqui observar quais são as lacunas presentes nas relações das políticas públicas voltadas para equipamentos de cultura com foco nas bibliotecas e as reais demandas dos territórios.

A biblioteca como hoje se conhece passou por um processo gradativo de mudanças com o passar dos séculos. No início de sua história, as primeiras bibliotecas apresentavam um caráter particular de serem iniciativas de grupos específicos, como imperadores, reis e a própria Igreja, que organizavam acervos que atendessem às suas necessidades (MILANESI, 1983).

A partir do século XV, as bibliotecas modificaram sua estrutura e natureza, passando a ser extremamente relevantes a partir da invenção da imprensa de Gutenberg (SERRAI, 1975). As bibliotecas deixam de ser administradas por religiosos e, aos poucos, tornaram-se locais públicos, de fácil acesso e propagaram-se pelo mundo (BURKE, 2003).

As grandes revoluções sociais ocorridas no século XX contribuíram para mudanças na área social, incluindo as bibliotecas, já que “as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades” (HALL, 2006, p. 9). Segundo Santa Anna (2015), a revolução tecnológica e o *boom* na produção bibliográfica auxiliaram para o rompimento dos velhos paradigmas e proporcionaram, assim, novas concepções sobre o conhecimento, criando uma nova identidade para as bibliotecas na sociedade.

Observando algumas mudanças ao longo do processo histórico em relação ao papel e à atuação das bibliotecas públicas no território enquanto equipamento público cultural, surgiram alguns pontos a serem levantados quanto ao desempenho desses equipamentos, tais como: as bibliotecas públicas em relação às suas perspectivas e visão sobre a cultura alcançam as demandas das dinâmicas sociais em suas

diversidades? Enquanto equipamento público, as bibliotecas públicas atendem às demandas da sociedade e como estão elas localizadas no território? Ao pensar nos projetos/ações, como esses equipamentos dialogam com as demandas do território? Há projetos em desenvolvimento? Quais? Como esses projetos/ações impactam no território e suprem as necessidades dos cidadãos?

A realidade das bibliotecas públicas brasileiras tem, desde seu início, um caráter elitista, atendendo às necessidades de uma pequena parcela da população e excluindo os que realmente precisam dela, ou seja, defende o caráter público, mas exclui a comunidade em geral, a qual acaba não reconhecendo a biblioteca e seu papel transformador na sociedade. Assim, Cavalcante (2016, p. 40) destaca que:

para obter informação nessa sociedade marcada pela desigualdade, em que o acesso à informação registrada em um país no qual o valor do livro é elevado, a biblioteca pública pode ser esse espaço voltado para suprir essas necessidades informacionais da sociedade por ter um caráter educacional, cultural e social. No entanto, torna-se necessário que sejam bem equipadas com um acervo de qualidade e disponibilize recursos informacionais condizentes para suprir a necessidade da clientela assistida.

Segundo Suaiden (2000, p. 52), as bibliotecas geralmente eram “locais improvisados, acervo desatualizado e composto de doações, instalações precárias, carências de recursos humanos adequados”, o que evidencia a falta de investimento por parte dos governos para melhoria dos espaços e serviços prestados.

Dentre outros elementos de relevância na análise da estrutura dos equipamentos públicos, citam-se não só uma perspectiva assistencialista em relação à cultura e à educação, bem como a concentração de equipamentos culturais tais como teatro, museus, centros culturais em áreas centrais para grupos sociais privilegiados.

Já conforme Ferreira (2019), as cidades brasileiras convivem com um paradoxo, visto que, ao mesmo tempo em que são centros de intensa atividade econômica e impulsionadoras de uma economia em rápida globalização, são exemplos visíveis da pobreza e das lacunas de infraestrutura social e urbana que caracterizam a urbanização da periferia dessas cidades. Como forma de criar novas territorialidades surgem, nesses lugares de exclusão, ações comunitárias promovidas por organizações sociais e/ou movimentos sociais com a proposta de melhorar a qualidade de vida. São exemplos dessas propostas: hortas comunitárias, atividades

culturais e educacionais conjuntas com os moradores, Oficinas de Grafite (SANTOS; GUIMARÃES; LIMA, 2022), bem como a experiência de bibliotecas comunitárias.

Entende-se, portanto, que o surgimento das bibliotecas comunitárias em regiões periféricas está associado ao quadro de exclusão que essas vivenciam pela ausência de equipamentos e políticas públicas de incentivo à cultura e à educação. Para tal, parte-se da percepção inicial de que as experiências coletivas presentes nas bibliotecas comunitárias vão além da reivindicação do acesso à leitura e à informação ao promoverem um espaço de fortalecimento comunitário capaz de oferecer um entendimento das contrariedades desse território e de suas reais necessidades.

De acordo com Machado e Vergueiro (2010, p. 6), a diferença entre a biblioteca pública e a comunitária é que a última é criada pela comunidade, mas não para ela, de modo a combater:

a exclusão informacional como forma de luta pela igualdade e justiça social; processo de articulação local e forte vínculo com a comunidade; a referência espacial: em geral, localizadas em regiões periféricas; e o fato de não serem instituições governamentais, ou vinculação direta aos Municípios, Estados ou Federação.

Assim sendo, as Bibliotecas Comunitárias têm-se configurado como espaços de resistência e de luta da comunidade, a qual, por meio de ações solidárias, afirmativas e de formação social, busca romper com processos de precariedade, violência e ausência de políticas públicas, pois, na visão de Fernandez, Machado e Rosa (2018, p. 15):

O impacto dessas iniciativas em seus territórios colabora para subsidiar decisões daqueles que são os responsáveis pela construção de políticas públicas de cultura no Estado e daqueles que buscam investir em formação de leitores no país, em favor do reconhecimento da relevância da ação cultural realizada pelo conjunto das bibliotecas comunitárias no Brasil.

O recorte geográfico proposto neste trabalho foi o de avaliação e exame das bibliotecas comunitárias em relação às ações das bibliotecas públicas das cidades de São José dos Campos - SP e Jacareí – SP, localizadas na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte. Tal escolha se deu a partir de dois elementos-chave: o primeiro está relacionado à proximidade territorial e regional e às relações intraurbanas existentes entre as cidades; o segundo é de ordem analítica pois



pretende-se avaliar as similitudes e as diferenças entre as experiências das bibliotecas comunitárias e públicas nas duas localidades.

Optou-se por não aprofundar sobre os processos históricos e as dinâmicas sociourbanas das cidades, no entanto, ao abordar as territorialidades sociopolíticas das experiências em análise, evidenciam-se as desigualdades socioespaciais e coloca-se em debate a ausência de políticas públicas que atendam às reais demandas das localidades.

Ao propor, portanto, analisar as experiências desenvolvidas pelas bibliotecas comunitárias em seus territórios em relação à atuação das bibliotecas públicas, esta pesquisa pretende contribuir para o campo do planejamento urbano e das políticas públicas culturais ao levantar a importância do reconhecimento das reais demandas e percepções da comunidade e de seus territórios para que efetive sua dimensão pública de exercer e fortalecer a produção e a disseminação do conhecimento.

Foi possível perceber acerca das bibliotecas públicas do recorte de estudo que há uma centralização territorial destes equipamentos, bem como a prevalência de ações e de projetos ainda embasados na dimensão clássica da produção do conhecimento e distantes das dinâmicas sociais presentes nessas realidades. Em contraponto, observou-se o surgimento de algumas experiências de bibliotecas comunitárias que promovem, em seus territórios, ações que atendem às demandas de cunhos cultural, social e educacional presentes em seus territórios, ações estas que não são supridas por meio das bibliotecas públicas.

Nesse sentido, esta pesquisa realizou um estudo sobre as ações das bibliotecas comunitárias em relação às bibliotecas públicas a partir da categoria de territorialidades sociopolíticas que agrega as dimensões de cultura e de território. Acredita-se que as experiências das bibliotecas comunitárias em seus territórios tragam percepções que não só confrontam as dimensões convencionais sobre a periferia (lugar de violência e pobreza), bem como valorizam as expressões culturais periféricas em contraponto a uma perspectiva de cultura que segrega e não está aberta à diversidade.

Ao abordar as dinâmicas presentes nos territórios periféricos com foco na inter-relação das dimensões de cultura e território, elege-se a abordagem das microrrelações. Para tanto, apoia-se a presente dissertação em renomados autores acerca do estudo sobre território e territorialidades (HAESBAERT, 2004a; SAQUET, 2007; SALVADOR, 2009; SOUZA, 2021; FERNANDES, 2021; HAESBAERT;

LIMONAD, 1999), como também das abordagens sobre periferia e culturas periféricas (SILVEIRA, 2007; GARCÍA CANCLINI, 1983; ESCOBAR, 2017; SILVA; MACIEL, 2021; ZIBECHI, 2007; 2015; SILVA; OLIVEIRA, 2017; GARCÍA CANCLINI; RONCAGLILOLO, 1988; D'ANDREA, 2013).

O território, na visão de Haesbaert (2004a), é múltiplo, havendo uma variedade do controle territorial que, por consequência, apresenta diferentes níveis de intensidade, já que ele é construído com a movimentação das pessoas, enquanto Saquet (2007) destaca que o território é definido por meio de conflitos e interesses culturais e econômicos, sendo aqui que o indivíduo tem experiências relacionadas à natureza, cultura, política, economia, identidade e representação coletiva. Para se entender as relações existentes nesse ambiente, é necessário, portanto, analisar e observar esse território por diferentes aspectos.

Em termos de perguntas-chave, questiona-se não apenas como as ações das bibliotecas comunitárias, ao levantar as dimensões sociocultural-espaciais, podem tensionar aspectos das ações do planejamento urbano apresentadas descoladas das reais dinâmicas e demandas sociais das cidades em estudo, mas também como as mesmas experiências podem contribuir para repensar as políticas culturais ao trazer a dimensão do território e das territorialidades em suas ações?

Para isso, a pesquisa apresenta as relações e tensões entre as dimensões culturais e territoriais ao trazer para o debate do planejamento urbano as concepções das territorialidades sociopolíticas presentes nas experiências das bibliotecas comunitárias em suas localidades.

O trabalho tem por objetivo geral analisar as experiências das bibliotecas comunitárias em seus territórios em relação à atuação das bibliotecas públicas por meio dos projetos/políticas sociocultural-educacionais desenvolvidos por estes equipamentos para avaliar como impactam nos territórios e se atendem às reais demandas e percepções da comunidade.

Têm-se como objetivos específicos:

- ⇒ Mapear as bibliotecas públicas e comunitárias nas cidades de São José dos Campos e de Jacareí para refletir sobre a sua localização no território, avaliando-se sua centralidade ou capilaridade;
- ⇒ Identificar as políticas e/ou projetos fomentados pelas bibliotecas estudadas (públicas e comunitárias) para avaliar o aspecto socioeducacional - cultural junto à comunidade;

⇒ Analisar as experiências e ações desenvolvidas nas bibliotecas comunitárias para levantar as dimensões culturais e os impactos sociopolíticos no território.

A dissertação foi estruturada em 7 seções. A primeira é a introdução que traz as informações bases que norteiam a pesquisa, apresentando o objeto, objetivos e uma contextualização geral da pesquisa.

Na segunda seção, apresentam-se os aspectos metodológicos da pesquisa com o objetivo de elucidar os referenciais e as estratégias metodológicas utilizadas. A terceira seção objetiva expor o debate teórico sobre a proposta deste trabalho que traz a discussão das territorialidades sociopolíticas desenvolvidas pelas bibliotecas estudadas. Para isso, a seção está subdividida em subseções, apresentando-se, num primeiro momento, a discussão das teorias da cultura, seguida de um panorama de políticas culturais atuantes a partir das territorialidades periféricas e, por fim, um debate sobre as dimensões da comunidade no território e a cultura periférica como espaço de disputa e resistência, pontuando-se a inclusão perversa sofrida por essas pessoas que vivem na periferia. Para tal discussão, embasa-se em autores como: Marilena Chauí, Wanderlaine Assis, UNESCO, José de Souza Martins, Canclini, Rogério Haesbeart, Diego Salvador, Bernardo Fernandes, Artur Lazzari, Jane Mazarino e Luciana Turatti, Arturo Escobar, Zibechi, D'Andrea, Lana Cavalcanti, Raimundo.

A quarta seção intitulada **Bibliotecas Comunitárias como territórios sociopolíticos** é composta por subseções que discorrem acerca do panorama histórico das bibliotecas, abordando-se seu processo evolutivo para, então, alcançar-se o tema central do trabalho: as Bibliotecas Comunitárias. Para melhor entendimento do tema, ainda se apresenta uma reflexão acerca não apenas do surgimento e das ações das bibliotecas comunitárias, mas também de como estas fazem parte do território sociopolítico. Embasa-se a seção nos autores: Milanesi, Burke, Suaiden, Leis e decretos referentes à biblioteca pública, Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, Madella, Almeida Júnior, Machado e Vergueiro, Vieira, Machado, Flusser, Fernandez, Machado e Rosa.

Apresentando um panorama histórico-cultural das políticas culturais das cidades de São José dos Campos e Jacareí, a quinta seção evidencia, por meio das subseções, a economia das cidades, a qual é atuante no setor de serviços, e pontua

a visão cultural tida pelas Fundações Culturais de cada cidade sobre as políticas culturais e o reflexo que essas políticas têm no cenário da cultura periférica. Citam-se aqui autores como: IBGE, *sites* institucionais das Prefeituras de São José dos Campos e de Jacareí, Fundação Cultural Cassiano Ricardo e Fundação Cultural de Jacarehy, Forti, Conduzza, Meneses.

Indicando a localização das bibliotecas públicas e comunitárias mapeadas, a sexta seção propõe a elaboração de mapas para melhor visualizar a distribuição no que se refere às centralidades ou capilaridades dos equipamentos culturais nos territórios. Foi possível, também, relacionar a localização das bibliotecas a indicadores do censo do IBGE, alfabetização, escolaridade e renda das pessoas que vivem no seu entorno. Há uma subseção que apresenta as entrevistas com os gestores das bibliotecas públicas estudadas, em que eles apontam os trabalhos desenvolvidos para as comunidades e as suas maiores dificuldades para conseguir desenvolver projetos que supram as demandas da sociedade.

Por fim, a sétima seção apresenta a análise da sistematização de experiências aplicada nas duas bibliotecas comunitárias estudadas, em que os integrantes relembram momentos significativos que desenvolveram com a comunidade. Por meio de uma linha do tempo, foi possível visualizar o processo de formação e as ações desenvolvidas pelos movimentos sociais e pelas bibliotecas comunitárias que, juntos, organizam-se e programam as atividades que irão acontecer. Nesta seção, são apresentadas as inferências a partir dos dados levantados junto aos gestores dos movimentos sociais e os gestores das bibliotecas comunitárias.

## 2 METODOLOGIA E TÉCNICAS DE PESQUISA

Para a elaboração deste trabalho foram eleitos métodos e técnicas que viabilizassem responder às questões propostas.

Vale salientar que a pesquisa qualitativa tem como objetivo compreender o significado que acontecimentos e interações têm em relação aos indivíduos. De acordo com Flick (2009, p. 20) é “de particular relevância ao estudo das relações sociais devido à pluralização das esferas da vida”. Neste sentido, o pesquisador tem como pretensão aprofundar nos significados atribuídos pelo indivíduo pesquisado em relação ao objeto estudado, encontrando respostas a perguntas muito particulares, enfim, o pesquisador pretende descobrir novos nexos e explicar significados, aspirações, crenças, valores e atitudes (MINAYO, 2003; SERAPIONI, 2000).

A proposta metodológica deste trabalho apresenta as seguintes técnicas: levantamento bibliográfico, cartografia para mapear e localizar as bibliotecas a serem estudadas, entrevista aplicada aos gestores das bibliotecas públicas e comunitárias transcrita de acordo com a metodologia História Oral e, por fim, a sistematização de experiências realizada com gestores e apoiadores das bibliotecas comunitárias e dos coletivos de cultura que trabalham em conjunto com as bibliotecas comunitárias.

Para iniciar a pesquisa foi realizado um levantamento bibliográfico com o uso de documentos secundários sobre os temas território, territorialidade, dimensão de comunidade, cultura, cultura periférica e bibliotecas em diferentes bases de dados, tais como: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); Scielo; Google Acadêmico e Base de dados governamentais. A pesquisa bibliográfica, segundo Gil (2008, p. 44), é “desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente por livros e artigos científicos”, portanto, o objetivo do levantamento é analisar, na literatura, os conceitos que irão fundamentar teoricamente as temáticas do estudo.

Num segundo momento, foram mapeadas as bibliotecas públicas e comunitárias com o objetivo de obter sua localização no território, sendo elas, por meio da representação cartográfica, mapeadas e localizadas no território. Segundo IBGE (2021), cartografia é entendida “como a representação geométrica plana, simplificada e convencional de toda a superfície terrestre ou de parte desta, apresentada através de mapas, cartas ou plantas”. Assim sendo, é por meio da

cartografia que o levantamento poderá ser representado espacialmente, seja levantamento ambiental, educacional entre outros.

Após o mapeamento e o levantamento das bibliotecas, foi feito um recorte de estudo para aplicá-lo nas bibliotecas comunitárias, de modo que fazem parte da pesquisa 2 bibliotecas comunitárias: a biblioteca *Carolina Maria de Jesus*, localizada na cidade de São José dos Campos, e a Biblioteca Comunitária *Ler Para Crescer*, localizada na cidade de Jacareí.

Ambas as bibliotecas supracitadas trabalham junto com coletivos culturais, *Quilombo Abayomi* e *Cultura no Morro* respectivamente, os quais desenvolvem, com a comunidade local, atividades que propõem o surgimento de novas territorialidades com o objetivo de ser um local de r-existência para, assim, criar meio para combater a desigualdade e melhorar as condições sociais, culturais, políticas e educacionais nos bairros onde estão localizados.

A pesquisa foi aprovada pela Comissão de Ética em Pesquisa (CEP) da UNIVAP pelo parecer número 5.489.526 para ser aplicada em seres humanos a qualquer momento, tendo sido a investigação conduzida de acordo com os padrões éticos da pesquisa científica. A escolha dos entrevistados priorizou grupos de pessoas com diferentes faixas etárias, profissão, escolaridade, moradia e, como não poderia deixar de ser, com experiências diversas, tendo como critério de exclusão não corresponder a ter 18 anos completos.

A população envolvida na pesquisa é formada por gestores das bibliotecas públicas das cidades de São José dos Campos e de Jacareí, gestores das bibliotecas comunitárias *Carolina Maria de Jesus* e *Ler Para Crescer* localizadas nas cidades de São José dos Campos e Jacareí respectivamente e os participantes presentes na dinâmica de sistematização de experiências das duas bibliotecas comunitárias juntamente com os coletivos de cultura *Quilombo Abayomi* e *Cultura no Morro*, totalizando 13 pessoas participantes da pesquisa.

O perfil da população estudada é composto por:

- Bibliotecários (gestores das bibliotecas públicas) com idade média de 40 anos;
- Profissionais da área da educação, a gestora da biblioteca *Carolina Maria de Jesus* e do *Quilombo Abayomi*, 26 anos, e a gestora da biblioteca *Ler Para Crescer*, 77 anos, professora aposentada;

- Os participantes da dinâmica de sistematização de experiências têm um perfil diversificado, que vai desde profissionais na área de assistência social a profissional que trabalha na área de Comunicação Social (Rádio e TV), sendo a idade média dessa população de 30 anos.

O público participante foi composto a partir da técnica de amostragem denominada “Bola de Neve” ou “*Snowball Sampling*”. De acordo com Bockorni e Gomes (2021, p. 106), “trata-se de uma forma de amostra não probabilística que usa redes de referências e indicações”. Assim, a vantagem desta técnica encontra-se no fato de facilitar a participação de pessoas da rede social ou grupo de interesse, que, provavelmente, estariam inacessíveis com o uso de outras formas de abordagem. Ainda segundo os autores Bockorni e Gomes (2021, p. 107), essa técnica é indicada quando não “se conhece o universo da pesquisa” e, portanto, há maior visibilidade quando aplicada a pequenos grupos.

Na percepção de Vinuto (2014), a adoção do método “bola de neve” se dá quando a população estudada tem um número pequeno de participantes e que estes estão em contato uns com os outros continuamente, sendo assim, utilizar essa ferramenta é uma maneira eficaz de criar uma base de evidência.

Como destacam Fraser e Gondim (2004, p. 147), na pesquisa qualitativa para a seleção, o importante não é o numérico, mas sim “ampliar a compreensão do tema e explorar as variadas representações”, pois o foco é garantir as opiniões e os diferentes pontos de vistas encontrados durante a entrevista.

Na terceira etapa da pesquisa, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os gestores das bibliotecas públicas de São José dos Campos e de Jacareí e os gestores das Bibliotecas Comunitárias das duas cidades, totalizando uma amostra de 4 pessoas entrevistadas, tendo-se como objetivo nortear a pesquisa e cuidar da garantia da liberdade de expressão dos participantes com a menor intervenção possível. Com o intuito de evitar surpresas, os entrevistados foram alertados sobre possíveis desconfortos que poderiam surgir ao longo da entrevista, devido às lembranças que podem trazer sentimentos indesejáveis.

As entrevistas foram realizadas de forma presencial e ocorreram no espaço físico das bibliotecas públicas e comunitárias. Sua duração foi de, aproximadamente, quarenta minutos a duas horas, sem que fosse possível definir antecipadamente cada período, uma vez que o tempo necessário para escuta foi definido pela necessidade de fala do entrevistado, o que foi rigorosamente respeitado pela pesquisadora.

Para a identificação dos primeiros participantes da forma mais ampliada possível, os contatos foram iniciados por *e-mail* para os gestores das bibliotecas estudadas, enquanto que as bibliotecas públicas já tinham conhecimento da carta de anuência elaborada pelas prefeituras das cidades estudadas. Quanto às bibliotecas comunitárias e os coletivos sociais, a pesquisadora estabeleceu o primeiro contato com os gestores via *Whatsapp*, os quais relataram a sua disposição em participar da pesquisa e conversar com a comunidade.

As entrevistas são fundamentais quando se deseja “mapear valores, sistemas, crenças e práticas de um universo delimitado em que as contradições e os conflitos não estejam evidenciados de modo claro” (DUARTE, 2004, p. 215).

Já Portelli (1997, p. 35) orienta que:

entrevistas rigidamente estruturadas podem excluir elementos cuja existência ou relevância fossem desconhecidas previamente para o entrevistador e não contempladas nas questões inventariadas.

O referido autor explica que, para a entrevista confirmar a referência prévia do pesquisador, o primeiro passo é “que o pesquisador ‘aceite’ o informante e dê prioridade ao que ela ou ele deseje contar e sem a preferência ao que o pesquisador quer ouvir” (PORTELLI, 1997, p. 35).

A utilização da abordagem qualitativa foi escolhida por ser um método que proporciona ao pesquisador flexibilidade, capacidade de interagir com os participantes dos territórios. Como aponta ainda Portelli (1997, p. 35), a oralidade proporciona obter informações de pessoas sem estudos e grupos em que a escrita é “falha ou distorcida”, sendo possível levantar materiais “de arquivo de escrita padrão”. A linguagem oral é composta por traços que estão em um único segmento e apresenta diversos significados que, na linguagem escrita, ficaria escondido.

Para transcrever o discurso falado, é necessário atentar-se à pontuação, pois esta dá vida à entrevista e, por meio dela, são indicados os ritmos e pausas do sujeito, o que é importante para melhor compreender o significado do discurso. Para Portelli (1997, p. 31), a entrevista revela ao entrevistador “eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos: elas sempre lançam nova luz sobre áreas inexploradas da vida diária das classes não hegemônicas”. O elemento principal que o entrevistador tem é a subjetividade do entrevistado, pois este relata não apenas o que faz, mas também o que queria e quer fazer.



A entrevista, por ser uma fonte oral, não é objetiva, visto que ela é o resultado de um relacionamento entre o entrevistado e o entrevistador. O entrevistador deve dar prioridade ao que o entrevistado tem a lhe dizer, de forma que as questões que ele não conseguiu perguntar em um primeiro momento podem ser feitas em outro encontro, então, o importante é deixar o entrevistado à vontade para contar sua história (PORTELLI, 1997).

A História Oral é uma metodologia fundamentada nos conceitos de Memória, Oralidade e Narrativa, de tal modo que a subjetividade do entrevistador e do entrevistado é um aspecto importante a ser considerado, entretanto, por se tratar de estudo das representações, Ferreira (2002, p. 321) ressalta que a subjetividade e as deformações do depoimento oral não são vistas como elementos negativos para o uso da história oral, mas sim “como uma fonte adicional para a pesquisa”.

É importante ressaltar que a metodologia História Oral é complexa e deve ser bem compreendida para evitar confusões. Portelli (1997, p. 33) afirma que o que realmente importa “não é ser a memória apenas um depositário passivo de fatos, mas também um processo de criação de significações”.

Conforme ainda Portelli (2018), no momento da entrevista, o entrevistado esquece o que não está relacionado com sua emoção e o que não faz sentido para aquele momento. Neste sentido, Pollak (1989, p. 13) complementa que:

dificuldades e bloqueios que, eventualmente, surgiram ao longo de uma entrevista só raramente resultavam de brancos da memória ou de esquecimentos, mas de uma reflexão sobre a própria utilidade de falar e transmitir seu passado.

Deduz-se assim que o supracitado autor comprova que o silêncio nesse momento, diferente do esquecimento, pode ser necessário para manter a comunicação.

Na História Oral, ocorrem dois fatores: a igualdade e a desigualdade. Na visão de Portelli (1997), a igualdade se dá pelo fato de que todos os envolvidos são pessoas e devem ser tratadas da mesma forma, enquanto a desigualdade é um desafio para o entrevistado e entrevistador, visto que o primeiro irá narrar fatos importantes de sua vida, que lhe parecem normais, mas o entrevistador pode não compreender isso, assim sendo o entrevistado precisa explicar os fatos e, ao mesmo tempo, contar sobre sua vida. É o que Portelli (2018) chama de “o encontro da diferença de cultura”.

Com o objetivo de aprofundar e levantar informações sobre as dimensões das territorialidades sociopolíticas presentes nas experiências das bibliotecas comunitárias, foram realizadas oficinas nas duas bibliotecas comunitárias seguindo a metodologia de sistematização de experiências. As bibliotecas selecionadas foram: Biblioteca *Carolina Maria de Jesus* em São José dos Campos e *Ler Para Crescer* em Jacareí, ambas com ações em parcerias com os coletivos de cultura *Quilombo Abayomi* e *Cultura no Morro*, respectivamente.

A metodologia da sistematização de experiências, elaborada por Oscar Jara Holliday (2006), aproxima-se da perspectiva da pesquisa-ação de Thiollent (1985) ao se considerar o processo de investigação para além da interação entre pesquisadores e pessoas implicadas no fenômeno investigado, uma vez que proporciona a construção coletiva do conhecimento colocando em destaque o protagonismo dos sujeitos participantes no processo de investigação.

Para Oscar Jara Holliday (2006), a sistematização de experiências é um método de avaliação processual do espaço de vida. Ao longo do seu percurso como investigador, ele tem atuado junto aos movimentos sociais e grupos subalternizados, os quais, por meio da sistematização de experiências, têm realizado uma avaliação processual dos espaços de vida. Os movimentos sociais e grupos subalternizados, ao analisar os componentes e os trajetos das experiências que vivenciam, têm sido capazes de apresentar suas reflexões retrospectivas e prospectivas. Três dimensões deste procedimento têm garantido uma reflexão constante a respeito dos processos cotidianos. Dentre elas, citam-se:

**Objetivar o vivido** - fazer uma parada para tomar distância do que experimentamos vivencialmente e converter assim a própria experiência em objeto de estudo e interpretação teórica e, ao mesmo tempo, em objeto de transformação.

**Coloca em ordem conhecimentos desordenados e percepções diversas** – Ao sistematizar, as pessoas recuperam de maneira ordenada o que já sabem sobre sua experiência, descobrem o que ainda não sabem sobre ela, mas também revela-se o que “ainda não sabiam que já sabiam”.

**Acolhe as interpretações dos sujeitos das experiências** - sistematizar não só se atenta aos acontecimentos, seu comportamento e evolução, como também às interpretações que as ações sujeitos têm sobre eles. Cria-se assim um espaço para que essas interpretações sejam discutidas, compartilhadas e confrontadas (HOLLIDAY, 2006, p. 25).

Cabe aqui explicitar que Oscar Jara Holliday (2006) desenvolveu um método de aplicação da sistematização de experiências dividido em cinco tempos que auxilia grupos em processos de sistematização ao redor do mundo. O **1º tempo** corresponde a reunir os autores e os registros de experiências. No caso desta pesquisa, a pesquisadora contactou as lideranças, apresentou a proposta da investigação e organizou, a partir das redes sociais dos grupos envolvidos, os registros da historicidade e o mapeamento das ações dos mesmos.

O **2º tempo** é o momento de apresentar e definir para que se quer sistematizar e que experiências se quer sistematizar. Neste sentido, a pesquisadora compartilhou com os grupos a pergunta-chave de pesquisa: como as ações das bibliotecas comunitárias, ao levantar as dimensões sociocultural-espaciais, podem tensionar aspectos das ações das políticas públicas apresentadas descoladas das reais dinâmicas e demandas sociais das cidades em estudo. Na sequência, definiu-se sistematizar as ações e os projetos que realizam em seus territórios para avaliar o alcance e como impactam na vida da comunidade envolvida.

Já o **3º tempo** propõe a reconstrução da história, a ordenação e a classificação das informações e dos momentos vividos. A pesquisadora propôs aos grupos envolvidos que elegessem seis momentos importantes que pudessem explicar sobre as experiências vivenciadas, enquanto o **4º tempo** tem como objetivo analisar, sintetizar e interpretar criticamente o processo. Na presente pesquisa, este momento foi garantido quando os grupos divididos em grupo refletiram ao reavivar os 6 momentos mais importantes que vivenciaram, seus impactos e aprendizados. Finalmente, o **5º tempo** é o momento para comunicar a aprendizagem e, nesta pesquisa, tal momento se revelou quando os grupos apresentaram suas percepções e compartilharam os aprendizados.

Vale salientar que, ainda que o referido autor acima aponte uma orientação dos momentos e das dinâmicas da sistematização, conforme apresentados acima, não há um modelo de aplicação, pois são o campo e os grupos envolvidos no processo de sistematização que indicam as estratégias e dinâmicas. Em cada biblioteca, por conseguinte, a dinâmica da sistematização se configurou de uma forma específica, pois, no caso da Biblioteca *Carolina Maria de Jesus*, ela está localizada dentro de um cômodo do coletivo *Quilombo Abayomi*, sendo até difícil separar a biblioteca do coletivo. Já no caso da Biblioteca *Ler Para Crescer*, ela está localizada em uma casa

diferente de onde está o coletivo *Cultura no Morro* e tem projetos em parceria com o coletivo.

Para a oficina de sistematização de experiências em Jacareí, os participantes ali presentes se dividiram em 2 grupos: o primeiro grupo foi composto por 2 integrantes da Biblioteca Comunitária *Ler Para Crescer*, sendo eles a fundadora e um voluntário ali presentes. O segundo grupo foi formado por 4 pessoas integrantes do coletivo *Cultura no Morro*.

A dinâmica proposta da sistematização de experiências foi organizada da seguinte forma: os participantes deveriam organizar-se em 2 grupos (Biblioteca e *Cultura no Morro*) e apresentar uma linha do tempo indicando os seis momentos mais importantes e significativos na biblioteca e no bairro, englobando neles os itens: qual o momento; quando ele ocorreu; quais foram os grupos envolvidos; a natureza da ação desenvolvida; se teve participação da comunidade; o que motivou a ação; se teve relação com a prefeitura; quais foram as demandas e quais os conflitos que motivaram esta ação.

Já na experiência de São José dos Campos - no Coletivo *Quilombo Abyomi* - a organização dos seis momentos foi realizada sem divisão de grupos, formando-se uma roda de conversa com os presentes que, além da representante do coletivo, contava com mais 4 representantes voluntários e utilizadores do espaço, assim totalizando 5 pessoas. Além da roda de conversa, a pesquisadora elaborou uma oficina sobre como estruturar uma biblioteca comunitária.

Nas oficinas, foi solicitado tanto ao gestor das bibliotecas quanto aos movimentos sociais que fizessem uma linha do tempo pontuando as entrevistas, sendo o material coletado nas oficinas transcritos e analisados, visto que, como defende Portelli (1997), as fontes orais apresentam uma credibilidade diferente, pois estão relacionadas à imaginação, ao simbolismo do entrevistado, sendo assim cada depoimento único e, conseqüentemente, o depoimento se caracteriza como uma fonte por si só.

Para o registro das respostas, foi autorizada a gravação da entrevista e das oficinas de sistematização de experiências para, posteriormente, serem transcritas. O cuidado com a preservação da identidade dos participantes exigiu providências a fim de aliviar os riscos da exposição, então, a pesquisadora adotou códigos/codínomes conhecidos somente por ela para preservar o anonimato do participante. Os

entrevistados, neste caso, foram referenciados mediante códigos que fazem analogia a Gestores e Participantes.

A pesquisa, ao analisar as experiências das bibliotecas comunitárias que criam alternativas de produção de cultura, educação e informação alicerçadas pelas dimensões de suas territorialidades, buscou contribuir para o campo do planejamento urbano tanto ao apresentar as contrariedades desses territórios e as suas reais necessidades como ao proporcionar a criação de novas territorialidades na comunidade.

Os resultados e as reflexões sobre as experiências das bibliotecas comunitárias também podem contribuir com as políticas culturais e educacionais, elencando quais os alcances e desafios dos equipamentos públicos, sendo, no caso de estudo das bibliotecas, para garantir sua função de promover e garantir o direito à educação e à cultura para todos.

### **3 CULTURA E SUAS TERRITORIALIDADES**

Nesta seção, objetiva-se refletir sobre as correlações entre as dimensões de cultura e de território que dão sustentação à proposta de pensar as territorialidades sociopolíticas das experiências das bibliotecas comunitárias com novas perspectivas para o campo do planejamento urbano ao apresentar reflexões a partir das experiências e vivências de grupos em seus territórios. Esta proposta teórico-metodológica apoia-se no entendimento de que, ao construir análises no âmbito das microestruturas, promovem-se reflexões no campo macroestrutural.

Neste sentido, apresentam-se não só alguns aspectos das teorias culturais, bem como um panorama de políticas culturais atuantes a partir das territorialidades periféricas. Por fim, debate-se sobre as dimensões da comunidade no território e a cultura periférica como espaço de disputa e resistência.

#### **3.1 As Teorias Culturais**

A cultura é a capacidade de decifrar as formas da produção social da memória e do esquecimento, das experiências e das ideias. É a esperança nacional de que essas experiências tenham um sentido de liberdade, de forma que surjam novas práticas sociais e políticas para a sociedade (CHAUÍ, 2006, p. 8).

Para conceituar cultura, é preciso rever os seus significados no decorrer da evolução da sociedade. Em sua origem, o termo cultura se relacionava ao trabalho, “cultivo”. Nos séculos XVI e XVII, o seu significado limitou-se e estava ligado à terra, ao material, mas, a partir do século XVII, “o conceito cultura foi ampliado e passou a designar a formação e a educação do espírito humano, possuindo um caráter de uniformização e universalidade, “Cultura e Humanidade” (ASSIS, 2010, p. 23).

Segundo ainda Assis (2010), nos séculos XIX e XX, o sentido de cultura manteve uma oposição ideológica entre o universalismo e o particularismo, contudo essa visão acabou sendo abandonada por não conseguir acompanhar a complexidade do conceito de cultura na sociedade contemporânea.

Na Declaração Universal da Diversidade Cultural, o conceito de cultura ganhou outras dimensões e passou a ser entendida como um patrimônio renovável em constante transformação de modo que cada indivíduo identifica a pluralidade da sua

própria identidade dentro da sociedade em que vive, já que, como UNESCO (2002, p.2) esclarece:

A cultura deve ser considerada como o conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de viver juntos, os sistemas de valores, as tradições e as crenças.

Com o processo de autonomização da produção, as esferas de distribuição foram ampliadas e, com ela, vieram a mercantilização e a industrialização dos bens culturais, todavia seu acesso não aconteceu de forma igualitária na sociedade (ASSIS, 2010).

Para Martins (1997, p. 26), há uma “inclusão precária, instável e marginal” das pessoas que vivem essa desigualdade social, e a forma clássica da exclusão está ligada ao desenraizamento, que é um dos fatores característicos da sociedade moderna e da civilização, as quais se baseiam na igualdade jurídica, cidadania e direito. Segundo o mesmo autor, o real problema da exclusão é como esta se dá na sociedade em que se vive, podendo tornar-se um modo de vida. Ela não existe, o que existe são as “situações de ajustamento econômico, social e político” que surgem a partir da exclusão (MARTINS, 1997, p. 26).

Na percepção de Chauí (2006, p. 13), o significado de cultura é voltado para as formas simbólicas no modo de vida que a sociedade tem, focando, principalmente, a divisão social das classes entre o “culto” e o “inculto”. A cultura e a arte se diferenciam em dois tipos: a erudita (elite) e a popular, sendo a primeira própria dos intelectuais e artistas das classes dominantes e a segunda dos trabalhadores urbanos e rurais. Seguindo o pensamento desta autora, a cultura popular recebe o nome de folclore contando com ritos populares, danças, artesanatos, enquanto, na arte voltada para a elite, acontecem as produções e criações de belas-artes, todavia muitas destas obras não são compreendidas imediatamente, sendo consumidas por pessoas com um grau de escolaridade elevado.

Há o interesse das classes sociais menos favorecidas pela literatura, música e arte, mas a ausência da produção de tal cultura se dá pela distância entre o intelectual e o povo, além de uma grande parte da população não possuir condições financeiras para consumi-la, ocasionando o não acesso à cultura e criando um novo tipo de exclusão (ASSIS, 2010; CHAUI, 2006).

Existe, também, uma visão de cultura popular que vai além da artística, ou seja, aquela ligada ao “modo de conceber o mundo e a vida, em contraste com a sociedade oficial”, conduzindo à busca da coletividade, mesmo que, em um primeiro momento, ela não seja homogênea (CHAUI, 2006, p. 18):

O popular na cultura significa, portanto, a transfiguração expressiva de realidades vividas, conhecidas, reconhecíveis e identificáveis, cuja interpretação pelo intelectual, pelo artista e pelo povo coincide. Essa transfiguração pode ser realizada tanto pelos intelectuais “que se identificam com o povo” como por aqueles que saem do próprio povo, na qualidade de seus *intelectuais orgânicos*.

A identidade cultural não acompanha o ser humano quando ele nasce, mas parte da fusão dos diversos elementos do discurso cultural onde cada sujeito está inserido na sociedade. Segundo Hall (1997, p. 26), a identidade cultural é “o resultado de um processo de identificação que permite que nos posicionemos no interior das definições que os discursos culturais (exteriores) fornecem, ou que nós subjetivamos (dentro deles)”. Assim, o simbólico inserido em um referencial cultural permite ao sujeito construir a sua própria noção de identidade.

O contato do indivíduo com a cultura é indispensável para a produção coletiva dos significados e, para tal, memória e identidade são fundamentais para compreender as relações humanas (SILVEIRA, 2007).

Silveira (2007) ainda explicita que o grande conflito da sociedade na contemporaneidade é “saber construir laços de sociabilidade que liguem a sua história individual à história do grupo” e, assim, configurar as interações que acontecem na vida social. Com base no que foi dito, é possível constatar que não é possível abordar cultura no singular (individualmente), mas sim no plural.

García Canclini (1983, p. 42) corrobora as ideias acima expostas, afirmando que as culturas populares são:

um processo de apropriação desigual dos bens econômicos e culturais de uma nação ou etnia por parte dos seus setores subalternos e pela compreensão, reprodução e transformação, real e simbólica, das condições gerais e específicas do trabalho e da vida.

Chauí (2006) também relaciona a cultura à questão política de maneira a juntar o saber e as artes para atrair a grande massa por meio do *marketing*, utilizando da cultura como algo a serviço da não- cultura, o que ela chama de política.



A exclusão marginal nasce com o capitalismo, já que a lógica desse sistema é o mercado, o consumo, a circulação e a movimentação de bens. “O capitalismo desenraiza e brutaliza a todos, exclui a todos”, defende Martins (1997, p. 32). Para incluir uma parcela da sociedade, é necessário excluir outros e, assim, conseguir seguir a lógica do mercado capital. Assim, para Martins (1997), o problema da exclusão está justamente nessa inclusão.

Para Garcia Canclini e Roncagliolo (1988), nos anos 60 e 70, a cultura estava relacionada às estratégias de dominação, para manipular a população em massa e esta se comportar de acordo com os interesses de quem a dominava. Exemplo disso é a vida cotidiana da população brasileira que vive de acordo com as regras do mercado dominante: anda de transporte público cuja marca é internacional, utiliza produtos de higiene pessoal vindos de outros países.

Outro exemplo dado pelos referidos autores sobre o processo cultural é a cultura vinculada nos meios de comunicação como televisão, rádio e publicidade, em que se veicula muita informação norte-americana confirmando, mais uma vez, a política dominadora sobre a consciência popular, o que os autores chamam de teoria da dependência. A classe hegemônica so consegue a dominação, pois tem o consenso da classe dominada.

De acordo com García Canclini e Roncagliolo (1988), 3 pilares sustentam esta teoria: o poder (classe hegemônica), os consumidores e a configuração da vida cotidiana, havendo dois lugares para se perceber a dominação sofrida pela classe popular: o imperialismo cultural e os meios de comunicação em massa.

Trazendo para a realidade brasileira exemplos de dominação da classe hegemônica nos meios de comunicação em massa, têm-se as médias sociais que, por meio do uso de inteligência artificial, reconhecem os gostos e os assuntos procurados pelo indivíduo e, assim, disseminam os bens que se identificam com a pessoa para que ela consuma o produto.

A cultura popular resulta da reprodução desigual da sociedade, pois está relacionada ao modo de vida da sociedade nas práticas de produção e consumo e, se há o interesse de intervir, deve-se fazê-lo por meio do estudo comportamental e da comunicação em massa. A comunicação, portanto, pode gerar práticas pontuais e imediatas no estilo de vida da classe popular (GARCÍA CANCLINI; RONCAGLIOLO, 1988).

A cultura popular existe, pois a reprodução desigual gera: apropriação desigual dos bens econômicos e culturais nas diferentes classes; elaboração das condições de vida nos setores excluídos; interação de conflitos entre as classes populares e as hegemônicas pela apropriação de bens, explicitam García Canclini e Roncagliolo (1988).

Assim, esclarece Martins (1997, p. 32) que a exclusão passa a se tornar visível, a partir do momento em que a inclusão demora a acontecer, porque:

o tempo que o trabalhador passa a procurar trabalho começou a se tornar excessivamente longo e frequentemente o modo que encontra para ser incluído é um modo que implica certa degradação.

Com isto, infere-se que o referido autor mostra que a sociedade moderna não consegue absorver a população excluída e esta precisa criar formas de se reincluir na sociedade. Assim, “o período da passagem do momento da exclusão para o momento de inclusão está se transformando num modo de vida”, contudo, não mais em um período passageiro (MARTINS, 1997, p.33). Esse novo modo de viver se manifesta em forma de criatividade das pessoas excluídas, as quais precisam, de alguma forma, reincluir-se na sociedade, especificamente, na economia.

A partir dessa perspectiva é possível compreender as dinâmicas e os conflitos presentes nas experiências analisadas. As bibliotecas comunitárias juntamente com os movimentos associados a elas se apropriam dos bens econômicos e culturais e levam as experiências para as comunidades onde atuam.

### **3.2 As Políticas Culturais e suas Territorialidades**

A proposta desta subseção foi apresentar duas experiências de políticas culturais que abordam as territorialidades periféricas implantadas pelos governos Municipal e Federal e como essas políticas culturais trataram da questão cultural no território.

Quanto a políticas culturais municipais, foi feito um recorte após a era da ditadura militar, com o intuito de apresentar quais políticas foram criadas a fim de democratizar o acesso à cultura para a população. Para exemplificar, selecionou-se a cidade de São Paulo pelo fato de ser a maior capital do país e, também, por estar próxima das cidades estudadas nesta pesquisa, envolvendo experiências, que

serviram de exemplo, e políticas em desenvolvimento, auxiliando na dinâmica da cultura periférica em ambas as cidades aqui analisadas.

Após 3 meses de promulgada a Constituição de 1988, a prefeitura de São Paulo foi assumida por Luiza Erundina, primeira gestora mulher da cidade, com a ideia de definir uma política cultural pela Secretaria Municipal de Cultura que tivesse como tema central a cidadania cultural com a temática de direito cultural. Assim, foi criada a política de *Cidadania Cultural*: a cultura como direito dos cidadãos e como trabalho de criação (CHAUÍ, 2006; SOUZA, 2012).

Uma das propostas que a Secretaria Municipal da Cultura assumiu foi a de ampliar a noção de cultura por meio de atividades, promover a descentralização administrativa e obter maior participação popular. Como explicitado por Chauí (2006, p. 71), que foi diretora da Secretaria Municipal de Cultura naquele período:

A esta Secretaria caberá estimular e promover as condições para que a população desta cidade crie e frua a invenção cultural. Sem dúvida, esta Secretaria, não tendo o monopólio das iniciativas culturais, terá o direito de receber, discutir, avaliar e propor projetos que lhe venham da sociedade tanto aqueles que venham de seus próprios funcionários, também participantes da vida cultural da cidade.

Chauí (2006), tinha a visão de que a Secretaria de Cultura deveria promover o direito à cultura para as pessoas que produzem arte com práticas socioculturais, as quais, muitas vezes, são impedidas e sofrem censura por não terem o reconhecimento que um artista renomado possui.

Para colocar em prática o desenvolvimento da *Cidadania Cultural*, foi imprescindível aprofundar o conhecimento de quatro tópicos: uma melhor definição sobre cultura; definição de política da cultura sob o olhar democrático; conceituar a cultura como trabalho da criação e a definição dos sujeitos sociais como sujeitos históricos (CHAUÍ, 2006).

Segundo a mesma autora, dirigir a Secretaria Municipal de Cultura foi um processo lento e difícil, de muito aprendizado para o grupo que estava à frente cujos participantes muitos eram de origens diferentes, sendo a convivência um dos maiores aprendizados.

Chauí (1995) enumera algumas afirmativas e negações enfrentadas no período em que ela esteve à frente da Secretaria Municipal de Cultura orientando a Política da Cidadania Cultural. Os princípios relevantes utilizados para a orientação da política foram:

- tradição de Política cultural, pois o Partido dos trabalhadores não tinha um programa estruturado para a área e esta gestão iria construir uma tradição;
- separação da cultura popular e a de elite;
- a subordinação da cultura popular à indústria cultural e ao mercado.

Três trabalhos foram realizados, consoante Chauí (1995, p. 71): mudança da mentalidade entre os servidores públicos; definição das demandas das classes populares como prioridade e o cultivo de uma nova cultura política.

Os tópicos acima serviram de base para consolidar o direito à cultura no contexto cultural paulista, que defende:

- O direito de produzir cultura, seja pela apropriação dos meios culturais existentes, seja pela invenção de novos significados culturais;
- O direito de participar das decisões quanto ao fazer cultural;
- O direito de usufruir dos bens da cultura, criando locais e condições de acesso aos bens culturais para a população;
- O direito de estar informado sobre os serviços culturais e sobre a possibilidade de deles participar ou deles usufruir;
- O direito à formação cultural e artística pública e gratuita nas Escolas e Oficinas de Cultura do Município;
- O direito à experimentação e à invenção do novo nas artes e nas humanidades;
- O direito a espaços para reflexão, debate e crítica;
- O direito à informação e comunicação (CHAUÍ, 1992, p. 59).

Por meio da Política da Cidadania Cultural, foi possível desenvolver projetos como as Casas de Cultura e a Ação Cultural Regionalizada, informa Tjabbes (2021).

O projeto *Casas de Cultura* objetivava garantir o reconhecimento da dimensão de todos os criadores e não somente de receptores de arte, além de descentralizar os equipamentos culturais, garantindo, assim, a todos o direito à cultura, fornecendo o mínimo de infraestrutura a fim de servir como núcleo de apoio para as produções culturais na periferia, como espaço, material e apoio de pessoas especializadas. As *Casas de Cultura*, portanto, “são espaços de produção e de criação cultural, instaladas e adequadas à região periférica da cidade” (FARIA; SOUZA, 1997, p. 62).

As bibliotecas também estavam inclusas na Política da Cidadania Cultural, sendo elas uma das frentes de maior prioridade, objetivando reformar os espaços que estavam abandonados e em péssimas condições de conservação. Nesse período, ocorreu a maior aquisição de livros da época. Além da compra de livros, alguns projetos foram colocados em prática, tais como: formação literária dos servidores das bibliotecas para que estes pudessem ser agentes culturais. Ocorreu também a

restauração de dez (10) ônibus-biblioteca para que os livros pudessem circular em regiões sem cobertura de bibliotecas, esclarecem ainda Faria e Souza (1997).

No ano de 1991, foi institucionalizado o projeto *Ação Cultural Regionalizada*, com a subdivisão da cidade em 13 subunidades administrativas e, por não ter subprefeituras, a Secretaria Municipal de Cultura criou 13 coordenadorias regionais de cultura com o objetivo de “integrar as diversas ações de grupos, entidades, movimentos, administrações regionais e secretarias desenvolvendo projetos comuns” (FARIA; SOUZA, 1997, p. 16), além de funcionar como pontos de externalização do que era realizado pela SMC (TJABBES, 2021).

Na visão de Tjabbes (2021), ao se analisar as iniciativas da Política de Cidadania Cultural e compreender a abordagem territorial, percebe-se que os dois projetos citados acima são elementos de grande potencial pois buscam proporcionar uma infraestrutura mínima para as criações, além de intercâmbio cultural sem excluir outras atividades desenvolvidas pela Secretaria.

Ambos os projetos tiveram ações conjuntas entre as frentes do serviço público e dos movimentos sociais com o objetivo de consolidar uma nova cultura política, que, para Teixeira Coelho (2012, p. 163), significa a cidadania cultural, entendida como prática política que visa à democracia cultural, em que a principal questão é quem controla a produção cultural e o acesso a ela.

Como modelo de uma política desenvolvida pelo governo federal, foi escolhida a Política Nacional de Cultura Viva (PNCV). Ressalta-se que o Programa de Cultura teve seu início em 2004, mas, só em 2014, passou a ser conhecido como Política Nacional de Cultura Viva quando se instituiu a Lei Federal n. 13.018, de 22/07/2014 que tem por objetivo:

- ⇒ Garantir o pleno exercício dos direitos culturais aos cidadãos brasileiros;
- ⇒ Estimular o protagonismo, a gestão pública compartilhada das políticas públicas da cultura, amparada em mecanismos democráticos de diálogo e participação;
- ⇒ Promover uma gestão pública compartilhada e participativa, amparada em mecanismos democráticos de diálogo com a sociedade civil;
- ⇒ Consolidar os princípios da participação social nas políticas culturais;
- ⇒ Garantir o respeito à cultura como direito de cidadania e à diversidade cultural como expressão simbólica e como atividade econômica;
- ⇒ Estimular iniciativas culturais já existentes, por meio de apoio e fomento da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- ⇒ Promover o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural;

- ⇒ Potencializar iniciativas culturais, visando à construção de novos valores de cooperação e solidariedade, e ampliar instrumentos de educação com educação;
- ⇒ Estimular a exploração, o uso e a apropriação dos códigos, linguagens artísticas e espaços públicos e privados disponibilizados para a ação cultural (BRASIL, 2014).

De acordo com a Confederação Nacional dos Municípios (2015, p. 1), essa foi a primeira política de base comunitária do Sistema Nacional de Cultura e teve, como um de seus objetivos, priorizar grupos, comunidades e populações que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Tal política foi pensada para valorizar a base comunitária do país, com base em princípios como o empoderamento cultural da sociedade civil, pensando em projetos ligados à população indígena, quilombolas, produção cultural periférica, cultura digital, cultura popular, assim alcançando todos os tipos de linguagem artística e cultural (BRASIL, 2022a).

A Política Nacional de Cultura Viva é financiada por órgãos federados e permite que as entidades culturais participantes do programa sejam reconhecidas como Ponto de Cultura e possam receber apoio financeiro para os projetos a serem desenvolvidos junto às comunidades. Por meio desses recursos financeiros, é possível ampliar as atividades desenvolvidas e fortalecer os equipamentos culturais de cada município (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS, 2015, p. 2), visto que a Cultura Viva é:

uma política cultural voltada para o reconhecimento e apoio à atividades e processos culturais já desenvolvidos, estimulando a participação social, a colaboração e a gestão compartilhada de políticas públicas no campo da cultura. Fomentar essas práticas é também aprofundar a democracia cultural e, por que não, a cultura democrática (BRASIL, 2022a).

Tudo isso visa, por conseguinte, a promover iniciativas em redes, combater a exclusão social e o preconceito, isto é, “todas as formas de discriminação e intolerância” (BRASIL, 2022a).

A Política Nacional de Cultura Viva permite que entidades e coletivos culturais se cadastrem e façam parte desta rede, estabelecendo o que ficou conhecido por *Pontos e Pontões de Cultura* (BRASIL, 2022a).

Quanto aos **Pontos de Cultura**, segundo Brasil (2022a), trata-se de:

grupos, coletivos e entidades de natureza ou finalidade cultural que desenvolvem e articulam atividades culturais em suas comunidades, reconhecidos, certificados ou fomentados pela Secretaria Especial da Cultura do Ministério do Turismo e apoiados pelos estados e municípios parceiros por meio dos instrumentos da Política Nacional de Cultura Viva.

Já em relação aos **Pontões de Cultura**, são as entidades culturais ou educativas que:

desenvolvem, acompanham e articulam atividades culturais articulando redes regionais, temáticas e identitárias de Pontos de Cultura e grupos culturais diversos. Ações de mobilização, troca de experiências e articulação entre os diferentes Pontos de Cultura que poderão se agrupar em nível estadual, regional ou por áreas temáticas, visando à capacitação, ao mapeamento e a ações conjuntas (BRASIL, 2022a).

Ser um *Ponto ou Pontões de cultura* é interessante, pois, além de receberem incentivo federal, essas entidades e coletivos culturais já possuem um diálogo com a comunidade e conhecem as suas necessidades. Assim sendo, essa é uma forma de continuar realizando as trocas e de colaborar, além de conhecer outras entidades que desenvolvem os mesmos projetos e podem compartilhar experiências e criar outros projetos em conjunto.

Compreendendo a abordagem territorial, os dois projetos - projeto *Casas de Cultura* e o projeto *Ação Cultural Regionalizada* - são elementos de grande relevância ao proporcionar uma infraestrutura mínima para as criações, além de intercâmbio cultural sem excluir outras atividades.

Como apontado anteriormente, tais experiências de políticas culturais evidenciam a dimensão das territorialidades periféricas em suas propostas e ações e contribuem para repensar as políticas culturais.

Hoje as políticas supracitadas foram enfraquecidas por diversas dificuldades: operacionais e burocráticas (SILVA; LABREA, 2017), porém, entre 2003 e 2011, as cidades estudadas tiveram grandes impactos de diretrizes que são visíveis em suas ações de fomento à cultura. Essas ações serão abordadas na subseção 5.2.

Sabe-se que, na cidade de São José dos Campos, uma das bibliotecas comunitárias mapeadas, a *Biblioteca Solidária*, localizada no distrito de São Francisco Xavier, foi considerada um Ponto de Cultura entre os anos de 2009 a 2011, o que reforça o papel da biblioteca como catalisadora de iniciativas e ações voltadas para a

formação dos cidadãos, com projetos voltados para Arte; Educação Ambiental e Saúde Física e Mental (ASSOCIAÇÃO AMIGOS DA BIBLIOTECA, 2016).

Observando as dimensões das capilaridades e territorialidades dessas políticas, urge entender e debater o tema a fim de aprofundar as questões do território e das territorialidades.

### **3.3 Território e Territorialidades**

Ao viver em sociedade, o homem teve a necessidade de se adaptar às mudanças ocorridas desde a época em que vivia para sua sobrevivência (caçar e plantar) até a contemporaneidade, assim percorrendo mudanças comportamental, espacial e temporal. Precisou, ainda, adaptar-se aos espaços geográficos surgidos no seu dia a dia como locais de trabalho, casa, locais públicos para as pessoas se encontrarem.

O território, portanto, surge com conceito duplo: o território simbólico e o material, conforme declara Haesbaert (2004a). O território material está relacionado com o poder (dominação) enquanto o território simbólico se relaciona com a apropriação, carregando consigo as marcas do espaço “vivido” (LEFEBVRE, 2006), o que leva a deduzir que o território é múltiplo, sendo, simultaneamente, diverso e complexo.

De acordo com Haesbaert (2004a, p. 2), o território “vai da dominação político-econômica mais concreta e funcional à apropriação mais subjetiva e/ou cultural-simbólica”. É um espaço socialmente construído e, por isso, é necessário distinguir esse espaço de acordo com as pessoas que o constroem, sejam elas indivíduos, grupos, empresas ou instituições.

Como ressaltado, o território está organizado em diferentes combinações de elementos funcionais e simbólicos e, nesse espaço, o homem desenvolve suas ações e produzem significados. É um local de proteção e abrigo, além de uma fonte de recurso natural e social para o desenvolvimento da sociedade (HAESBAERT, 2004a, p. 3).

O território está relacionado com o poder, mas não somente o poder político, mas também o de dominação e de apropriação. O apropriar denota a ideia do espaço vivido, o valor de uso, enquanto o dominar se relaciona ao valor de troca. Assim sendo, o território, quando relacionado à dominação e apropriação voltado para a sociedade,



desempenha um papel contínuo que vai, segundo ainda Haesbaert (2004a), da dominação político-econômica mais concreta e funcional até a apropriação subjetiva ou cultural. Deve-se, então, saber distinguir os territórios de acordo com o grupo que o ocupa, mas isso não implica apenas o ter, mas também o ser.

Para o referido autor, é preciso perceber a história do território, seus contextos histórico e geográfico. Como exemplo, ele compara o território da sociedade tradicional, que o enxerga como abrigo e base de “recursos”, com a sociedade “pós-moderna”, que visa à mobilidade, às redes (conexões), então, o território deixa de ser “zonal” e se torna um território-rede, onde a mobilidade e o movimento são questões centrais na construção do território.

Nessa complexa relação entre os dois tipos de território citados acima, destaca-se a existência de uma variedade do controle territorial de forma que este controle, dependendo do sujeito que o promove, apresenta níveis de intensidade diferentes, e o território passa a ser construído com a movimentação das pessoas. Conclui-se que, deste modo, a multiterritorialidade acontece. Reforçando tal conceito e pensando nos múltiplos territórios, Zambrano (2001 *apud* HAESBAERT, 2004a, p. 8) reconhece “a multiplicidade de territórios através dos movimentos sociais e das lutas travadas por diferentes grupos e instituições”.

A partir do final do século XIX e início do século XX, a informação se tornou internacionalizada (KHON; MORAES, 2007). Com isso, por meio das novas tecnologias informacionais, obteve-se uma multiterritorialidade e um deslocamento não apenas físico mas também virtual, em que as pessoas interagem à distância, o que acabou influenciando e integrando a outros territórios.

A pergunta levantada pelo autor Haesbaert (2004a) é bem interessante: como esses movimentos coletivos, de resistência, conseguem organizar-se nesse espaço que se encontra fragmentado e desarticulado? Responde-se que a mudança trazida por essa multiterritorialidade não é apenas quantitativa, mas também qualitativa, de modo a se combinar a intervenção e a vivência de diferentes territórios e experiências.

A flexibilidade do mundo pós-moderno favorece os grupos privilegiados. Haesbaert (2004a) esclarece que quem faz o usufruto da multiterritorialidade é a classe hegemônica, pois é um processo de “multilocalização”, ocorrendo a alternância e a escolha dos lugares. A elite tem a acessibilidade geográfica ampliada, mantendo suas conexões físicas entre os múltiplos territórios e escolhendo, assim, os lugares

de seu interesse, enquanto a outra parte da pirâmide social, muitas vezes, não tem nem um território para se abrigar (HAESBAERT, 2004b).

Para construir uma sociedade mais igualitária que reconheça as diferenças multiculturais humanas, é necessário pensar multiterritorialmente, corrobora ainda Haesbaert (2004b).

Saquet (2007) destaca a importância de conhecer e compreender as dinâmicas do território para melhor entendê-lo. Segundo esse autor, o território é concebido por meio de conflitos e interesses culturais e econômicos, sendo que, nesse local, o indivíduo vivencia suas experiências relacionais na sociedade, experiências essas voltadas para natureza; cultura; política; economia; identidade e representação coletiva. É necessário, então, analisar e observar o território por diferentes perspectivas para enxergar as relações que estão no entorno.

O território, na percepção de Salvador (2009, p.112), é compreendido na sua dimensão social, uma vez que guarda:

as marcas do trabalho humano, das relações de poder dos homens entre si e com o meio circundante. Além disso, o território usado também revela as ações estatais que são postas em tela em diferentes contextos, privilegiando, geralmente, os interesses das classes hegemônicas.

Haesbaert (2004b) analisa o território em 3 vertentes: jurídico-política; cultural e econômica. Como a presente pesquisa visa ao equipamento cultural, destaca-se aqui a vertente cultural, que “prioriza as dimensões simbólicas e mais subjetivas, o território visto fundamentalmente como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou identidade social do espaço” (BORDO *et al.*, 2013).

Já Souza (2001) aborda o território cultural por meio dos grupos sociais que desenvolvem relações de poder e criam, assim, territórios de conflitos pelas diferenças culturais. Para esse autor, o território deve apresentar múltiplas vertentes com diferentes funções, principalmente, nas grandes cidades.

Estes diferentes espaços são, segundo Bordo *et al.* (2013, p. 7), “resultados das articulações entre a sociedade, o espaço e a natureza. Assim, o território poderá adotar espacialidades particulares, conforme há o movimento da sociedade (nos seus múltiplos aspectos: sociais, econômicos, políticos, culturais e outros)”.

Fernandes (2021) descreve a importância do território, afirmando que é um conceito muito utilizado em estudos de diversas ciências, utilizando o território como

superfície, base ou palco das relações. Na visão desse autor, o reforço do uso do conceito se dá pelo argumento utilizado por Haesbaert (2004b, p. 20) ao afirmar que “não há como definir o indivíduo, o grupo, a comunidade, a sociedade sem ao mesmo inseri-los num determinado contexto geográfico, territorial”, onde o sujeito produz seu próprio território e, quando este é destruído, significa o fim desse sujeito.

O território, nas cidades, é tema central para a implantação de políticas públicas e privadas, e essas políticas “formam diferentes modelos de desenvolvimento que causam impactos socioterritoriais e criam formas de resistência” (FERNANDES, 2021, p. 4).

Fernandes (2021, p. 17) ainda escreve sobre o território imaterial que pode ser utilizado para viabilizar ou inviabilizar as políticas públicas. Como exemplo, ele cita as cotas das universidades públicas, cuja intenção é “promover a inclusão de sujeitos por meio de processos qualificados”. Esse território imaterial, então, irá materializar-se e permitir que o sujeito tenha a condição de acesso à universidade e de mudar o seu destino de vida.

Tal território é a base de sustentação para todos os tipos de território, pois ele é “construído e disputado coletivamente”, uma vez que é “impossível pensar os diversos territórios sem pensar os territórios imateriais, as pessoas e os grupos que pensam e formam esses territórios” (FERNANDES, 2021, p. 17).

Haesbaert e Limonad (1999, p. 12) chamam esse território imaterial de território *culturalista*, em que a concepção de território é um produto fundamentalmente da apropriação do espaço feita por meio do imaginário e/ou da identidade social. Entende-se que relacionar o lugar do cotidiano com o imaginário é um “conjunto de representações, crenças, desejos, sentimentos, em termos dos quais um indivíduo ou grupo de indivíduo vê a realidade e a si mesmo”. Para tais autores, então, o espaço em que está o território não passa de uma apropriação simbólica.

Com a globalização, muito se fala sobre a homogeneização socioespacial, mas que, na realidade, não atinge igualmente a todos, pois o que acontece é uma adaptação ou reelaboração dos processos políticos, econômicos e culturais em nível local. A homogeneização acontece em duas frentes: entre a própria elite e, também, entre a pobreza e a miséria, observando-se que, conforme essa homogeneização vai intensificando-se, aumenta-se a exclusão socioespacial e ocorre a fragmentação desse território (HAESBAERT; LIMONAD, 1999). Por consequência dessa

fragmentação, surgem movimentos de resistência contraglobalização, grupos que se manifestam contra a exclusão e a desigualdade.

Nesta pesquisa, o entendimento das territorialidades sociopolíticas, culturais e educacionais está associado à dimensão do comum, da comunidade.

Assim, não se pode falar de biblioteca sem abordar o tema comunidade, pois, independente de ela ser pública ou comunitária, ela remete a símbolos e representações que, segundo Oliveira (2015), estão relacionados ao lugar comum do “templo do saber” e da cultura.

O conceito e a ideia de comunidade se entrelaçam à medida que a sociedade moderna se desenvolve e se apropria das diversas linhas que lhe são apresentadas.

Há quem conceitue e entenda o que é uma comunidade voltada para o senso comum como sendo a relação espacial, o território, onde está um grupo de pessoas. Falar de comunidade vai muito além desta relação espacial, pois ela pode levar a discussões que podem estar relacionadas com os efeitos produzidos pela globalização e pela modernidade (BAUMAN, 2003; HALL, 2006).

Para esta pesquisa, adotou-se o entendimento sociológico da comunidade como a reunião de um grupo de pessoas, no qual cada um desempenha um papel “como parte de um organismo compreendido como harmônico e uno em si” (LAZZARI; MAZZARINO; TURATTI, 2017, p. 1).

A comunidade, na visão de Weber (2010), dá-se a partir da relação social que acontece por meio de sentimento de solidariedade, resultando em laços afetivos, emocionais e tradicionais por parte dos participantes.

Chauí (1994, p. 377) aponta os traços marcantes de uma comunidade que mostram a relação da convivência cotidiana, pela qual as pessoas se conhecem, tratam-se pelo nome, compartilham ideias e sentimentos.

Complementando o tema comunidade, Caune (2014, p. 47) distingue a comunidade e a sociedade pontuando os atributos de cada uma:

A comunidade se define por fortes ligações afetivas, por um pertencimento dificilmente revogável, pela dedicação dos esforços individuais em benefício da comunidade, bem como por valores comuns. A sociedade, ao contrário, define-se por interesses individualizados, por contratos revogáveis e, ainda, por ligações afetivas frágeis.

Já na visão de Polsby (1974), a comunidade é categorizada em *estratificada* e *pluralista*, e, segundo Lazzari, Mazzarino e Turatti (2017, p. 3), as comunidades “desenvolvem seus próprios modos de responder à diversidade das pressões internas e externas” ao seu território.

Sanders (1974) reforça a ideia de que a comunidade para alcançar seus objetivos de caráter material e imaterial precisa combinar dois fatores: a resistência externa em sua determinação e a organização local. Para que os objetivos sejam alcançados, todavia, a comunidade depende do seu grau de organização, pois, segundo Bernard (1974), os seus conjuntos de subsistemas (econômico, político, religioso, social, cultural e educacional) precisam estar integrados e minimamente organizados, visto que a comunidade apresenta um sistema normativo e, se algum desses subsistemas não funciona de maneira adequada e organizada, ela deixa de suprir as necessidades das pessoas que ali vivem e passa a ser um fenômeno fácil de definir e conceituar.

No tempo pós-modernidade vivido, depara-se com um novo tipo de comunidade, a virtual, que é “organizada em espaços invisíveis” e não está mais localizada nos territórios, agora se encontra em uma cultura em rede criada pela internet, como o *Instagram* e *Facebook* (MACHADO, 2008).

A comunidade moderna é percebida por não querer ser apenas um local comum. Para ela, a noção de território aumentou, estando em busca de ideias e valores compartilhados e, sem falar nos interesses coletivos, nela acontecem os conflitos pois, de acordo com Lazzari, Mazzarino e Turatti (2017, p. 5):

as comunidades se desfazem. [...] Desarticulam-se. Mas logo outras combinações surgem de outros cruzamentos de interesses percebidos em comum. Este movimento de expansão e contração [...] é o destino das comunidades contemporâneas.

A comunidade, conseqüentemente, organiza-se de acordo com a sua evolução histórica, contudo essa evolução não acontece de forma linear, já que ela acontece de modo complexo e múltiplo, principalmente, com a troca cultural ocorrida após o avanço tecnológico que a sociedade vem vivendo, o que Lazzari, Mazzarino e Turatti (2017, p. 3) classificam como “sociedade globalizada, marcadamente intercultural”.

Ao se analisarem estes pareceres sobre a dimensão de comunidade e correlacioná-las ao recorte de estudo proposto, que são as experiências do comum presentes nas ações das bibliotecas comunitárias, aponta-se que, a partir de

situações de precariedade e de escassez, os grupos sociais se organizam e se apoiam, assim fortalecendo o sentimento de solidariedade e do compartilhar. Vale salientar que, mesmo nestas situações de organização e de ação comunitária, existem conflitos e dissensos marcados pelas diferentes necessidades e interesses da comunidade.

### **3.4 A Cultura Periférica como espaço de disputa, resistência e proposição**

Independente se é elitizada ou popular, a cultura retoma a criação de uma ordem simbólica da linguagem, do espaço, enfim, de diversas esferas onde o homem atua, pois, segundo Silveira (2007, p. 58):

um conjunto de práticas e dos fazeres a partir do qual o homem, ou uma comunidade histórica se constitui para configurar e transformar o mundo no qual se insere, servindo, assim, como elemento essencial para a construção daquilo que chamamos de identidade.

Nesta subseção, apresenta-se o debate sobre a cultura como campo de manifestação dos conflitos e das disputas sociais, simbólicas e comunicacionais. Salienta-se, a partir de García Canclini (1983), que, neste campo, coexistem os processos de dominação e também de apropriação, configurando-se como espaço das negociações entre os diferentes atores desta dinâmica. Neste sentido, o debate sobre a cultura periférica e seus desdobramentos conceituais, simbólicos, sociais, políticos e, sobretudo, sua capacidade comunitária de organização e gestão de seus territórios é elemento relevante para tencionar a ordem hegemônica no campo da cultura e do planejamento urbano.

Escobar (2017) aborda a temática sobre desenho das cidades e elenca os direitos do cidadão e a luta dos movimentos sociais na busca por projetos/políticas que supram as suas necessidades e possam proporcionar a sobrevivência do grupo, apontando, na visão desse autor, novas dimensões políticas e sociais no que diz respeito ao controle popular do território.

Escobar (2014) ainda observa e expõe a dificuldade encontrada por determinados coletivos em serem aceitos por representarem para a sociedade uma diversidade quanto às suas experiências de vida. Ele mostra que há ainda um “mundo não dualista”, fazendo com que a cultura e a comunicação se tornem o principal meio de atuação em produzir um cotidiano político e social que se contrapõe ao poder

hegemônico, criando, assim, um meio de resistir e ressignificar a relação que lhes é imposta pelo sistema em que vivem.

Montiel (2002) ressalta a importância de se valorizar e respeitar as diferentes culturas e destaca o papel relevante que o Estado exerce na preservação cultural ao afirmar que:

Cada país deveria criar não somente normas, mas também espaços de encontros, que permitam o diálogo intercultural. A humanidade é uma, mas suas culturas são numerosas. Deve-se ter presente que cada vez que uma cultura desaparece, a comunidade, em particular, e a humanidade, como um todo, empobrecem (MONTIEL, 2002, p. 44).

De acordo com Brasil (2007), no âmbito dos Estados democráticos, a cultura é representada como aquela que possibilita a cidadania e reforça o sentimento de pertencimento, assim permitindo que a inclusão social aconteça. Esta realidade ainda está longe de acontecer no Brasil por conta da desigualdade social em que vive o país, mas ele tem um potencial grande de viabilizar a cultura que alcance os excluídos, defende Assis (2010).

Vale destacar que a cultura se apresenta com possibilidade de resistência para muitos dos que vivem em situações de exclusão e de vulnerabilidade social. Estes grupos, a partir das dimensões culturais e sociais, têm apresentado novas formas de pensar e ocupar a cidade, sendo capazes de tencionar a ordem desigual vigente.

Segundo Silveira (2007, p. 63; 93), a biblioteca se configura como uma das instituições fundamentais para a troca dos elementos culturais e se posiciona como um Lugar de Cultura, caracterizando um local de continuidade e de preservação da história e do conhecimento, além de proporcionar um espaço de transformação social que “interfere no meio cultural” por meio do “incentivo à educação e à leitura”. As bibliotecas públicas, entretanto, não conseguem alcançar as necessidades da população, pois apresentam uma dimensão de cultura erudita, estão localizadas nos centros urbanos e, assim, longe da periferia, além de possuírem uma visão de equipamento público voltado basicamente para a educação, esquecendo-se de incentivar e criar o hábito da cultura em quem a frequenta.

Para uma cidade polarizada e carente de privilégios, propor uma política cultural exige de seus gestores decisões amplas que vão desde as prioridades até os planejamentos rigorosos de seus recursos, principalmente, quando se vivencia uma

crise econômica, sendo preciso “garantir direitos existentes, criar novos direitos e desmontar privilégios” (CHAUÍ, 2006, p. 65).

O território, conforme Haesbaert (2020, p. 141), deve ser pensado para além do nome que é utilizado, sendo tratado a partir de 3 modalidades: categoria prática, categoria normativa e categoria de análise, assim conceituadas:

**Categoria prática:** concepção do território no senso comum;  
**Categoria normativa:** tenta responder “o que é o território” e o que “ele deve ser”, exemplo as políticas territoriais do Estado;  
**Categoria de análise:** o território passa a ser um teórico e metodológico a partir da reflexão intelectual.

Observando as categorias acima apresentadas, percebe-se que a sociedade vive um momento direcionado mais para a categoria prática do que para normativa quando se abordam os territórios da América Latina, pois estes possuem a cópia de alguns traços europeus ligados ao colonialismo, ignorando a diversidade cultural advinda de diversas origens como a dos asiáticos e africanos.

No que se refere à identidade territorial, é possível perceber “referenciais simbólicos tanto internos quanto externos àquele espaço” (HAESBAERT, 2020, p. 142), sendo essa identidade territorial muito fortemente marcada pela diferença socioeconômica que caracteriza a condição periférica dos países latinos americanos em relação aos países de primeiro mundo, que agrega traços das diferentes culturas nos países periféricos e esses traços, muitas vezes, são impostos no cotidiano das pessoas por ser parte do interesse econômico das grandes potências.

Por meio da dimensão simbólica e com base na categoria prática apresentada pelo autor, percebe-se que novos territórios são construídos com o propósito de desenvolver práticas culturais diferentes das que lhe são apresentadas. Assim, esses grupos “transformam o território e elaboram territorialidades pautadas num outro sentido, o do território como território de vida, condição da [sua] própria existência” e desenvolvem territorialidades específicas na América Latina (HAESBAERT, 2020, p. 143).

Essa nova territorialidade não se separa das dimensões políticas, econômicas, culturais de uma cidade, mas busca articulá-las com as próprias bases que criam e que são essenciais para a reprodução do grupo na sociedade, pois os territórios “são definidos e construídos ao longo de processos específicos de organização e resistência”, complementa ainda Haesbaert (2020, p. 144)



O que se percebe é que as leis que deveriam atender a sociedade como um todo prevalecem de acordo com “os interesses de um grupo social hegemônico”, que percebe, na cidade, “a possibilidade de enriquecimento” (SILVA; MACIEL, 2021, p. 185).

Com o processo de urbanização e industrialização vivido pelo Brasil, principalmente após a ditadura militar, as cidades, para se tornarem atraentes aos olhos dos investidores, criaram espaços modernos e com tecnologia, todavia, paralelo a esta cidade modelo, surgiu a produção de um espaço que vive o processo de criminalização, ao qual as autoras Silva e Maciel (2021) chamam de um controle dos territórios marcados pelo empobrecimento. Assim, a participação popular só é garantida com a criação de fóruns e conselhos populares.

É possível identificar que o “conflito está na base da organização da sociedade, que expressa a sua luta pela sobrevivência” (SILVA; MACIEL, 2021, p. 186). Ao se criarem instrumentos que visam à vida participativa no território determinada por ações dos movimentos sociais/culturais que criticam o ordenamento desigual da cidade e ressignificam sua existência, promove-se uma nova organização social, por meio de ações de re-existência, segundo Porto-Gonçalves (2002 *apud* SILVA; MACIEL, 2021), o que torna um território que é simultaneamente um local de sobrevivência e de construção de novas territorialidades (SILVA; MACIEL, 2021).

Para Zibechi (2007), por meio dessas ações, possibilita-se a criação de uma nova organização social, criando laços e vínculos sociais que estão, de certa forma, relacionados ao processo de emancipação da população daquele espaço. Como exemplo de experiências, o autor cita: o enraizamento territorial em espaços de conquistas por grandes lutas sociais; a autonomia em relação aos Estados, partidos políticos, igrejas e sindicatos; a afirmação de identidade e da diferença; a capacidade de tomar em suas mãos a educação e de formar seus próprios intelectuais; o papel destacado das mulheres e da família, que são as pautas de sustentação dos movimentos; os modos de divisão de trabalhos não tayloristas.

Percebe-se, assim, por meio da organização desses movimentos sociais, a criação de outros espaços que mostram, conforme Silva e Maciel (2021, p. 205), não apenas “a postura criativa dos ocupantes em relação à construção de espaços de sociabilidade, como festas do calendário nacional, os espaços de brincadeiras, de arte urbana como grafites, a produção de horticultura”, mas também, como objeto de estudo deste trabalho, as bibliotecas comunitárias.

Essas são ações de resistência, uma questão de sobrevivência, mas não opção de vida dessas pessoas, pois “ocupar os espaços oficiais de tomada de decisões, como conselhos municipais, ou ainda, construir espaços de legitimidade ao propor políticas e leis populares são processos construtivos” dessa sobrevivência, defendem Silva e Maciel (2021, p. 211).

Assim, corrobora Zibechi (2015), ao acrescentar que tais ações promovem nova organização social e, os territórios servem como espaços de sobrevivência construindo novas territorialidades, resgatando experiências, cultura e vínculos diversos.

Sendo assim, verifica-se que a sociedade cria múltiplas formas de resistir à desigualdade, criando alternativas para enfrentar a má gestão do território por meio de ações desenvolvidas por movimentos ou grupos sociais, a fim de legitimar seu espaço propondo políticas populares. Silva e Oliveira (2017) pautam, entretanto, que as diferenças “existem devido à desigualdade dos acessos dos capitais econômicos, culturais e simbólicos” enquanto os espaços de conflitos surgem devido às contrariedades entre os interesses da classe dominante e dos movimentos sociais.

Já Garcia Canclini e Roncagliolo (1988) corroboram que as culturas populares existem, porque a desigualdade provoca situações, tais como: apropriação desigual dos bens econômicos e culturais nas diferentes classes sociais; uma necessidade específica de acordo com as condições de vida; interação conflituosa entre as classes subalternas e hegemônicas em relação aos bens sociais.

Segundo Zibechi (2007), o potencial das políticas presentes na periferia promove, dentro da organização social, a construção de uma dimensão sociopolítica, em que a cultura, educação, saúde, alimentação são temas primordiais. Silva e Maciel (2021, p. 215) complementam que essas experiências de construção “criam redes de apoio e solidariedades; consolidam espaços de participação, comunicação, cultura e educação comunitária” e, “podem contribuir para o desenvolvimento de estudos e estratégias” que ampliam as “discussões do planejamento urbano”, como é o caso das bibliotecas comunitárias, foco deste trabalho.

A periferia, ao longo dos anos, deixou de ser vista como um local de pobreza, violência e sofrimento e passou a ser entendida “como marcador da presença ativa de populações” não mais frágil, mas sim, com potencialidade e força para lutar pela sua sobrevivência e superar a condição que lhe foi dada (D’ANDREA, 2013, p. 10; 177).

De acordo ainda com D'Andrea (2013, p.14), quando o indivíduo dessa "subjetividade age politicamente é denominado" sujeito periférico, que, nesse caso, é conhecedor, se reconhece e toma "posse de sua condição periférica", passando de passivo a ativo dessa condição (D'ANDREA, 2013, p. 173). Nem todo sujeito, contudo, é periférico, visto que, para ser definido como sujeito periférico, é preciso apresentar três características de acordo com D'Andrea (2013, p. 174):

Assume sua condição de periférico; (de periférico em si a periférico para si); Tem orgulho de sua condição de periférico;(do estigma ao orgulho); Age politicamente a partir dessa condição; (da passividade à ação).

Hoje se vive uma nova era dos movimentos que se organizam na luta pela democratização da sociedade e, em específico, da cultura, devendo o sujeito periférico ter "orgulho de ser periférico", reconhecer-se e sentir que pertence "a uma coletividade que compartilha códigos, normas e forma de ver o mundo" e ter senso crítico de como a sociedade está estruturada (D'ANDREA, 2013, p. 175).

A organização dos movimentos sociais em relação à sua forma de articular no território e a produção cultural, na percepção de Cavalcanti (2008, p. 19) caracterizam-se por um discurso contra-hegemônico com o objetivo de criar uma outra cidade, pois é um espaço que "abriga, produz e reproduz culturas". Então, se antes, eles se apresentavam de forma isolada e dispersa, hoje eles se articulam não apenas presencialmente, mas também por meio das redes sociais e *sites* e, assim, propagam o potencial transformador que eles têm.

Com tais informações, infere-se que, geralmente esses movimentos surgem de grupos independentes, sem uma estrutura jurídica, formados em sua maioria por jovens, que vivem em áreas periféricas, e se reúnem por um mesmo propósito e com ações culturais que possuem uma ideologia contra o poder hegemônico e no combate à violência.

Para melhor explicar e diferenciar grupos, movimentos e coletivos, Reguillo (2012 *apud* MAIA, 2014) conceitua cada um:

- ⇒ Grupo: uma reunião de pessoas sem organicidade;
- ⇒ Coletivo: grupo estruturado que possui uma determinada organicidade;
- ⇒ Movimento: possui um objetivo social e chama o grupo para participar de suas lutas em um espaço público.

Raimundo (2017) explicita que os coletivos, em sua maioria, surgem como grupos, de forma espontânea e lúdica, organizando suas atividades sem uma organicidade e, após um determinado período, estruturam-se e organizam-se construindo projetos e os executam de forma organizada e regular, passando a se chamar de coletivos. Quando esses coletivos passam a se organizar em rede, caracterizam-se em movimentos sociais.

As atividades desenvolvidas pelos coletivos “interferem na rotina tanto da metrópole quanto da cidade, propondo novas dinâmicas sociais, assim como outras perspectivas de produção interna dos espaços urbanos”, afirma ainda Raimundo (2017, p. 26).

Urge pensar nesses movimentos no processo de construção das cidades, em especial das cidades aqui estudadas, fazendo-se um contraponto em termos paralelos a esse processo a formação da periferia, onde as pessoas estão excluídas das áreas centrais da cidade e não conseguem aproveitar as atividades culturais e de lazer que estão localizadas longe de suas casas.

A luta dos movimentos sociais é pelo direito de acesso a equipamentos públicos de uso coletivo, como por exemplo: o equipamento público cultural, o que mostra a necessidade de casas de cultura, bibliotecas, museus, cinemas entre outros, que são escassos nas periferias das cidades.

Atividades desenvolvidas na comunidade, por conseguinte, possuem estratégias que se associam às lutas políticas e expõem as críticas à ordem hegemônica (RAIMUNDO, 2017).

Raimundo (2017, p. 22) ainda explicita que os movimentos culturais desenvolvem diferentes atividades na comunidade, atividades estas que vão desde produção de teatro; cinema; cursos das mais diferentes áreas até a “formação política, educação ambiental e cursinho pré-vestibular”, com o propósito de incentivar e possibilitar conhecimentos esquecidos pelo Estado. Na visão de Downing (2002 *apud* RAIMUNDO, 2017, p. 22), tais movimentos culturais são grupos de pessoas que vão de encontro dos mesmos interesses e veem um progresso independente da ajuda do Estado, pois este não consegue atender a esses interesses por completo. Assim, seus objetivos mantêm uma relação próxima de um sentimento de crescimento e identidade pessoal por meio da interação cultural com movimento.

Diversos temas são abordados na comunidade, tais como: direitos humanos; racismo; direito da mulher; meio ambiente, além de criar, por intermédio da arte e da

cultura, “espaços de liberdade de expressão e trocas de saberes”, proporcionando “condições para a construção de outros olhares sobre a cidade” (RAIMUNDO, 2017, p. 146).

A partir do entendimento da periferia como espaço de disputa e resistência e das ações políticas afirmativas dos movimentos sociais, especificamente no estudo de caso deste trabalho de pesquisa, observa-se que, além da liberdade de expressão e trocas de saberes, os movimentos estudados- *Quilombo Abayomi* e *Cultura no Morro* - formam projetos que promovem educação não formal<sup>1</sup>, propondo para a comunidade atividades que vão além da biblioteca comunitária, como por exemplo, o cursinho popular para pré-vestibular, assistências jurídica e social, cursos que podem propor conhecimentos e melhoria na vida profissional das pessoas.

---

<sup>1</sup>De acordo com Gohn (2006), a educação não-formal representa um processo com diferentes dimensões: a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação para o mercado de trabalho, mediante da aprendizagem de habilidades de potencialidades; a aprendizagem de práticas que capacitam as pessoas a se organizarem e resolver problemas coletivos comunitários; a aprendizagem de conteúdos que possibilita uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor. Para a autora a educação “não-formal ocorre em ambientes e situações interativos construídos coletivamente, segundo diretrizes de dados grupo”.

## **4 BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS COMO TERRITÓRIO SOCIOPOLÍTICO**

Nesta seção, o objetivo principal é apresentar as dimensões da biblioteca comunitária, no entanto, para que se possa entender as correlações delas, num primeiro momento, apresenta-se o processo histórico e de evolução das bibliotecas para se chegar ao tema central do trabalho que são as bibliotecas comunitárias e como estas fazem parte do território sociopolítico.

### **4.1 As Bibliotecas e suas dimensões no decorrer da história**

A biblioteca como hoje se conhece passou por um processo gradativo de mudanças com o passar dos séculos. No início de sua história, as primeiras bibliotecas apresentavam um caráter particular, pois eram iniciativas de grupos específicos, como imperadores, reis e a própria Igreja, com um acervo que atendesse às suas necessidades (MILANESI, 1983).

A partir do século XV, as bibliotecas modificaram sua estrutura e natureza, deixando de ser administradas por esses grupos e, aos poucos, tornaram-se locais públicos de fácil acesso e se propagaram pelo mundo (BURKE, 2003). Então, a biblioteca passou a ser aberta e pública, implicando uma democratização maior da informação, não só abrindo as portas para esse novo público, mas também atraindo leitores para utilizar seu espaço e, assim, atender às necessidades de um grupo e não mais do ser individual, passando agora a ser um órgão dinâmico e coletivo, esclarece Martins(2002, p. 325).

Neste sentido, ela ficou conhecida na sociedade como biblioteca pública que, segundo Brasil (2020), deve atender a todos os públicos, tendo “por objetivo atender a comunidade em que está inserida com o seu acervo e seus serviços, levando a informação e propagando a leitura” em acordo aos preceitos do Manifesto da IFLA/ UNESCO sobre Bibliotecas Públicas.

São elas espaços conhecidos por promoverem o fomento ao resguardo da memória local e a promoção do conhecimento, como se comprova com Suaiden (1995, p.19-20):

A biblioteca pública, mantida pelo governo, tem por objetivo primordial preservar e difundir o conhecimento, principalmente no que se refere à cultura local, e dentre todos os tipos de bibliotecas é a única que possui

realmente características de uma instituição social, tanto pela amplitude de seu campo de ação como pela diversificação de seus usuários. É um centro de educação permanente.

Desde sua chegada ao Brasil, elas ficaram esquecidas pelos gestores e não havia leis que regulamentassem sua existência até o ano de 1992 quando foi criado o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, por meio do decreto n. 520, de 13 de maio de 1992. Esse decreto visa a “proporcionar à população bibliotecas públicas racionalmente estruturadas, de modo a favorecer a formação do hábito de leitura e estimular a comunidade ao acompanhamento do desenvolvimento sociocultural do País” (BRASIL, 1992).

Somente no ano de 2012, contudo, o governo implantou a lei n. 3.727, que exige “a presença de pelo menos uma biblioteca em cada município brasileiro” (BRASIL, 2012), porém, sabe-se que, em muitas cidades, elas são apenas um local físico, que nem estão em funcionamento muitas vezes ou, quando estão, não estimulam o desenvolvimento sociocultural e tampouco o hábito pela leitura.

As bibliotecas públicas, na contemporaneidade, têm promovido ações sociais e culturais de inclusão e reconhecimento das diferentes expressões presentes nos territórios em que estão inseridas. As pessoas não deixam de utilizar o espaço, pois há atividades prestadas desde ações que incentivam a leitura, como a *Hora do Conto*, até cursos de capacitação para aprender a operar computadores e celulares. Muitas delas têm equipamento para pessoas com deficiência; outras vão para além do espaço físico em que a biblioteca está, são as famosas bibliotecas itinerantes que levam informação e cultura para quem não vai até ela. Então, as bibliotecas atuais são um espaço vivo (FREITAS, 2010), todavia, sabe-se que o número de bibliotecas públicas brasileiras que desenvolvem essas ações ainda é pequeno.

De acordo com atualização do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (BRASIL, 2023), no Brasil, têm-se 5293 Bibliotecas públicas, sendo elas: municipais, distritais, estaduais e federais, para uma população de um pouco mais de 200 milhões de habitantes, um número muito pequeno de bibliotecas para uma população tão grande. Cabe citar que as regiões com maior número de bibliotecas públicas são: Sudeste 1274, Nordeste 1807 e Sul 1291.

A quantidade de Bibliotecas Públicas no Brasil, portanto, é insuficiente se comparado ao número da sua população. Além desta questão, algumas bibliotecas estão fechadas ou não possuem um acervo acessível ou adequado para a população

que está em seu entorno. Existem, também, bibliotecas bem equipadas, que receberam premiação internacional pelo seu serviço, como é o caso da biblioteca *Parque Villa-Lobos*, localizada na cidade de São Paulo.

Com a popularização do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), as bibliotecas públicas passaram a se reinventar para que as pessoas não deixassem de utilizá-las e a desenvolver atividades de que o seu público possa usufruir, assim, proporcionando a competência em informação e colaborando no processo do conhecimento de forma pública. Além da disseminação da informação e do conhecimento, hoje a biblioteca contemporânea apresenta um viés de perfil social, ou seja, preocupa-se, também, com as pessoas que a utilizam e, assim, passa a pensar em Projetos sociais como oficinas, cursos e/ou palestras.

As Tecnologias de Informação e Comunicação tiveram um impacto considerável no cotidiano das bibliotecas, uma vez que, segundo Calixto (2007, p.8):

o enorme potencial das tecnologias, nomeadamente da Internet, tem permitido a expansão de serviços personalizados de aconselhamento de leitura e de referência e informação para níveis até há pouco tempo impensáveis, requerendo e fomentando a cooperação e a exploração conjunta de recursos de instituições como bibliotecas, arquivos e museus, até há pouco a funcionar em compartimentos estanques. Uma real mudança de paradigma, catalisada pelas tecnologias, está em curso, e resulta numa profunda transformação destas instituições, que acentua cada vez mais o seu papel de produtoras de conteúdos.

Algumas bibliotecas públicas possuem parcerias com ONGs com o objetivo de contribuir no processo de formação do cidadão. A Biblioteca Pública de Jacareí é um exemplo e, em parceria com a ONG Recode, propõe um programa de estímulo à transformação social e digital, visando ao empoderamento digital e social (JACAREÍ, 2021a).

Conclui-se, então, que, por meio dessas ações sociais e de inclusão, a biblioteca mostra ser um serviço democrático e igualitário para o uso e acesso da informação, respeitando a diversidade tanto dos interesses da comunidade como do interesse individual (UNESCO, 1994).

## **4.2 Bibliotecas Comunitárias, seu surgimento e ações**

Sempre que as bibliotecas públicas, em muitos momentos, não ampliam o seu serviço para áreas como a periférica e a rural e não priorizam estender o acesso à



informação e à interação nesses locais, ela corre o risco de perder a sua função social e a sua essência de existir, diz Suaiden (1995).

Quando, por diversos motivos, entre eles a centralização territorial, as bibliotecas públicas não conseguem atender às demandas de um determinado grupo de pessoas ou indivíduos. Observa-se, então, o surgimento de algumas experiências de bibliotecas comunitárias que, conforme Madella (2010, p. 49), caracterizam-se por “espaços indissociáveis do processo de inclusão e formação do cidadão leitor, ultrapassando a aquisição de informação e criando oportunidades para sua apropriação e ressignificação”. Assim o faz, buscando o empoderamento da comunidade, criando mecanismos que irão colaborar nos desenvolvimentos social, educacional e cultural.

Com a falta de bibliotecas e de investimento por parte do governo em proporcionar equipamentos culturais às populações vulneráveis, nota-se o surgimento de novos “tipos” de bibliotecas que visam a atender às necessidades dessa população, como por exemplo, as bibliotecas comunitárias (ALMEIDA JÚNIOR, 1997; MILANESI, 1989; SUAIDEN, 1995).

Acerca do termo, Almeida Júnior (1993) explicita que a biblioteca comunitária teve início na década de 1990 e era vista como um conceito de biblioteca alternativa. Para esse autor, encaixavam-se todas as propostas que tivessem por objetivo mudar ou ressignificar os serviços das bibliotecas tradicionais, tais como: “Biblioteca ação cultural”, “Biblioteca-centro cultural”, “Centro de documentação popular” e, também, as “bibliotecas comunitárias e populares”.

Já Barral Júnior (2017, p. 20) corrobora que as bibliotecas comunitárias surgem a partir do momento em que o governo se encontra:

ausente, onde o acesso à informação e a educação é precário, como nas periferias das grandes cidades, em áreas urbanas e também nas áreas rurais, como o próprio nome sugere, é uma biblioteca para comunidade em seu entorno, feita pela comunidade. Surgindo em espaços alternativos e sem nenhuma estrutura, o que move a construção é o puro desejo de disseminar conhecimento àqueles que estão à margem do saber.

Verri (2010) contrapõe-se a Almeida Júnior (1997) em termos de datas ao afirmar que bibliotecas comunitárias surgiram, no Brasil, ligadas a movimentos voltados para a educação popular e aumento do conhecimento cultural, nas décadas

de 1930 a 1950. Essas experiências vinham das cidades: Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte em direção à cidade de Recife, mas, a princípio, eram conhecidas como bibliotecas populares. O motivo de seu surgimento, então, deve-se ao fato de as bibliotecas públicas estarem localizadas nos grandes centros e afastadas dos bairros marginalizados).

Machado e Vergueiro (2010, p. 6) informam que as bibliotecas comunitárias surgem “como um poder subversivo de um coletivo, uma forma de resistência contra-hegemônica, de quase enfrentamento social”, visando a trabalhar o empoderamento da comunidade e criando formas que possam colaborar no desenvolvimento social e auxiliar na formação do cidadão, por meio de práticas criativas, inovadoras e de inclusão.

A razão para a criação desses espaços, contudo, é singular e não deve ser generalizada, pois cada uma foi criada por um motivo especial. Aqui se percebe que seus criadores são engajados com livros (muitos acumulam livros em suas residências) e decidem abrir o acervo para a comunidade. Esses espaços podem surgir por iniciativas individuais ou coletivas, tais como: Igrejas e/ou ONGs (MACHADO, 2008; MADELLA, 2010; VIEIRA, 2007).

Flusser (1980) observa que as bibliotecas comunitárias não oferecem somente a informação à comunidade, mas também analisam a herança cultural das pessoas e afirma que elas possibilitam ao não-público (que são os públicos potenciais, população marginalizada) o estímulo de produção, além de proporcionar atividades de escrita e de produção cultural.

As diferenças entre as Bibliotecas Comunitárias e as Públicas são diversas, entretanto Machado (2008, p. 60-61) elenca alguns tópicos:

- 1- a forma de constituição: são bibliotecas criadas efetivamente pela e não para a comunidade, como resultado de uma ação cultural;
- 2- a perspectiva comum do grupo em torno do combate à exclusão informacional como forma de luta pela igualdade e justiça social;
- 3- o processo de articulação local e o forte vínculo com a comunidade;
- 4- a referência espacial: estão, em geral, localizadas em regiões periféricas;
- 5- o fato de não serem instituições governamentais, ou com vinculação direta aos Municípios, Estados ou Federação.

Por serem criadas pela comunidade, isso faz deste equipamento um dispositivo de interesse coletivo, de modo que as informações e as ações sejam desenvolvidas por todos e acabem atendendo às necessidades do grupo, mantendo, assim, “uma incidência política presente em todas as ações” (ALVES, 2020, p. 8).

As bibliotecas comunitárias, em sua grande maioria, estão localizadas em regiões periféricas, área de exclusão e de difícil acesso. Não raro, também é possível encontrá-las em regiões nobres, contudo, encontram-se em locais excluídos e irão atender um público de poder aquisitivo alto (MACHADO; VERGUEIRO, 2010).

A territorialidade e a marginalidade urbana são marcas inscritas nessas bibliotecas e, de alguma forma, definem-nas. Além disso, a criação de uma biblioteca comunitária se dá em um momento de ruptura dentro do cenário de extrema complexidade, marcando a descontinuidade de um percurso previsto pelas classes dominantes para um determinado grupo de pessoas moradoras das periferias (FERNANDEZ; MACHADO; ROSA, 2018). Acerca dessa questão, Merklen (2016, p. 79) lembra que “o território representa aqui muito mais que um lugar onde viver, é o espaço de constituição de um grupo social, da sua localização relativa em um espaço social frente a outros grupos sociais”.

Ter uma identificação, como por exemplo, uma placa externa, facilita para a população da comunidade reconhecer o espaço como um equipamento cultural de acesso à informação. Fernandez, Machado e Rosa (2018) acrescentam que as pessoas moradoras próximas às Bibliotecas Comunitárias sabem indicar sua localização e demonstram intimidade com o espaço.

No que se refere à sua localização, as bibliotecas comunitárias surgem nos mais variados locais, desde garagem, varanda até em geladeiras, caixas, bicicletas, ponto de ônibus e outros lugares próprios para se criar uma biblioteca (CARNEIRO, 2016).

Em relação ao seu tamanho, Fernandez, Machado e Rosa (2018, p. 37) descrevem que as bibliotecas comunitárias estão instaladas em locais pequenos, de no máximo 40 m<sup>2</sup>, não havendo para elas especificações sobre sua dimensão, o que dá indícios de como funciona em condições precárias pelo tamanho de sua instalação,

comprometendo, muitas vezes, a livre circulação das pessoas e o conforto, o que ocorre, também, com as escolas e moradias daquela comunidade.

Em relação à ambientação e à disposição dos espaços, Fernandez, Machado e Rosa (2018) declaram que as bibliotecas comunitárias se esforçam em proporcionar espaços diferenciados para o atendimento e a realização das atividades que desenvolvem. Apesar de estarem em espaços pequenos, tais bibliotecas são bem cuidadas e convidativas, com mobiliário colorido, estantes que destacam as capas dos livros, tornando esse espaço acolhedor.

A maioria desses espaços não foram construídos para serem bibliotecas, entretanto, um determinado grupo de pessoas se uniu e ressignificou o local, dando a ele a identidade que atendesse à necessidade da comunidade, sendo isso um indício concreto da resistência cultural. Assim, infere-se que o espaço é uma conquista (FERNANDEZ; MACHADO; ROSA, 2018).

O acervo das bibliotecas comunitárias, diferentemente das públicas, é formado por doação e, em sua maioria, por livros literários, confirmando o compromisso que as bibliotecas têm com a formação de leitores. Além dos livros de literatura, é possível encontrar livros de história, artes, brinquedos, filmes e jogos. Por ser uma biblioteca para a comunidade, os gestores e profissionais responsáveis pelo espaço são, em sua maioria, voluntários (FERNANDEZ; MACHADO; ROSA, 2018; MACHADO, 2008).

Sendo assim, deduz-se que a maioria dos gestores não possuem formação em Biblioteconomia, mas possuem outros valores e habilidades essenciais para o bom funcionamento das bibliotecas comunitárias, pois o fazem com amor e têm empatia com as pessoas e com os livros (BASTOS; GALLI; ROMÃO, 2013).

Como destaca Silva (2011, p. 161–162), embora não haja nelas bibliotecários, as bibliotecas “parecem funcionar de maneira eficaz”, visto que tal eficácia não se dá apenas “nos procedimentos técnicos e formalização organizacional, mas na presença espontânea dos usuários e na demonstração de ser um espaço necessário à comunidade”.

Conclui-se, então, que os gestores não possuem conhecimento especializado para catalogar os livros, porém conseguem levar para a comunidade um serviço que vai muito além dos livros e, assim, atendem às necessidades da comunidade.

### 4.3 Biblioteca Comunitária como territórios sociopolíticos

Na literatura acadêmica, são poucos os estudos que abordam o tema e discutem sobre as bibliotecas comunitárias e como essas contribuem na sociedade.

As bibliotecas comunitárias são espaços criados por iniciativas da comunidade visando a “atender às demandas da população local em suas necessidades informacionais e culturais” (VASCONCELOS; SILVA; PEREIRA, 2004, p. 33) com o propósito de democratizar a leitura e a escrita, porque, segundo Fernandez, Machado e Rosa (2018), “nelas está a semente da apropriação social dessas ferramentas”.

A proposta das bibliotecas comunitárias é democratizar o acesso à cultura, incentivar a educação e promover a cidadania, proporcionando um crescimento pessoal e o amadurecimento das relações sociais dentro da comunidade. A visão social dessas bibliotecas é combater a desigualdade que ocorre no que diz respeito ao acesso às informações, que é uma realidade para as pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social (MACHADO, 2008).

A diferença dela para a biblioteca pública, na visão de Machado e Vergueiro (2010, p. 6), é que a biblioteca comunitária é criada pela comunidade e não para ela, além de combater a:

exclusão informacional como forma de luta pela igualdade e justiça social; processo de articulação local e forte vínculo com a comunidade; a referência espacial: em geral, localizadas em regiões periféricas; e o fato de não serem instituições governamentais, ou vinculação direta aos Municípios, Estados ou Federação.

Sabe-se que os motivos para se criar uma biblioteca comunitária são inúmeros, todavia, segundo Machado (2008) e Botelho (2012), dentre tais motivos, esses equipamentos, em muitos locais, são formas de afastar os jovens e adultos do tráfico de drogas e das situações de vulnerabilidade social.

Nas bibliotecas comunitárias, acontece a real apropriação da cultura escrita por parte das pessoas tradicionalmente excluídas da sociedade. Essa exclusão, segundo Fernandez, Machado e Rosa (2018), dá-se pelo fato de gerar nessa população a ideia de que não lhes pertencem determinados bens culturais, sendo-lhes imposto que são supérfluos e somente poucos têm o direito de acesso.

Há a iniciativa da própria comunidade em romper esse conceito, mostrando que foram exclusas de algo importante e é preciso buscar formas de ter o acesso à leitura e à escrita (FERNANDEZ; MACHADO; ROSA, 2018).

A biblioteca comunitária pode atuar como suporte no que tange à educação, atendendo às necessidades da educação regular que não é atendida nas escolas, como Prado (2010, p. 145) esclarece:

A biblioteca comunitária quando considerada território de memória, atua como um sujeito ativo que desempenha um papel fundamental como espaço ideal de leitura, educação, organização social, cidadania, desenvolvimento sustentável, transferência da informação, linguística, dialogismo, etc., e não como um organismo voltado aos interesses exclusivos de quem a dirige. Porque se ela for apenas um espaço fechado, deixa de ser uma biblioteca comunitária e as suas funções tornam-se de uma biblioteca privada cujo dono (mesmo que a gestão seja compartilhada com outras pessoas) a gere de acordo com os seus interesses pessoais e/ou do grupo a qual pertence.

Assim, as bibliotecas comunitárias são criadas pelas próprias comunidades e se constituem em novas oportunidades, pois, para muitos da comunidade, elas são a única oportunidade que possibilita pensar, compreender, imaginar um mundo novo e criar formas de habitá-lo, o que antes não parecia ser possível (FERNANDEZ; MACHADO; ROSA, 2018).

Para Constantino Bértolo (2017, p. 151), a biblioteca comunitária é aquela que tem “a capacidade de definir por ela mesma o bem comum, como comunidade democrática” e trabalha diariamente na sua construção.

A forma como interagem com a comunidade, a sua participação, a gestão das comunidades na construção do dia a dia das bibliotecas e o modo como atraem a atenção das pessoas para utilizar o espaço apontam o caráter político e democrático das bibliotecas (FERNANDEZ; MACHADO; ROSA, 2018).

Já Nora Rabotnikof (2002, p. 143) considera que “o público faz referência à abertura, ao debate, à discussão coletiva, à pluralidade de opiniões, à informação ampliada”, além de afirmar que “as características centrais desse espaço público são, entre outras: pluralidade, espaço de ação e de discurso, [...] lugar da luta pelo reconhecimento”. Essas características são, na verdade, percebidas nas bibliotecas comunitárias.

A sua articulação em rede vem crescendo no decorrer de sua história, enxergando-se como um espaço de resistência e de luta por direitos e cultura, com uma política voltada para o livro e para o conhecimento. Todos esses aspectos tornam a biblioteca um agente que formará pessoas críticas e ativas (FERNANDEZ; MACHADO; ROSA, 2018).

Fernandez, Machado e Rosa (2018, p. 15) ainda defendem que:

O impacto dessas iniciativas em seus territórios colabora para subsidiar decisões daqueles que são os responsáveis pela construção de políticas públicas de cultura no Estado e daqueles que buscam investir em formação de leitores no país, em favor do reconhecimento da relevância da ação cultural realizada pelo conjunto das bibliotecas comunitárias no Brasil.

Tais bibliotecas, então, representam para a comunidade uma alternativa para o acesso a espaços culturais, pois a maioria está localizada em regiões periféricas dos grandes centros urbanos e é uma forma de suprir ou complementar a falta de equipamentos públicos, tais como: biblioteca pública, museu, teatro entre outros equipamentos que, muitas vezes, estão localizados em regiões centrais do município.

Por não possuir uma política pública que possa lhe dar amparo financeiro, os seus gestores buscam meios que possam auxiliar a conseguir recursos financeiros e manter os serviços prestados para a comunidade. Assim, algumas cobram taxas de atraso dos livros, outras sobrevivem por meio de parcerias com a comunidade, empresas e/ou ONGs e algumas se inscrevem em editais de financiamento ou premiações (MACHADO, 2008).

As bibliotecas comunitárias não podem ser vistas isoladamente, mas precisam ser pensadas e planejadas juntamente com as políticas públicas para as bibliotecas públicas e escolares, pois iniciativas isoladas podem não sustentar a sua manutenção a longo prazo (MACHADO, 2008).

O seu papel social para a comunidade é muito importante, sendo um dos pontos em destaque o seu papel transformador não apenas na vida das crianças com dificuldades de aprendizado e, muitas vezes, alfabetizadas na biblioteca, como também na vida dos jovens em situação de vulnerabilidade e na dos pais que, por acompanharem seus filhos na escola, desenvolvem o gosto pela leitura ou, também, são alfabetizados.

Neste sentido, a biblioteca comunitária é um espaço que vem da iniciativa da população, a qual reivindica um espaço cultural devido à falta de biblioteca pública próxima ao bairro, e atua no afastamento dos jovens da violência, drogas e vulnerabilidade social (MACHADO, 2008; SILVA, 2011; VIEIRA, 2007).

Como constata Botelho (2012, p. 22–23), as bibliotecas comunitárias buscam, de alguma forma, transformar a comunidade que, muitas vezes, está:

marcada pela violência, jovens envolvidos com drogas, desemprego, precariedade nos serviços de saúde, educação e cultura. Levar informação através do livro, da leitura e atividades culturais a essas comunidades marcadas por privações de todos os níveis, é apontar um caminho diferente à marginalidade. É contribuir para o desenvolvimento pessoal do indivíduo e de uma comunidade mais próxima da cidadania.

Conforme afirmado acima, as bibliotecas comunitárias têm um papel social e cultural que visa a transformar e a criar oportunidades para o desenvolvimento das crianças, jovens e adultos das pessoas que as frequentam.

Das condições de vulnerabilidade vividas pelas pessoas no território surgem iniciativas de pessoas comuns a tomarem providências para enfrentar o dia a dia de carência e a precariedade de educação e cultura de suas comunidades. São, portanto, espaços que refletem movimentos de resistência à exclusão e de luta por direitos e cultura (FERNANDEZ; MACHADO; ROSA, 2018).

No quesito cultural, a biblioteca é um espaço para a produção e a criação, assim podendo a pessoa articular seu próprio universo cultural e potencializar a cultura, por meio de manifestações artísticas, como a música, literatura, cinema etc., ações estas que dão vida ao livro (PINTO, 2013). Essas ações têm um direcionamento político como a mudança do posicionamento crítico e social de quem frequenta a Biblioteca. Por meio delas, as bibliotecas assumem uma configuração de “dispositivos estratégicos de transformação de consciências por meio da palavra”, infere ainda Pinto (2013, p. 24).

Andrade (1957 *apud* VERRI, 2010, p. 80) aborda a importância que a biblioteca comunitária tem para a comunidade que a cerca, pois ela é:



uma das atividades mais atualmente necessárias para o desenvolvimento da cultura brasileira. Não que essas bibliotecas venham resolver qualquer dos dolorosos problemas da nossa cultura, o da alfabetização, o da criação de professores de ensino secundário, por exemplo [...]. Mas a disseminação, no povo, do hábito de ler, se bem orientada, criará fatalmente uma população urbana mais esclarecida, mais capaz, de vontade própria, menos indiferente à vida nacional. Será talvez esse um passo agigantado para a estabilização de uma entidade racial, que coitada! Se acha tão desprovida de outras forças de unificação.

Para tal autora, portanto, por meio das ações e projetos desenvolvidos pela biblioteca comunitária, as pessoas podem tornar-se críticas, ter suas opiniões formadas e, assim, fazer parte da sociedade da qual elas se sentem excluídas.

Enfim, pode-se sintetizar que as bibliotecas comunitárias, principalmente as localizadas em bairros periféricos, devem ser dispositivos culturais de ações, pois, como destaca Pinho (2013), as ações culturais são importantes e necessárias para a comunidade, já que, por meio delas, justifica-se a existência da biblioteca no território, por ser “um terreno propício para ações de transformação social e política” (PINHO, 2013, p. 23) e por se encontrarem as bibliotecas comunitárias em um contexto cultural, em que as políticas e ações desenvolvidas por elas não podem desconectar-se deste contexto (PINHO, 2013).

## **5 SÃO JOSÉ DOS CAMPOS E JACAREÍ E O DEBATE DA CULTURA E SUAS TERRITORIALIDADES**

Esta seção objetiva apresentar, de forma panorâmica, os aspectos histórico-territoriais, suas políticas culturais e o cenário da cultura periférica e popular das duas cidades onde estão localizadas as experiências estudadas neste trabalho.

### **5.1 Panorama histórico-territorial e cultural das cidades em estudo: um breve relato sobre São José dos Campos e Jacareí**

De acordo com o IBGE (2022a), a cidade de São José dos Campos está localizada no interior do Estado de São Paulo, situada no Vale do Paraíba. Ocupa uma área territorial equivalente a 1.099, 409 km<sup>2</sup>, sendo que 353,9 km<sup>2</sup> estão em perímetro urbano. A sua população, de acordo com o censo de 2010, é de 629.921 pessoas, porém, com uma população estimada, em 2021, de 737.310 habitantes (IBGE, 2022b).

A economia da cidade é voltada principalmente para o setor terciário, com atividades voltadas para o comércio e prestação de serviços. Em entrevista concedida ao *O Vale* (2018), Alberto Alves destaca que, para cada 10 vagas disponíveis de emprego na cidade, 7 delas estão locadas para o setor de serviços.

De acordo com a prefeitura de São José dos Campos, é uma cidade que une cultura, tradição e tecnologia, onde estão localizados institutos de pesquisa e empresas de tecnologias de ponta como: General Motors, Johnson & Johnson, Petrobras, Monsanto, Embraer, entre outras. Conta ainda com instituições de ensino e pesquisa relevantes: INPE, Cemaden, DCTA, IEAV, ITA, UNESP, UNIFESP, FATEC, UNIVAP e os parques tecnológicos (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 2022).

Além de sua importância econômica, a cidade conta com 4 parques para visitação e é um centro cultural de grande importância para o Vale do Paraíba, com projetos e eventos culturais realizados pela Fundação Cultural Cassiano Ricardo (FCCR) (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 2022).

Compete à Fundação Cultural garantir o direito à identidade, à diferença, à diversidade cultural e à participação na vida cultural de todos os munícipes, por meio de políticas públicas de promoção cultural.

Com seu olhar voltado para a cidade, a Fundação Cultural Cassiano Ricardo visa a valorizar os artistas da região e manter vivas as manifestações culturais no artesanato, música, dança e culinária. Com objetivo de atender a todas as regiões de São José dos Campos, sem exceção, tal Fundação também está presente nos bairros com 20 espaços culturais que levam os mais variados cursos e oficinas, todos gratuitos, para bem pertinho do cidadão (FUNDAÇÃO CULTURAL CASSIANO RICARDO, 2021a).

Por valorizar e manter viva as manifestações culturais, a Fundação Cultural Cassiano Ricardo mantém diversos espaços culturais pela cidade como casas de cultura, museus, arquivo público, ateliês de arte, centro de estudos de teatros entre outros (FUNDAÇÃO CULTURAL CASSIANO RICARDO, 2009).

O acesso aos espaços culturais pelos moradores é algo importante a ser levado em consideração e, para saber se esse acesso é concentrado de maneira igualitária pela cidade, analisaram-se neste trabalho a localização desses equipamentos, o ano em que eles foram criados e, por fim, verificar em qual perímetro mais se concentram os espaços culturais.

Embora São José dos Campos seja uma cidade planejada e com suas qualidades voltadas para a cultura, é possível deparar-se com um território que se encontra em um processo o qual valoriza os interesses imobiliários e do capital, dando-se seu desenvolvimento por meio dos interesses de mercado pelos quais, por consequência, acontecem a apropriação do espaço público e a exclusão social (FORTI, 2021), marcando uma condição de vulnerabilidade e de exclusão para as pessoas que vivem nas periferias da cidade.

Devido a esse processo de urbanização ser desigual para a população da cidade, cabe mencionar que, em outra frente, há a organização coletiva de resistência ao que o capital impõe na cidade: os movimentos sociais, que procuram realizar ações coletivas, propõem um novo debate para a ação sofrida no território (CONDUTTA *et al.*, 2019).

A desigualdade social trazida por um sistema econômico baseado na lógica da exclusão contribuiu para o surgimento de movimentos de resistência, tendo, como estratégia prático-discursiva, o uso do direito à cidade (SOUZA, 2021).

A criação desses movimentos proporcionou desenvolver ações que levam os mais variados conhecimentos para a periferia, tais como: conhecer seus direitos como cidadãos, cursinhos pré-vestibular, assistência jurídica etc.

Já a cidade de Jacareí, de acordo com o IBGE (2022c), está localizada no interior do Estado de São Paulo, situada no Vale do Paraíba. Ocupa uma área territorial equivalente a 464,272 km<sup>2</sup>, sendo que 92,3 km<sup>2</sup> estão em perímetro urbano. A sua população, de acordo com o censo de 2010, é de 211.214 pessoas, mas com uma população estimada, em 2021, de 237.119 habitantes (IBGE, 2022d).

Jacareí, segundo dados presentes no caderno técnico de Revisão do Plano Diretor, passou por um momento de espraiamento do perímetro urbano entre os anos de 2002 e 2020. Esse aumento se deu em maior proporção na região leste que está conurbada com a cidade de São José dos Campos (JACAREÍ, 2021b).

Segundo o IBGE citado pelo Plano Diretor (JACAREÍ, 2021b, p. 71), "o rendimento *per capita* de até meio salário mínimo" da população corresponde a 33,5%, indicando, portanto, 1/3 da população de baixa renda, o que representa um "alto grau de carência".

Sobre os dados de vulnerabilidade social da cidade, os índices mais altos de vulnerabilidade, segundo a prefeitura de Jacareí (2021b), foram apresentados nas regiões periféricas: sul, leste e oeste. Em uma dessas regiões, está localizado o bairro Jardim Pedramar, onde estão a Biblioteca Comunitária *Ler Para Crescer* e o coletivo *Cultura no Morro*, focos deste estudo, com uma população com renda *per capita* inferior a ½ salário mínimo, 25% a 39,8% dos domicílios.

De acordo com a prefeitura, é uma cidade que une turismo cultural e religioso, e cheia de tradição. Jacareí possui um parque industrial diversificado com empresas como: Fibria, Cebrace, Heineken, Ambev, Chery, Rohm and Haas, Parker Hannifin, Latecoere, Armco, Teknia, Bas, Dow Química, entre outras. Conta, também, com instituições de ensino reconhecidas: Anhanguera, FATEC, INESP, IFSP, ETEP e ETEC (JACAREÍ, 2021a).

A cidade possui 2 parques para visitação (um deles tem acesso à Biblioteca Pública Macedo Soares) e um centro comunitário de esporte e lazer distribuídos em alguns bairros da cidade. No que diz respeito à cultura, a cidade tem um *Museu de Antropologia do Vale do Paraíba* e o *Pátio nos Trilhos*, uma antiga estação de trem que recebe diversas atrações culturais e é a sede da Fundação Cultural de Jacarehy (JACAREÍ, 2021a).

A Fundação objetiva garantir o acesso à cultura por meio das manifestações culturais e é a responsável em promover ações voltadas para conservar, proteger e divulgar o patrimônio cultural da cidade, "sendo de sua competência gerir e viabilizar

as atividades junto ao Museu de Antropologia do Vale do Paraíba, Arquivo Público [Sala Mário Lago] e Histórico do Município de Jacareí e Núcleo de Arqueologia” (FUNDAÇÃO CULTURAL DE JACAREHY, 2022a).

De acordo com o Caderno de leitura crítica da cidade, a mobilidade urbana da cidade não atende adequadamente à população moradora nas regiões afastadas do centro da cidade, sendo necessário ampliar a circulação e melhorar o transporte público. Foi constatada, também, a carência ou ausência de alguns equipamentos públicos, tais como: escolas, creches, UBS, lazer, saneamento básico e queixa dos munícipes em relação aos investimentos acontecerem principalmente nas regiões centrais (JACAREÍ, 2022). Sobre os projetos e ações culturais, percebe-se que eles acontecem por "iniciativa comunitária e sem recursos municipais", havendo uma deficiência por parte do setor responsável por atividades culturais da cidade (JACAREÍ, 2022, p. 61).

As duas cidades estudadas, portanto, sofrem processos parecidos de exclusão social, colocando em evidência a desigualdade existente no território. Partindo-se deste ponto, as ações de resistências desenvolvidas pelos movimentos sociais proporcionam uma ressignificação do território por meio das diversas estratégias para descolonizar o processo de opressão que lhe foi imposto (MENESES *et al.*, 2019).

## **5.2 As políticas culturais e suas perspectivas territoriais nas cidades de São José dos Campos e Jacareí**

A preocupação com a cultura é percebida nas duas cidades estudadas, pois ambas fazem parte do Sistema Nacional de Cultura, desenvolvendo políticas públicas culturais de forma democrática, a fim de “promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais” (BRASIL, 2022b).

O ano de 1985 foi muito relevante para o cenário cultural joseense, pois nesse ano, a cidade passou a ter uma lei de fundação cultural, só sendo possível devido a uma movimentação da sociedade solicitando uma instituição cultural que tivesse maior autonomia (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 1985).

Por meio dessa lei, criou-se a Fundação Cultural Cassiano Ricardo (FCCR) que tem como função:

- formular a política cultural da cidade, visando maior acesso da população aos bens culturais;
- articular-se com os órgãos públicos e privados para assegurar a coordenação e execução dos programas culturais;
- promover meios que permitam a participação da comunidade na política cultural do município;
- estimular, seja por meios técnicos e financeiros, o aparecimento de grupos artísticos;
- manter uma equipe especializada para prestar assistência técnica ao conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Paisagístico e Cultural (COMPAHC) na promoção da defesa do patrimônio artístico, histórico e cultural do município
- conceder auxílio às instituições culturais existentes, para assegurar o desenvolvimento de um programa cultural;
- manter o Arquivo Público do município responsável pela acumulação, conservação e guarda de documentos públicos e privados de valor histórico e cultural [...]
- realizar promoções destinadas à integração social da população, com vista à elevação do seu nível cultural e artístico (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 1985).

O trabalho da FCCR, por conseguinte, existe para melhorar o campo cultural do município e possibilitar que todos tenham acesso à cultura, sem exclusões.

Sabe-se que há uma política cultural para incentivar a cultura na cidade de São José dos Campos, promovida pela Fundação Cultural Cassiano Ricardo, a qual consolida importantes ações culturais nas diversas áreas artísticas, trabalhando, assim, para possibilitar ao cidadão joseense acesso à cultura, o que é fundamental para o desenvolvimento humano (FUNDAÇÃO CULTURAL CASSIANO RICARDO, 2009).

Além da lei 3050/85 que cria a Fundação Cultural, a cidade conta com a Lei de Incentivo Fiscal à Cultura, criada em 1993, como “um mecanismo de financiamento público, por meio de renúncia fiscal, para projetos artístico-culturais de artistas, grupos, coletivos ou outras entidades e empresas que trabalham na área artístico-cultural, a serem realizados na cidade de São José dos Campos” , tendo por objetivo:

- estimular a produção artístico-cultural local;
- ampliar a acesso às atividades artísticas e aos bens artísticos-cultural;
- valorizar os profissionais das áreas artísticas e culturais;
- preservar o patrimônio cultural material e imaterial;
- estimular formas de circulação de bens artísticos-culturais na cidade (FUNDAÇÃO CULTURAL CASSIANO RICARDO, 2020).

No ano de 2016, foi criada a lei 9.343, que instituiu o Sistema Municipal de Cultura de São José dos Campos. Esse sistema municipal é integrado ao Sistema

Nacional de Cultura, sendo o principal articulador das políticas públicas de cultura e objetivando formular e implementar essas políticas, para, assim, promover os desenvolvimentos humano, social e econômico (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 2016).

Sendo assim, a política de cultura estabelece o direito à cultura de todos os municípios, o combate à discriminação e preconceito de qualquer natureza, promove a equidade social e territorial do desenvolvimento cultural e consolida a cultura como vetor importante para o desenvolvimento sustentável. Sempre que possível, a Fundação Cultural deve desenvolver parcerias com o setor privado (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 2016).

Além das leis que estimulam a cultura, a cidade de São José dos Campos possui um Fundo Municipal de Cultura (FMC), criado em 2013, o qual corresponde a “um mecanismo de financiamento público, com recursos diretos, para projetos artístico-culturais de artistas, grupos, coletivos ou outras entidades e empresas que trabalham na área artístico-cultural” da cidade (FUNDAÇÃO CULTURAL CASSIANO RICARDO, 2022).

Outro ponto relevante a se destacar é o programa cultural *Arte nos Bairros*, que, segundo a Fundação, disponibiliza “vagas em oficinas culturais gratuitas, possibilitando o acesso da população ao aprendizado e exercício da arte, em áreas artísticas diversas, como dança, artes plásticas, música e economia criativa” (FUNDAÇÃO CULTURAL CASSIANO RICARDO, 2021b). Pontua-se aqui que as *Casas de Cultura* têm o propósito de descentralizar a cultura e a arte e alcançar uma parcela da população que moram em bairros de todas as regiões da cidade, voltada para o público a partir dos 6 anos.

A partir daqui, passa-se a analisar o cenário cultural de Jacareí, destacando que ele ganhou força um pouco antes da cidade de São José dos Campos, pois, já no ano de 1981, a Fundação Cultural de Jacareí foi criada, atendendo a lei 2.034 de 14 de setembro de 1981. A princípio, sua criação se deu com o objetivo de administrar o Museu de Antropologia e o Patrimônio Cultural da cidade (FUNDAÇÃO CULTURAL DE JACAREHY, 2022b).

Tal Fundação fazia parte do Departamento de Cultura, mas, na década de 90, este departamento foi extinto e, em 1993, a Fundação se tornou Pública de Direito Público (FUNDAÇÃO CULTURAL DE JACAREHY, 2022b). Cabe destacar que ela tem como competência:

- I – Desenvolver políticas públicas para a ação cultural do Município;
- II – Promover uma ação cultural ampla, participativa e descentralizada, respeitando as regiões e os diversos segmentos culturais do Município;
- III – Promover cursos regulares e periódicos de difusão, extensão, oficinas, workshops, palestras, congressos e seminários sobre temas relacionados ao seu campo de atuação;
- IV – Estimular o desenvolvimento e a participação dos cidadãos nas diversas formas de expressão artística, tais como: artes cênicas; artes visuais; música; literatura; audiovisual e novas mídias; culturas populares e tradicionais; manifestações culturais e artísticas; artesanato (FUNDAÇÃO CULTURAL DE JACAREHY, 2022c).

Assim como a cidade de São José dos Campos, a cidade de Jacareí conta com a lei municipal n. 3.648 de 17 de maio de 1995, Lei de Incentivo à Cultura, para projetos culturais da cidade (JACAREÍ, 1995).

Já em 2012, foi criado o Fundo Municipal de Cultura, por meio da lei nº 5.691, tendo por objetivo:

- I – estimular as expressões culturais e artísticas, coletivas e individuais, assegurando a diversidade cultural do Município;
- II – estimular a formação cultural de indivíduos e grupos;
- III – promover a preservação do patrimônio cultural do Município, enfatizando ações de documentação, restauração e proteção dos bens culturais da cidade e memória oral e escrita de seus cidadãos;
- IV – promover a difusão da produção artístico-cultural, especialmente voltada à comunidades locais, que não visem fins lucrativos;
- V – incentivar projetos de abrangência social e de importância cultural para o Município;
- VI – incentivar projetos comunitários, principalmente aqueles de caráter exemplar e multiplicador, que contribuam para facilitar o processo criativo e o acesso à cultura por parte da população;
- VII – fomentar atividades artísticas de caráter inovador e experimental;
- VIII – estimular o debate sobre o desenvolvimento humano, cultural e ético e sobre os valores que afirmam a cidadania a partir da valorização da cultura;
- IX – promover pesquisas, criação e circulação de obras e projetos artísticos e/ou culturais (JACAREÍ, 2012).

Igualmente à cidade de São José dos Campos, Jacareí colocou em prática a Lei do Sistema Municipal de Cultura, criada em 2013, com a meta de:

- I – integrar e articular os órgãos, programas e ações culturais do Poder Público do Município de Jacareí,
- II – contribuir para a implementação das políticas públicas de cultura, pactuadas entre os entes da sociedade civil e poder público municipal;
- III – articular ações transversais, descentralizadas e participativas, com a finalidade de estabelecer e efetivar o Plano Municipal de Cultura de Jacareí;



IV – promover iniciativas para apoiar o desenvolvimento social com pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes de fruição e financiamento da cultura;

V – consolidar um sistema público municipal de gestão cultural, com ampla participação e transparência nas ações públicas, por meio da revisão da legislação pertinente e implantação de novos instrumentos institucionais;

VI – assegurar a centralidade da cultura no conjunto das políticas locais, tendo o município como o território onde se manifestam os princípios da diversidade e da multiplicidade cultural.

Apesar de ser um equipamento cultural, as bibliotecas públicas das cidades de São José dos Campos e de Jacareí estão ligadas à Secretaria de Educação, o que comprova Milanesi (1983) demonstrar que o histórico das bibliotecas públicas indica serem elas suportes e estarem direcionadas para as escolas, assim ocorrendo uma dissociação entre as políticas culturais e educacionais.

Como ainda destaca Milanesi (1983), no final do século XIX, as bibliotecas públicas tiveram como papel principal dar apoio pedagógico para as escolas, sendo esse o único meio de o aluno obter a informação para estudar, pois muitos deles não tinham condições financeiras de comprar os livros indicados pelos professores. Os pais com maior poder aquisitivo compravam os livros para seus filhos, mas quem não tinha a mesma situação financeira recorria à biblioteca pública para conseguir fazer seus trabalhos, o que ainda acontece em pleno século XXI (MILANESI, 1983).

No levantamento de campo com os bibliotecários, das bibliotecas públicas estudadas, eles informaram que as atividades desenvolvidas no local são voltadas para o público infantil, principalmente, das escolas. As bibliotecas têm um calendário para receber os alunos de diversas escolas: públicas e particulares, desenvolvendo atividades de hora da leitura, “contação” de história e outras atividades recreativas.

Atividades voltadas para o público adulto são desenvolvidas apenas na biblioteca pública de Jacareí, a qual oferece cursos de informática, artesanato e jogos para idosos, além de ter sido escolhida pela Recode, uma organização da sociedade civil que busca “transformar vidas pelo empoderamento digital” por meio de “projetos que unem tecnologia e educação”, qualificando “jovens, adultos no uso de ferramentas digitais”, ações relevantes para o período em que a sociedade está vivendo (RECODE, 2022).

A política cultural dessas cidades se configura de uma maneira que há a dimensão territorial dos equipamentos públicos, no entanto, ainda existe uma

deficiência, uma barreira no acesso à cultura por parte das pessoas a esses equipamentos nas regiões periféricas da cidade.

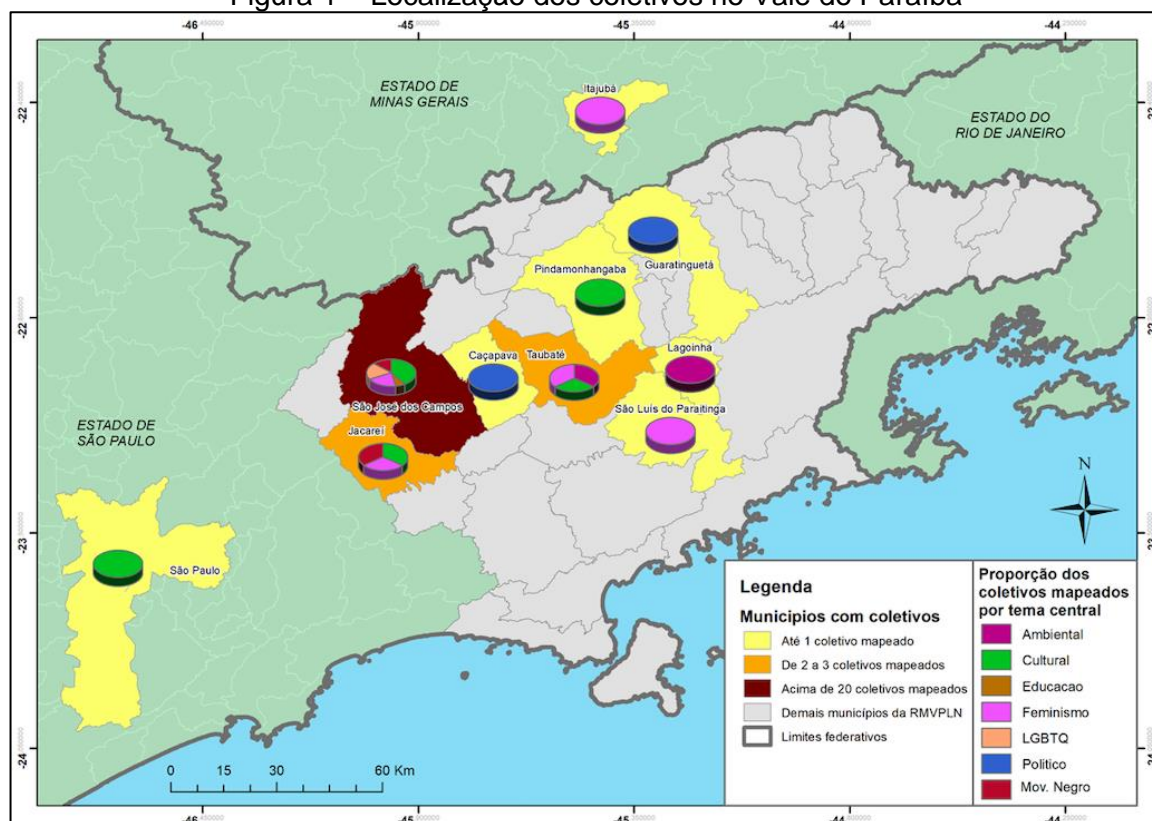
O objetivo desta seção, portanto, não foi analisar o alcance ou não de todas as políticas, mas sim, o de mapear suas existências e identificar que muitas dessas políticas foram, de alguma forma, acessadas pelas experiências estudadas.

### **5.2.1 O cenário da cultura periférica e popular nas duas cidades**

Segundo Conditta *et al.* (2019), as cidades estudadas são palco de diversas resistências tanto quanto ao modo de repensar o território quanto ao direito à cidade. Os movimentos sociais e as ações coletivas, criados a partir dessas resistências, ressignificam a cultura e o território. Segundo ainda os referidos autores, há uma concentração significativa desses movimentos e ações coletivas no Vale do Paraíba, que se organizam em diversas áreas de resistência: moradia, cultura, entre outros. Então, com tais ações, os coletivos reinventam a sua forma de apropriar o espaço urbano e trazem para o território uma nova lógica socioculturalpolítica.

A Figura 1 abaixo referencia as principais temáticas de luta dos coletivos dos municípios do Vale do Paraíba e, por meio deste mapa, é possível visualizar que as cidades de São José dos Campos, Jacareí e Taubaté são as que concentram maior parte dos coletivos e das ações, apresentando os mais variados temas de discussão (CONDUTTA *et al.*, 2019).

Figura 1 – Localização dos coletivos no Vale do Paraíba



Fonte: Conduzza *et al.* (2019).

Para debaterem os temas com a comunidade, os coletivos aplicam diversas ações que auxiliam no processo de compreensão. Dentre as quais, citam-se: rodas de conversa, oficinas, eventos culturais e musicais, sendo uma outra ferramenta importante com o intuito de aumentar o alcance de suas ações para além da comunidade o uso das redes sociais, complementam Conduzza *et al.* (2019).

Como dito no início desta seção, a esfera cultural das cidades estudadas é distribuída e cuidada pelas Fundações Culturais de cada uma delas, porém, percebe-se que as atividades desenvolvidas pelas Fundações não alcançam toda a classe popular das cidades.

A partir do levantamento realizado pelo Núcleo de Extensão Pesquisa-Ação Cartografias Sociais (NEPACS) no âmbito do Projeto de Pesquisa “Movimentos Sociais e Ações Coletivas, por uma sistematicidade política dos territórios periféricos latino-americanos”, vinculado ao Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da UNIVAP, do qual a pesquisadora faz parte, foi possível identificar os movimentos sociais da cidade de São José dos Campos e de Jacareí

(Quadro 1 e Quadro 2) e que eles estão localizados na área central e/ou norte dos municípios.

Quadro 1 – Movimentos sociais em São José dos Campos

Nome do Equipamento	Bairro	Cidade
Coletivo Casa Comuna Deusa	Centro	São José dos Campos
Labart	Vila Zeze	São José dos Campos
Câmera & Luz	Vila Sta Luzia	São José dos Campos
Coletivo Mixgeração	Santana	São José dos Campos
Família Lobos LGBT e Associação LGBTQ+)	Santana	São José dos Campos
Cooperativa Labore	Jardim Augusta	São José dos Campos
Coletivo Coexistir	Centro	São José dos Campos
Ponto de Cultura Jongu Mistura da Raça	Coqueiro	São José dos Campos
Angoleiros do Sertão	Santana	São José dos Campos
Coletivo Triluna	Campos de São José	São José dos Campos
Grupo Janela Mágica	Santana	São José dos Campos
Grupo Maxado	Vila Tatetuba	São José dos Campos
Resistência Feminista SJC	Centro	São José dos Campos
Coletivo Sincronistas	Jardim Satellite	São José dos Campos

Fonte: Relatório Técnico do Projeto Movimentos Sociais e Ações Coletivas: por uma sistematicidade política dos territórios periféricos latino-americanos.

Acerca dos movimentos sociais de Jacareí, pôde-se realizar um levantamento por meio do *site* da prefeitura e da Fundação Cultural da cidade, identificando-se alguns movimentos sociais, conforme Quadro 2.

Quadro 2 – Movimentos Sociais em Jacareí

Nome do Movimento	Bairro
Coletivo de Mulheres Nandi	não possui um local fixo
Coletivo Palmares Existe	não possui um local fixo
Nação Hip Hop Brasil	não possui um local fixo
Lab@art	não possui um local fixo
Cultura no Morro	Bairro Pedramar
Quilombo Coração Valente	Bandeira Branca

Fonte: Adaptado de Jacareí (2021c); Fundação Cultural de Jacarehy (2022d).

É interessante destacar que há uma parceria entre alguns desses movimentos sociais, realizando o projeto cultural “Batalha dos Trilhos”, que acontece desde 2017, no Pátio dos Trilhos, localizado no centro da cidade (FUNDAÇÃO CULTURAL DE JACAREHY, 2022d). Essa “batalha” tem por objetivo valorizar a cultura *hip hop* e arte urbana, ocorrendo o encontro em espaço público e gratuito com uma linguagem que conversa com os jovens e pessoas que gostam do estilo musical (BATALHA NOS TRILHOS, 2023).

Um ponto importante a ser destacado é a faixa etária das pessoas que estão à frente dos movimentos sociais: pessoas jovens da periferia, que se unem e se organizam a fim de conscientizar e lutar por direitos.

Na escala do território, a pesquisa traz novos dados para a região de São José dos Campos e de Jacareí não só quanto ao quesito de como está sendo o investimento público nos equipamentos culturais da cidade, em específico, nas bibliotecas bem como quanto, na falta de bibliotecas públicas e serviços de qualidade, de que forma a população carente desses equipamentos tem criado alternativas para terem acesso à cultura e à informação, principalmente, nessas cidades consideradas polo de tecnologia e desenvolvimento, mas sem prestarem assistência igualitária à sua população.

As bibliotecas comunitárias estudadas estão diretamente ligadas a coletivos culturais que buscam a melhoria de condições de vida das pessoas que ali vivem, como é o caso dos movimentos *Cultura no Morro* e *Quilombo Abayomi*.

## **6 BIBLIOTECAS: AÇÕES E TERRITORIALIDADES EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS E JACAREÍ**

Esta seção traz um recorte sobre os projetos e ações desenvolvidas pelas bibliotecas públicas nas cidades estudadas e, num segundo momento, apresenta o mapeamento das bibliotecas públicas e comunitárias com objetivo de refletir sobre a sua localização no território, avaliando sua centralidade ou capilaridade.

### **6.1 Mapeamento das Bibliotecas Públicas e Comunitárias nas cidades de São José dos Campos e Jacareí**

De acordo com Brasil (2007), a distribuição e a circulação de livros no país correspondem a uma parcela significativa das atividades culturais desenvolvidas, mas, por motivos socioeconômicos, eles não estão disponíveis para toda a população brasileira. Por reconhecer essa diferença entre as classes sociais, a Secretaria de livro e leitura tenta implantar uma rede de bibliotecas públicas nos municípios e, juntamente, promover e conscientizar sobre o hábito da leitura.

Sabe-se da desigualdade regional ao implementar as bibliotecas municipais e essa desigualdade abarca diversas dimensões: o local e equipamentos adequados; a formulação de projetos; a falta de recursos financeiros por parte dos gestores, além de uma outra questão que é a informatização desse equipamento cultural. Apesar de serem exigidos, muitos municípios do Brasil não dispõem de equipamentos culturais e, no caso do presente estudo, as bibliotecas (BRASIL, 2007).

Com o intuito de suprir as dificuldades de acesso à leitura e à informação devido à falta de bibliotecas públicas, a população se une para reunir recursos e criar movimentos, para juntos, construir bibliotecas comunitárias. A criação de bibliotecas comunitárias é, portanto, segundo Cavalcante e Araripe (2014, p. 30):

um movimento de colaboração, partilha e convivência entre seres plurais, de rica competência cultural e humana para o combate à exclusão informacional, pois país sem pobreza é país rico em informação e com amplo acesso a ela.

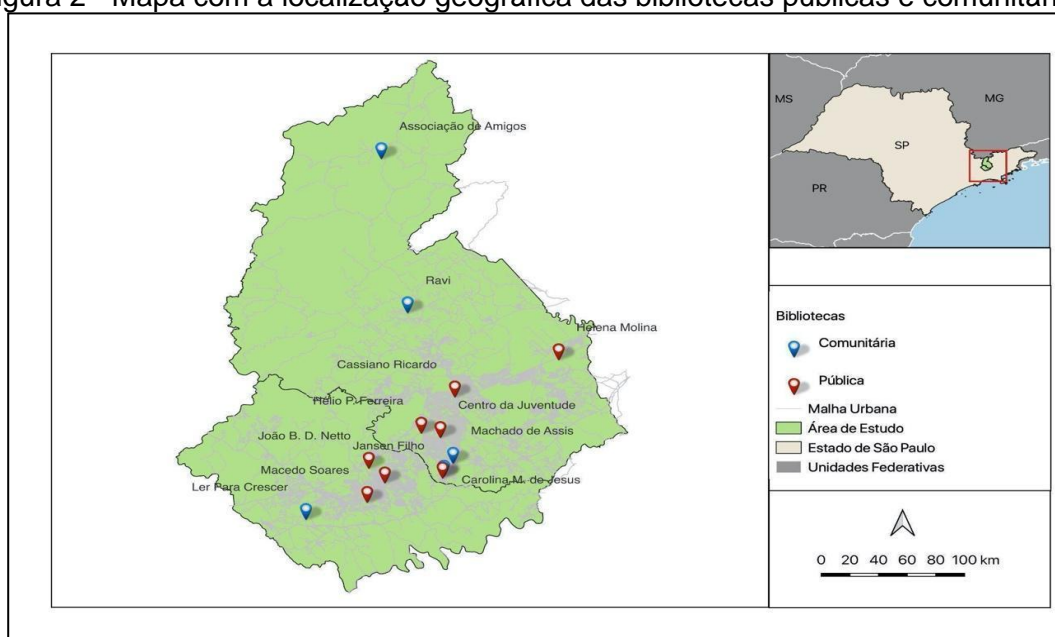
O recorte territorial proposto neste trabalho é o levantamento e o estudo das bibliotecas públicas e comunitárias das cidades vizinhas, São José dos Campos-SP e Jacareí- SP, localizadas na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte.

A escolha do recorte territorial se estrutura a partir de dois elementos-chave: o primeiro de ordem territorial e regional devido à proximidade e às relações intraurbanas existentes entre tais cidades; o segundo é de ordem analítica que pretende avaliar as similitudes e diferenças entre as experiências das bibliotecas comunitárias e públicas nas duas localidades.

As bibliotecas, focos deste estudo, estão localizadas nas cidades de São José dos Campos e Jacareí, situadas na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte. Após a escolha das cidades, fez-se o levantamento, por meio de *sites* das prefeituras, para localizar as bibliotecas públicas e redes sociais (*Instagram* e *Facebook*) para identificar as bibliotecas comunitárias.

Após identificação e localização das bibliotecas públicas e comunitárias nas cidades supracitadas, fez-se a construção de um mapa para melhor visualizar a distribuição dos equipamentos culturais nos territórios, como se apresenta na Figura 2 abaixo:

Figura 2 - Mapa com a localização geográfica das bibliotecas públicas e comunitárias.



Fonte: Elaborado pela autora e produzido por Daniel Andrade com base nos dados de IBGE, (2010).

Ao se realizar o levantamento, no ano de 2021, identificaram-se, na cidade de São José dos Campos, 4 bibliotecas comunitárias em funcionamento: **Saviver** (Bairro Vista Verde), **Machado de Assis** (Bairro Bosque dos Eucaliptos), **Ravi** (Chácara Boa Vista), **Biblioteca Solidária** (localizada em São Francisco Xavier) e uma biblioteca em fase de elaboração da **Casa de Cultura e Resistência Quilombo Abayomi**

(Bairro Campo dos Alemães). Em janeiro do ano de 2022, todavia, a Biblioteca Comunitária *Saviver* suspendeu suas atividades por não ter verba para pagar o aluguel do espaço e doou seus livros para a Biblioteca Pública Cassiano Ricardo.

Assim como em São José dos Campos, realizou-se um levantamento acerca das bibliotecas comunitárias do município de Jacareí, localizando-se apenas 1 biblioteca comunitária em funcionamento - **Ler Para Crescer** (Bairro Jardim Pedramar).

São objetos de estudo as bibliotecas comunitárias *Biblioteca Carolina Maria de Jesus*, parte de ações desenvolvidas pelo coletivo *Casa de Cultura e Resistência Quilombo Abayomi* na cidade de São José dos Campos e a Biblioteca Comunitária *Ler Para Crescer*, que tem apoio do coletivo *Cultura no Morro* na cidade de Jacareí. Escolheram-se essas duas experiências comunitárias por se tratarem de ações desenvolvidas no território, objetivando propor novas territorialidades para os bairros onde estão localizadas e por poder ser exemplo para os gestores que pensam no Planejamento Urbano dessas duas cidades.

As bibliotecas públicas mapeadas na cidade de São José dos Campos são, em seu total, cinco unidades espalhadas pela cidade e localizadas nos bairros: Centro, Jardim das Indústrias; Eugênio de Melo; Campos dos Alemães e Jardim América. Na cidade de Jacareí, foram mapeadas 3 bibliotecas públicas, localizadas nos bairros: Centro, Parque Meia Lua e Jardim Esperança.

Pode-se perceber, em relação à concentração das bibliotecas públicas das cidades de São José dos Campos e de Jacareí, que elas estão localizadas em regiões centrais e de fácil acesso às pessoas que moram próximas a elas, entretanto, isso dificulta o acesso à maioria da população, a qual vive nos bairros mais afastados da cidade e tem maior dificuldade para se locomover e ir até às bibliotecas.

Outro ponto importante a ser destacado se refere às bibliotecas chamadas setoriais (localizadas nos bairros das cidades) serem coordenadas por apenas 1 bibliotecário responsável, o qual trabalha na biblioteca localizada no bairro central da cidade, enquanto as demais bibliotecas ficam sob responsabilidade de professores municipais remanejados de seus cargos por apresentar algum problema de saúde que os impede de lecionar.

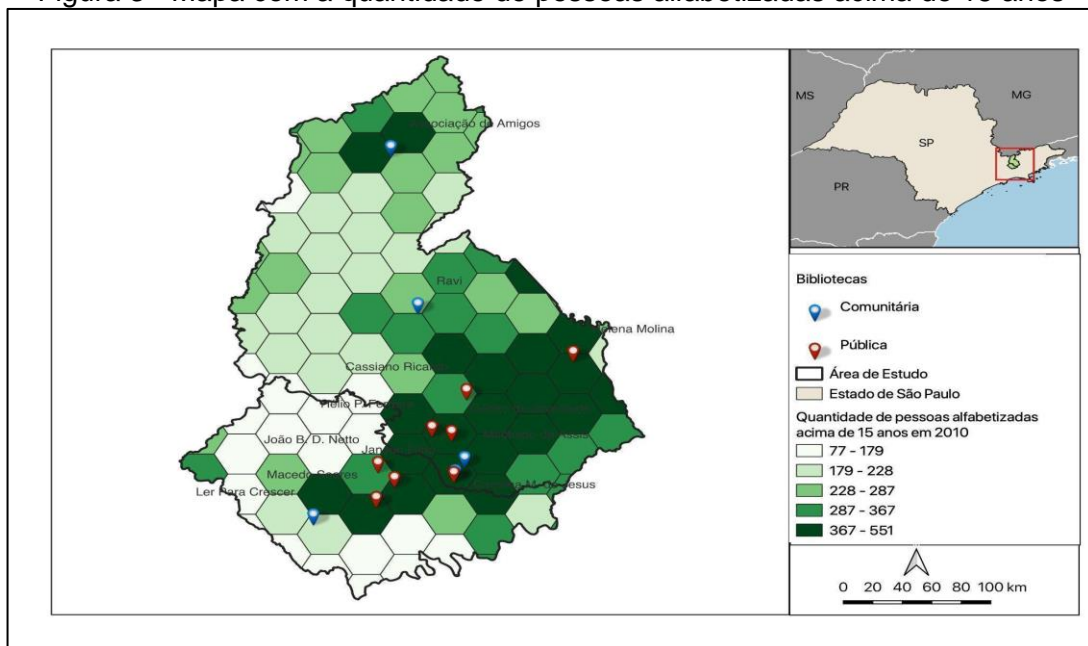
A localização das bibliotecas comunitárias nas cidades de São José dos Campos e Jacareí evidencia (Figura 2) que estão concentradas em espaços afastados da região central e de fácil acesso e que a falta de bibliotecas públicas no entorno das



comunidades periféricas pode ser uma das razões para o surgimento de algumas experiências de bibliotecas comunitárias, que promovem ações que atenderão às demandas presentes em seus territórios.

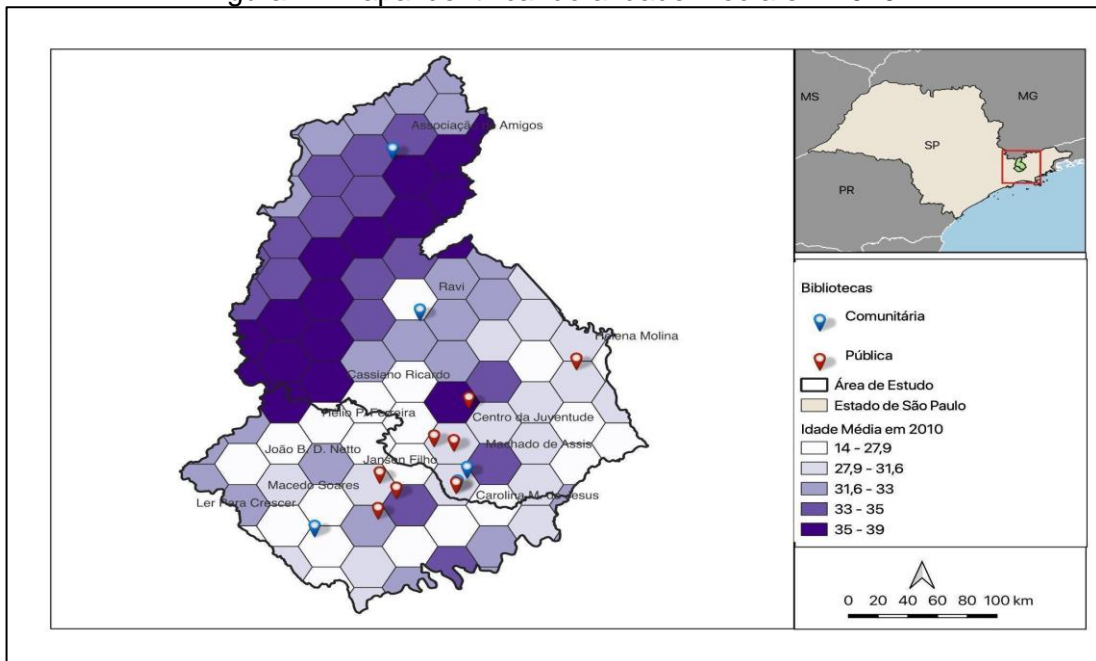
Para melhor visualizar as questões sociais nas proximidades das bibliotecas públicas e comunitárias, recuperaram-se informações junto ao censo 2010 (IBGE, 2010) referente à alfabetização (Figura 3); idade média (Figura 4) e à concentração *per capita* (Figura 5). Informações essas observadas nas figuras (3, 4, 5) abaixo:

Figura 3 - Mapa com a quantidade de pessoas alfabetizadas acima de 15 anos



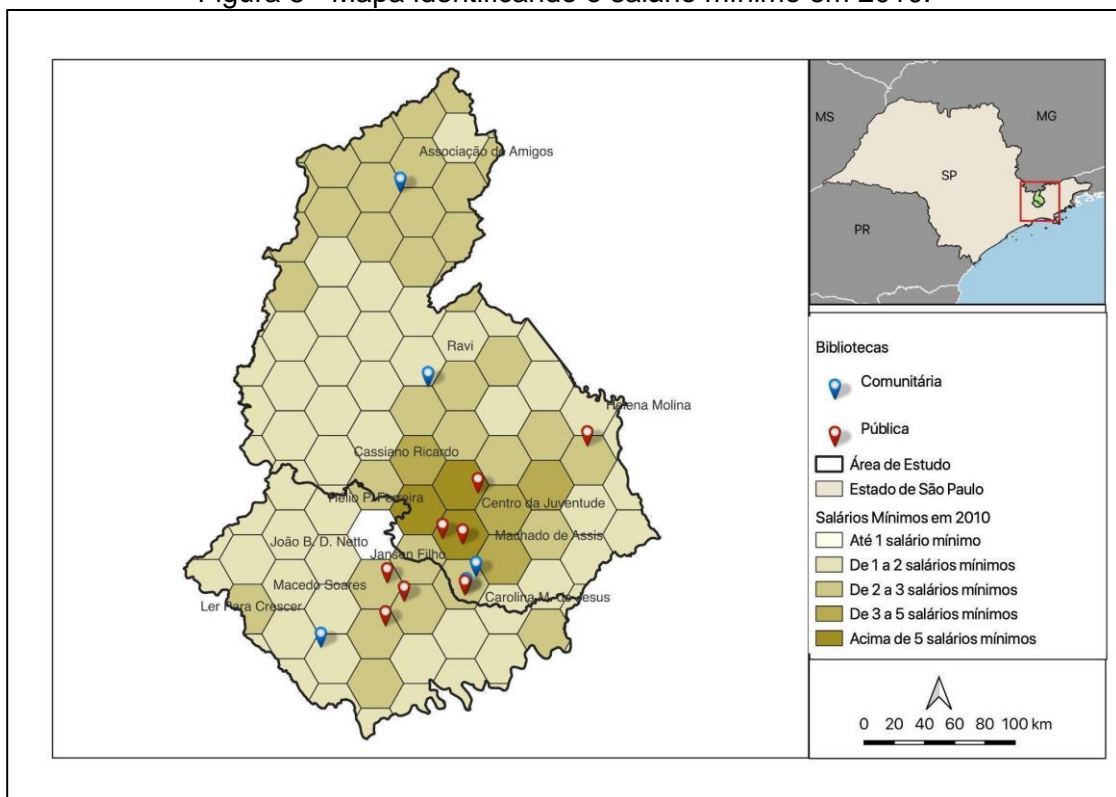
Fonte: Elaborado pela autora e produzido por Daniel Andrade com base nos dados de IBGE, (2010).

Figura 4 - Mapa identificando a idade média em 2010.



Fonte: Elaborado pela autora e produzido por Daniel Andrade com base nos dados de IBGE, (2010).

Figura 5 - Mapa identificando o salário mínimo em 2010.



Fonte: Elaborado pela autora e produzido por Daniel Andrade com base nos dados de IBGE, (2010).

Analisando-se as figuras acima, primeiramente, observa-se que o público alfabetizado se encontra próximo às bibliotecas públicas, com exceção da população de São Francisco Xavier.

No que diz respeito à idade média das pessoas residentes próximo às bibliotecas públicas, nota-se uma variação entre 31 a 39 anos e de 14 a 31 anos de pessoas moradoras perto das bibliotecas comunitárias, porém, no Distrito de São Francisco Xavier, a idade varia entre 33 a 39 anos.

Quanto ao salário mínimo, a população localizada próximo às bibliotecas públicas possui uma renda que varia de 2 a 5 salários mínimos e ganha acima de 5 salários mínimos. Isso não acontece com as pessoas que moram próximo às bibliotecas comunitárias, pois essas recebem, no máximo, 3 salários mínimos, como está destacado no Quadro 3.

*Quadro 3 – Informações sobre os bairros onde estão as bibliotecas*

	<b>Biblioteca Pública</b>	<b>Biblioteca Comunitária</b>
<b>Alfabetização</b>	Mais pessoas alfabetizadas	Menos pessoas alfabetizadas
<b>Idade média</b>	<b>31 a 39 anos</b>	<b>14 a 31 anos</b>
<b>Salário Mínimo</b>	<b>2 salários mínimos para cima</b>	<b>Até 3 salários mínimos</b>

Fonte: Autora (adaptado de IBGE, 2010).

Após o mapeamento das bibliotecas públicas e comunitárias para identificar as localizações no território, foi realizada a pesquisa de campo, utilizando-se entrevistas, com questões (APÊNDICE A) a fim de levantar quais as políticas/projetos sociais, culturais e educacionais são desenvolvidas junto à população que utiliza os espaços.

## **6.2 Bibliotecas Públicas, seus projetos e ações nos territórios**

Esta subseção propõe trazer informações sobre as bibliotecas públicas das cidades de São José dos Campos e Jacareí, tais como: a qual secretaria elas estão ligadas, quantas bibliotecas públicas as cidades possuem, seu horário de funcionamento, sua relação com o entorno da cidade, apresentação de projetos e ações sociais, culturais e educacionais desenvolvidas com a comunidade, além de

quais são estas ações e qual o meio de divulgação dessas ações para que alcance a comunidade.

### **6.2.1 Biblioteca Pública de São José dos Campos**

As bibliotecas públicas da cidade de São José dos Campos são coordenadas pela Secretaria de Educação e Cidadania. Após o levantamento no *site* da prefeitura da cidade, foram identificadas 5 bibliotecas públicas, localizadas nas regiões central, leste, sul e oeste da cidade, oferecendo à população “mais de 90 mil exemplares, com temas que variam entre livros, revistas, jornais, acervo em *braille*, literatura africana, entre outros” (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 2021).

A biblioteca localizada na região central é a *Biblioteca Pública Cassiano Ricardo*, onde é o posto de trabalho da gestora da rede de biblioteca, a qual informa que:

“Com a Cassiano Ricardo.... somos em 5 tá.... Nós temos a Cassiano Ricardo, que é a matriz, e nós temos mais 4 bibliotecas que são consideradas pelo sistema, como bibliotecas ramais.. é assim que...a Secretaria de Educação faz a denominação.  
Em cada bairro.. nos principais bairros.. regiões desculpa... nas principais regiões da cidade tem uma biblioteca que atende ali... aquele público, aquela comunidade do bairro.  
Nós temos no Eugenio de Melo, nós temos a Helena Molina... Campos dos Alemães, a gente tem a Jansen Filho... é... Helio Pinto, fica no Jardins das Indústrias....e ali na...no Centro da Juventude... nós temos também a biblioteca do Centro da Juventude” (GESTORA 1).

Quando perguntado sobre o horário de funcionamento da biblioteca, a Gestora 1 informou que, antes da pandemia, a biblioteca funcionava de segunda a sábado, contudo:

“com a pandemia, quando a gente retornou...agosto do ano passado... como eu tive uma redução significativa de funcionários... e mesmo de usuários também... agora que nós estamos conseguindo voltar com a utilização dos usuários na biblioteca... então a gente teve que reduzir a nossa carga horária... de atendimento... Então hoje a gente atende de 8:15 da manhã até as 11:45....fechamos pro almoço...retornamos à 1:15 e vamos até as 4:45... isso de segunda a sexta. Sábado, por enquanto... a gente não abre”  
É um horário padrão, pras 5 bibliotecas públicas” (GESTORA 1).

Com essa redução do horário de atendimento aos finais de semana, dificultou-se o acesso para as pessoas que trabalham e só conseguem utilizar o espaço nos finais de semana.

A relação da biblioteca com o entorno e o público que utilizam as bibliotecas, segundo a Gestora 1:

“A Cassiano Ricardo, ela atende praticamente o município inteiro, porque todas as pessoas, de todas as regiões... acabam que vem aqui pra Cassiano Ricardo. É... pela questão do acervo, o acervo é bem mais amplo do que nas ramais. É...as pessoas falam que tem mais facilidade de virem aqui, porque já estão aqui no centro... elas vem então pra fazer alguma atividade no centro e, já vem aqui na biblioteca.... e as ramais...ahh... o público assim... o público que a gente mais atende, nas ramais... é o público infantil. Então.... o acervo não é totalmente focado pro público infantil, mas a gente tem mais... livros na área infantil... do que em outras áreas.

E aqui na Cassiano... é o público em geral... a gente tem desde bebê, com carteirinha... e a gente tem os idosos também, que são... muitos assim... esse público foi o que mais retornou pra biblioteca depois da pandemia. Os adolescentes, os jovens agora que tão voltando” (GESTORA 1).

Sobre as políticas/ projetos socioeducacionais, a referida Gestora declara:

“Então... até a pandemia nós tínhamos aqui no setor de difusão cultural que era bem ativo. Nós fazíamos inúmeras atividades culturais... aqui na biblioteca... aí veio a pandemia, nós encerramos... o setor parou de fazer as atividades. E... os profissionais que estavam aqui no setor, eles foram transferidos para outras atividades, porque nós ficamos 2 anos parados.

Foram para outra demanda da Secretaria de Educação... e agora que a gente retornou... eles não retornaram.

Eles gostavam muito dos teatros que a gente fazia. Eles mesmos pediam... pra quando tivesse...

Porque assim... não só a atividade cultural, mas a gente dava... pipoca... então assim, era uma tarde ou uma manhã.. que eles tinham tanto a parte cultural, quanto a parte de...lanche...” (GESTORA 1).

Em seu depoimento, contudo, a gestora informou que vai abrir um processo para contratar um professor e reabrir o setor de difusão cultural. Os projetos que aconteciam antes de fechar o setor eram: “contação” de história, árvore do livro, atividades voltadas para o público infantil, abrangendo um pouco da cultura, da educação e do social. Entende-se ainda que as ações desenvolvidas por ela não possuem articulação com outras redes de bibliotecas, somente entre as bibliotecas da própria rede e a Fundação Cultural.

Além do orçamento que vem da prefeitura, a biblioteca arrecada dinheiro por meio da carteirinha, de multas e dos livros vendidos no sebo da biblioteca. Quanto a isso, a Gestora 1 ainda complementa:

“todo o dinheiro... de serviços que a Cassiano Ricardo presta, né? Todo esse dinheiro é voltado... pra biblioteca, retorna aqui pra gente, pra gente compra livro... se precisar... se precisa de alguma oficina... a gente tá precisando de algum material a gente compra esse material... então hoje eu tenho essa facilidade de comprar itens...tanto pra biblioteca quando pras oficinas.... enfim” (GESTORA 1).

Ainda se percebeu que, com as oficinas e projetos voltados para o público infantil, houve um aumento no número de público dessa faixa etária na biblioteca, sendo possível proporcionar um local, lúdico, acolhedor e mostrar para esse público que, conforme a referida Gestora:

“a biblioteca não é um lugar chato,.. maçante, de silêncio, não pode fazê nada...que a leitura não é chata... né? Que a leitura pode ser divertida... e aí a professora que eu tinha aqui ela era muito... ela era muito assim... você olhava pra ela, cê já via que ela... então o teatro dela era muito legal” (GESTORA 1).

Ressalta-se que as atividades desenvolvidas pela biblioteca pública são divulgadas por meio de cartaz nos ônibus, na mídia (TV e rádio) e no *site* da prefeitura. A biblioteca não possui redes sociais para divulgar seus trabalhos.

Ao se questionar sobre as maiores dificuldades em desenvolver os projetos e ações, a Gestora 1 respondeu:

“olha eu acredito que hoje... é... pessoal né?.. tanto pessoal é...qualificado pra fazer atendimento ao público... mas também pessoal qualificado pra fazer... pra assumir alguns setores estratégicos aqui da biblioteca, como esse por exemplo...da difusão cultural, né? Eu acho que a gente precisa de profissionais que tenham uma visão mais ampla do que é... o... usuário de uma biblioteca... as necessidades dos usuários da biblioteca. Os professores tem muita visão de escola... e tá muito voltado pro aluno, mas aí eles esquecem, que.. que eu não tenho aluno aqui na biblioteca, eu tenho munícipe.... a gente precisa ver a necessidade do munícipe” (GESTORA 1).

Segundo ela, seus funcionários são professores remanejados para as bibliotecas, o que dificulta o desenvolvimento das atividades, visto que alguns estão

aposentados e acabam saindo enquanto outros são alocados por não estarem aptos a trabalharem por apresentarem transtornos mentais.

Outra dificuldade apresentada por ela foi a questão da hierarquia, pois:

“falta um pouco de valorização... sabe ... do ente público... da chefia... da prefeitura... a gente vê essa falta de... aí eu acho que... não sei se falta de interesse seria a palavra, mas a gente essa falta de interesse, de apoio... né? ... em relação... as bibliotecas públicas” (GESTORA 1).

Na visão da Gestora 1, para que a biblioteca tenha relevância na sociedade:

“é preciso atender as demandas informacionais do público. É aí que eles vão dá importância pra gente... porque, por exemplo... se eles vêm aqui e não acham o que eles querem... né?... pra eles a biblioteca é um depósito de livros, só isso!

Hoje o que a gente procura, é... atender, é... uma coisa que quando eu cheguei aqui não tinha essa política... aí eu fui fazendo isso aos poucos... é realmente fazer a entrevista com o usuário... deixar os formulários lá embaixo...aí eles vão falando pra gente, o que eles esperam da biblioteca, o que que eles querem no acervo. E aí a gente vai tentando adequar, da melhor maneira possível e com os recursos que a gente tem... financeiros... que não são muitos... pra pelo menos tentar segurar... os usuários que estão hoje aqui na biblioteca” (GESTORA 1).

A mesma gestora declarou também que a população precisa exigir do gestor público melhorias na biblioteca. Ela sente falta de a comunidade participar, pois a biblioteca não consegue trabalhar sozinha, sem a comunidade.

### **6.2.2 Biblioteca Pública de Jacareí**

Já na cidade de Jacareí, as bibliotecas públicas são coordenadas pela Secretaria de Educação e conta com 3 bibliotecas públicas, localizadas nos bairros: Centro, Parque Meia Lua e Jardim Esperança oferecendo à população:

60 mil livros, dividido em dois ambientes: acervo principal, com disponibilidade de espaço para estudo e pesquisas; acervo infantil, ambiente mais lúdico e interativo, onde também acontecem as contações de histórias (EDUCAJACAREÍ, 2022).

Localizada na região central, a *Biblioteca Macedo Soares* é a biblioteca matriz, onde fica a coordenação. Segundo o bibliotecário entrevistado (Gestor 2), além dela, a cidade conta com mais 2 bibliotecas setoriais:

“bibrioteca [sic]...João Batista Denis Neto...Jubanito...que fica no bairro Parque Meia Lua.. e ela está dentro de um complexo chamado... Educa Mais  
 Aí tem a... ‘bibrioteca’[sic]... Jessie Satio Koyama...também fica num Educamais... Esperança.  
 Elas tão vinculadas à Secretaria Municipal de Educação, né?... mas a biblioteca municipal Macedo Soares é como uma espécie de sede, central” (GESTOR 2).

As bibliotecas funcionam de segunda a sexta, das 8h às 17h, sem fechar na hora do almoço. Conforme o Gestor 2, as bibliotecas setoriais são de acesso público, mas atendem, basicamente, as escolas próximas, tendo um projeto chamado:

“Projeto itinerante a ‘contação’ de história vai até a biblioteca... ela geralmente ocorre as quartas-feiras.... com a professora Nazaré, como contadora de histórias.

Ela vai até a biblioteca...e aí, as escolas próximas... enviam suas turmas... pra essas bibliotecas.

Às vezes é a biblioteca Meia Lua,...a que chama Jubanito, numa quarta-feira. E numa outra quarta-feira,... é a biblioteca Jessie..., então de forma alternada...a... Nazaré, vai contando histórias numa biblioteca” (GESTOR 2).

Além dos espaços com livros, a *Biblioteca Macedo Soares* (localizada na região central) não apenas conta com laboratório de informática, espaços para oficinas, biblioteca infantil e está em fase de implantação um espaço para pessoas deficientes visuais, bem como oferece cursos de pequenos reparos; “contação” de história (EDUCAJACAREÍ, 2022). Nela, também, concentram as demais atividades desenvolvidas, tais como: aula de informática básica, Libras, Soroban (instrumento de cálculo manual).

A relação da biblioteca com o entorno e o público que utilizam as bibliotecas, segundo o Gestor 2:

“É a relação mesmo...é... mais forte com a comunidade, um munícipe que...está mais ligado a escola, através dos seus filhos.  
 E as vezes... é... pessoas né que moram na rua, que vem... pra uma coisa mais específica, tipo água, banheiro... ou alguma informação.

A gente vai discutir, possíveis projetos ou ações com essas pessoas, porque a gente... tá pegando algumas... alguns contextos, da biblioteca São Paulo... da Vila Lobos...então a gente tem muito ainda pra aprender” (GESTOR 2).



Os projetos sociais, educacionais e culturais desenvolvidos pela *Biblioteca Pública de Jacareí* são, de acordo com o bibliotecário, a feira literária de Jacareí, além de:

**“Visita de escolas a biblioteca....** envolve no caso, as comunidades escolares... tanto as municipais, quanto as particulares. Fazem um tour no acervo principal, no infantil...visitam os murais e aí termina com a contação de história.

**Painel da história da cidade....** reúne...muitas coisas que tem aqui na Macedo, e que falam sobre Jacareí.

**Acervo com Macedo....** que ela pega uns livros que tem por aqui... e também vai fazendo a resenha, e colocando disponível no portal... que é uma forma também, que tem...como chamar a comunidade a... usar o espaço e utilizar o acervo.

**Desvendando Deficiência Visual,** que é o curso Soroban...o mais 50. Então, esse curso é divulgado nos postais da Secretaria.

**Informática básica,** que também para maiores de 50... e... as pessoas também... com 8 vagas por turma, de março a dezembro... fazem... vão na sala de informática. [...] as pessoas vão ali pra aprender o básico da informática.

**Smart mais 50...** então tem muita gente mesmo... que vem é.. pra aprender... as vezes a questão é simples.... que só é texto, ou tem algumas coisas... tem pessoas de 80 anos...é que vem... as vezes tem lista de espera.

**RECODE...** nesse caso...também março a dezembro, online... e 8 pessoas por turma, porque a professora faz... uma assistência com essas pessoas. [...] Geralmente... há temáticas...além do cursos básico, né? .... do office, ou de... aplicativos mais simples pra uso... na informática, por exemplo tem o *marketing* digital. [...] mais jovens... jovens, adultos que trabalham, né?... ou praqueles que estão procurando, recolocação profissional, também... tem cursos específicos... como a questão de currículo... algumas dicas nesse sentido

O Recode é uma parceria que tem vários cursos, e a biblioteca pode escolher... um que consegue proporcionar a cidade” (GESTOR 2).

A biblioteca possui aproximadamente 20 *notebooks*, para que a comunidade possa praticar junto com o professor, na hora da aula, da oficina.

Diferente da *Biblioteca Pública de São José dos Campos*, a de Jacareí desenvolve projetos não só para o público infantil e educacional diretamente com as escolas, mas também para jovens, adultos, idosos e deficientes, por meio dos cursos e oficinas.

O Gestor 2 também explicou que a divulgação dos projetos e cursos ocorre no portal Educa Jacareí, da Secretaria de Educação; no *site* da prefeitura em que sai notícias sobre os cursos que a biblioteca promove, e no *YouTube* da prefeitura de Jacareí.

Sobre a parceria com outras bibliotecas, o referido Gestor informou que os livros em excesso na biblioteca pública são doados para a Biblioteca Comunitária *Ler Para Crescer*, localizada no bairro Jardim Pedramar, a qual é também objeto de estudo deste trabalho. Ele ainda expôs que a biblioteca está em contato com a Biblioteca Pública de Guararema, a *Estação Literária de Guararema*, para saber como eles fazem as inscrições e formulários.

Ressalta-se também que faz parceria com o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas de São Paulo – SISEB, por meio de seminários, treinamentos, cursos e aquisição de livros.

Assim como a *Biblioteca Pública de São José dos Campos*, a *Biblioteca de Jacareí* também tem, no seu corpo técnico, professores da rede pública da cidade. Os desafios para conseguir desenvolver e colocar em prática os projetos, na visão do Gestor 2, são:

“Questões das restrições, além de orçamentárias, mas ainda tem alguns orçamento[*sic*]... é.... da volta a pandemia, que... desestruturou um pouquinho. É... os recursos humanos, não pela qualidade, mas pela questão de quantidade, é uma das dificuldades. Então a gente tem esse entrave.

Porque... são cerca de... 20, se não mais, pessoas.. que atuam.. nas três bibliotecas... então, há uma pessoa na biblioteca Jubanito... há uma pessoa na Jessie... aí tem pessoas da limpeza, mas aí são pessoas terceirizadas.

E aqui são cerca de 20... pessoas na Macedo, mas que se dividem... em, em... nos vários setores, mas que a gente atua em conjunto, então.... então a parte dos recursos humanos, a quantidade assim, ainda é um pouco difícil.

Quando vem a aposentadoria, aí complica. Porque aí não tem...pessoas próprias da biblioteca... geralmente são pessoas que podem vim de outros setores da Secretaria Municipal de Educação.... ou da própria Prefeitura Municipal” (GESTOR 2).

Como ainda complementou o mesmo gestor, um ponto negativo é que, se as duas professoras que cuidam dos cursos voltados para a informatização aposentarem, os projetos podem paralisar até a contratação e treinamento de outra pessoa que vier substituí-las.

Comenta-se aqui que as Bibliotecas Públicas somente agora estão sendo vistas com o potencial para investir em políticas públicas, mas ainda há muita dificuldade.

Quanto à relevância da biblioteca para a sociedade, o Gestor 2 reconhece que:

“Um dos pontos em se tratando de biblioteca pública, é que... a comunidade faz parte... na biblioteca, né? A Biblioteca é da comunidade, nesse quesito. Aí a habilidade além das específicas do... trabalhar com o acervo, ou seja,... o pai, a criança.. podem mexer no acervo...principalmente no infantil, tem uma parte específica que é mediado... pelo auxiliar de biblioteca, mas... sobretudo ... é... letramento digital... ou informática.... o letramento informacional que a gente ainda não tem um programa específico... mas que é um .... é tangenciado, quando a criança vem aqui, em visita monitorada.... ou vem aqui saber como é a biblioteca... então essas habilidades assim... elas são mais visíveis” (GESTOR 2).

Na opinião desse Gestor, as atividades ajudam no desenvolvimento dessas crianças, pois elas aprendem de maneira cognitiva e intelectual, por exemplo: como se portar em uma biblioteca para depois irem a outras, ou irem a museus. Além disso, há não somente os murais que lembram a arte do *grafite*, possibilitando o contato das crianças com a arte e conhecer sobre a obra em si, mas também a “contação” de história que aguça os sentidos como o ouvir e o falar. Assim, a biblioteca pública pode contribuir para o acesso à cultura, acesso à informação, da forma mais direta possível.

Quando perguntado se as ações desenvolvidas pelas bibliotecas suprem as necessidades da comunidade, o Gestor 2 respondeu que:

“Pelo menos se não no total, mas em parte dessas necessidades....por exemplo, o que é mais marcante... são os idosos com os cursos, né?... de *Smartphone*... porque muitas vezes é uma ligação, é...o.. a.. questão da segurança digital, né? É...saber... mexer no teclado... é saber fazer uma... ligação pelo *Whatsapp*....é baixar aplicativo, é conta de luz, conta de água  
Se você pegar assim... da parte mais utilitária da pessoa na terra... que é pagar suas contas e...ter um contato com a tecnologia, seria esses cursos” (GESTOR 2).

Para esse gestor, após a implementação desses cursos, houve uma procura maior pela biblioteca, mas ainda não foi possível quantificar o aumento, mas, com isso, ele destaca o *marketing* da biblioteca, pois as pessoas propagam o serviço da biblioteca uns para os outros da comunidade, como se comprova pelas palavras do Gestor 2:

“Por exemplo... pessoa mais de idade ... ela já vai passando pros netos, que tem biblioteca e que é acessível. Além de passar para outras pessoas, que a biblioteca também tem cursos... que pode ajudá-las, né?” (GESTOR 2).

Outra informação que o Gestor 2 passou é a de que pessoas de São José dos Campos e de outras regiões do Vale utilizam a biblioteca de Jacareí para estudar para concurso e vestibular, contudo, ele não soube informar se isso acontecia porque as bibliotecas estavam fechadas ou se passavam por reformas.

O referido gestor, para que a biblioteca pública tenha o seu reconhecimento por parte da sociedade, sugere:

“Eu creio que, a partir deste ano ou ano que vem. É... a biblioteca pública, biblioteca escolar... vão ser pautas... Juntamente com o plano nacional do livro, leitura e biblioteca, com planos municipais... Pensando a partir do bibliotecário... o bibliotecário, cada vez mais, atuar na ação cultural. E incluir o público em geral... o que tem deficiência, o LGBTQIA+... o público que é mais vulnerável...eu falo ação cultural, mas é envolvendo tudo isso” (GESTOR 2).

Infere-se, então, que, além de ter um papel atuante na ação cultural, ele destacou a biblioteca pública na educação, o que já faz parte do seu processo no decorrer da história da biblioteca pública, mas que, atualmente, passa o conhecimento de forma diferenciada, como por exemplo, pelo letramento digital, letramento informacional, segurança digital e inclusão social, pois :

“Pra resumi, a biblioteca pra ter relevância, não pode só cuidar... de acervo.... Tem que cuidar de gente... de comunidade, e dos usuários, porque se não...morre. Então, essa questão estritamente técnica é... pode ser um problema pra... pra biblioteca pública” (GESTOR 2).

## **7 ESTUDO DE CASO: A DIMENSÃO SOCIOPOLÍTICA DAS BIBLIOTECAS E AÇÕES COMUNITÁRIAS**

Esta seção traz o estudo de caso propriamente dito, apresentando-se as duas bibliotecas comunitárias que fizeram parte da pesquisa de campo. Abordam-se informações sobre os coletivos culturais que idealizaram as bibliotecas comunitárias nas cidades de São José dos Campos e de Jacareí, informando não só as necessidades que levaram à sua criação, bem como sua história e a sua relação com a comunidade. Destaca-se, também, o processo histórico da formação dos coletivos e das bibliotecas comunitárias analisadas, além de sua relação com o território.

Por meio da dinâmica de sistematização de experiências, foi possível identificar alguns pontos importantes da relação entre os coletivos/ bibliotecas e o território como o vínculo comunitário criado. Elencam-se ainda tópicos, tais como: o espaço de formação sociopolítica no qual esses dois espaços se tornaram para a comunidade, como a ausência do Estado fez com que grupos se reunissem e criassem estratégias de re-existência e sobrevivência e, por fim, quais são essas ações por eles desenvolvidas no território e se foi possível propor novas territorialidades para este local que vive em um espaço de exclusão, trazendo alternativas para uma nova percepção do planejamento urbano.

### **7.1 Histórico da formação e a sua relação com o território**

Ao perceberem a necessidade de proporcionar ações que transformassem a comunidade, os movimentos sociais *Quilombo Abayomi* e *Cultura no Morro* propagaram, como forma de resistência, juntamente com as bibliotecas comunitárias, conhecimento e cultura, ressignificando o valor elitista que as bibliotecas públicas apresentam em seu processo histórico, assim construindo conjuntamente com a população periférica ações que relacionam o território e sua comunidade.

#### **7.1.1 *Quilombo Abayomi e a Biblioteca Carolina Maria de Jesus***

O *Quilombo Abayomi: Casa de Cultura e Resistência do Povo Preto* é um coletivo que representa as pessoas pretas e periféricas, criado em janeiro de 2022 pela coordenadora Ingrid de Sá juntamente com os voluntários. A formação da Casa

de Cultura veio a partir de uma demanda do território e conta com a experiência da fundadora e do grupo de apoiadores em outros coletivos e grupos, como o coletivo Frente Preta<sup>2</sup>.

O nome Abayomi tem origem yorubá, idioma da Nigéria, reforça a cultura africana e significa "encontro precioso". É um projeto sem fins lucrativos e sua fonte de renda se dá por meio de reciclagem, rifas, editais e doações (QUILOMBO ABAYOMI, 2022a).

O termo Quilombo aqui utilizado refere-se ao Quilombo Urbano, um espaço associado a um modo de se organizar política, cultural, econômica e socialmente com o propósito de ser um espaço que resiste e combate o racismo de modo que todos ali são "criadores de cultura" e resgatam a cultura negra (REGINA, 2020; ARAÚJO, 2021).

Tal casa de cultura está localizada no bairro Campos dos Alemães, na zona Sul da cidade de São José dos Campos. Segundo dados do IBGE (2010), a zona Sul é um dos bairros com maior densidade demográfica, totalizando 233.536 pessoas e, nessa região onde se localiza o referido bairro, há, segundo o censo, 19.153 pessoas residentes.

O bairro Campos dos Alemães é uma área distante do centro da cidade de São José dos Campos (Figura 6), simbolizando, de acordo com Gouvêa (2003 *apud* FORLIN; COSTA, 2010, p. 1290), a "exclusão socioespacial desta parcela da população".

Por ser um bairro localizado na periferia da cidade, há dificuldades enfrentadas pela população local, tais como: a ausência de equipamentos públicos, serviço de transporte público deficiente e a violência. É um local onde há uma criminalização da pobreza, um estigma da marginalidade em relação às demais regiões da cidade.

Segundo a prefeitura, a renda média das pessoas residentes nessa região é "a metade da renda média da cidade, e quase um terço menor do que a vizinha" (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 2018, p. 142) e ali se concentra a maior taxa de analfabetização da cidade e de pessoas que não concluíram o ciclo escolar.

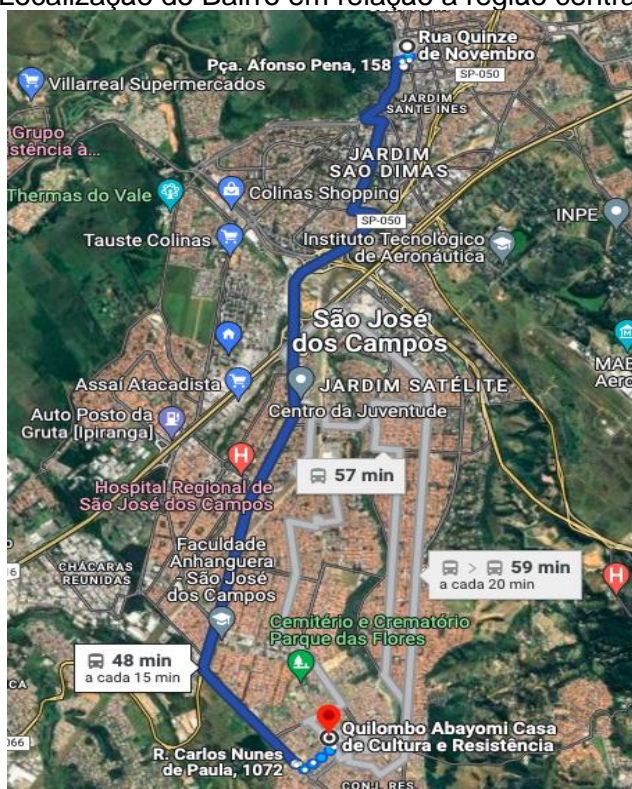
---

<sup>2</sup>O movimento Frente Preta SJC foi construído em 15 de junho de 2020 com uma forte potência e representatividade. Tendo como seus componentes ativistas e militantes organizados e independentes da cidade de São José dos Campos, já envolvidos e inseridos no movimento negro, ligados pela forma de resistência dos movimentos sociais e/ou com uma longa trajetória nos levantes e reivindicações pelos direitos. Para maiores informações acessar: <https://www.instagram.com/frentepretasjc/> e <https://www.facebook.com/frentepretasjc/>

O transporte público nesse bairro é precário, com poucas linhas e horários além de ser um local onde o percurso de deslocamento para o trabalho é o mais distante. Assim, "suas demais atividades" são realizadas "na própria região Sul; por outro lado, o fato de não circularem pela cidade sinaliza para uma invisível barreira ante a serviços disponíveis somente em outras regiões" (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 2018, p. 144).

De acordo com as oficinas comunitárias realizadas para o Plano Diretor da cidade (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 2017), os moradores corroboram a dificuldade de acesso às demais regiões da cidade, carência no serviço de saúde pública como, por exemplo, a falta de posto de saúde.

Figura 6 - Localização do Bairro em relação a região central da cidade.



Fonte: Google Maps, 2023.

O *Quilombo Abayomi* apresenta como debate o tema periferia e procura desmistificar essa relação do bairro associado à violência e marginalização, por meio de oficinas, reuniões e eventos com o objetivo de resgatar a história da cultura africana. Sendo assim, um dos objetivos do Quilombo é:

transformar a comunidade culturalmente, socialmente, economicamente e politicamente. Visando potencializar a mudança do cenário atual, de descaso, desemprego, fome, marginalização e

criminalização das nossas comunidades (QUILOMBO ABAYOMI, 2022a).

A estrutura do Quilombo é uma casa alugada pela fundadora e coordenadora que, junto com os voluntários e a comunidade, consegue arrecadar verbas para pagar e manter a casa ativa e continuar a oferecer as atividades.

Já em um dos cômodos da casa está a biblioteca comunitária *Carolina Maria de Jesus* que conta com o apoio da comunidade para organizar o espaço (Figura 7). O nome da biblioteca Carolina Maria de Jesus (escritora, compositora brasileira, uma das primeiras escritoras negras do Brasil e considerada uma das mais importantes escritoras do país) está, de alguma forma, voltado para a causa do movimento, que é a cultura afrodescendente, possuindo, também, livros de outras temáticas. A escolha do nome teve a participação da comunidade por meio de votação nas redes sociais.

Figura 7 - Biblioteca Carolina Maria de Jesus.



Fonte: Fotos da pesquisadora.

O objetivo dessa biblioteca comunitária, segundo o Quilombo Abayomi , é:

trazer para a comunidade a literatura e didática preta, além de gerar espaços auto-organizados para que a juventude negra de quebrada bem como a população preta se sinta à vontade para o desenvolvimento e construção de sua identidade (QUILOMBO ABAYOMI, 2022b).

Para a fundadora e coordenadora do projeto, ter uma biblioteca no Quilombo sempre esteve nos planos, como se comprova pelas palavras da Gestora 3:



“A biblioteca, uma das estruturas daqui da casa, assim...desde de quando eu comecei a fazer o projeto, eu falei...tem que ter uma biblioteca né? Eu gosto muito...eu gostava muito de ler livros também.. daquelas geladeiras de rua...eu tive, eu tive até...eu fiz até um projeto, eu mandei pra prefeitura sobre a geladeira, mas eles...faz 7 anos atrás, eu fiz o projeto, escrevi... das geladeiras comunitárias e aí a gente ia colocar. Daí eles falaram que se a gente colocasse na rua a prefeitura ia tirar” (GESTORA 3).

Segundo a gestora e fundadora do Quilombo, foi possível perceber que a identidade do coletivo se trata de uma incubadora de projetos, tendo como focos principais: promover a cultura negra, combater o racismo e a violência e não permitir que a tradição afrodescendente acabe.

### **7.1.2 Cultura no Morro e Biblioteca Ler Para Crescer**

*Cultura no Morro* é um movimento social atuante desde 2009 no bairro Jardim Pedramar, localizado em um bairro periférico da cidade de Jacareí e atua em parceria com a Biblioteca Comunitária *Ler Para Crescer* no desenvolvimento dos projetos e no planejamento das ações sociais, culturais e educacionais da biblioteca.

O bairro Jardim Pedramar está localizado na periferia da cidade de Jacareí, próximo à rodovia Dom Pedro I. É um local que era considerado zona rural da cidade, tendo por principal acesso a estrada do Tanquinho conhecida por ter sido rota dos tropeiros. Seu loteamento foi feito por pessoas de baixa renda e com a carência e falta de assistência de equipamentos públicos direcionados à educação, cultura, lazer e saúde (BAIRRO AMBIENTE EDUCATIVO, 2018 *apud* LEMES; BARJA 2019).

Conforme estudos desenvolvidos sobre o bairro Jardim Pedramar, destaca-se a distância do bairro até a área central da cidade, que se dá no limite da área urbana e rural. O bairro apresenta carência e falta de assistência de equipamentos públicos direcionados à educação, cultura, lazer, atendimento à saúde e assistência social (JORGE, 2018; LEMES; BARJA, 2019; JACAREÍ, 2022).

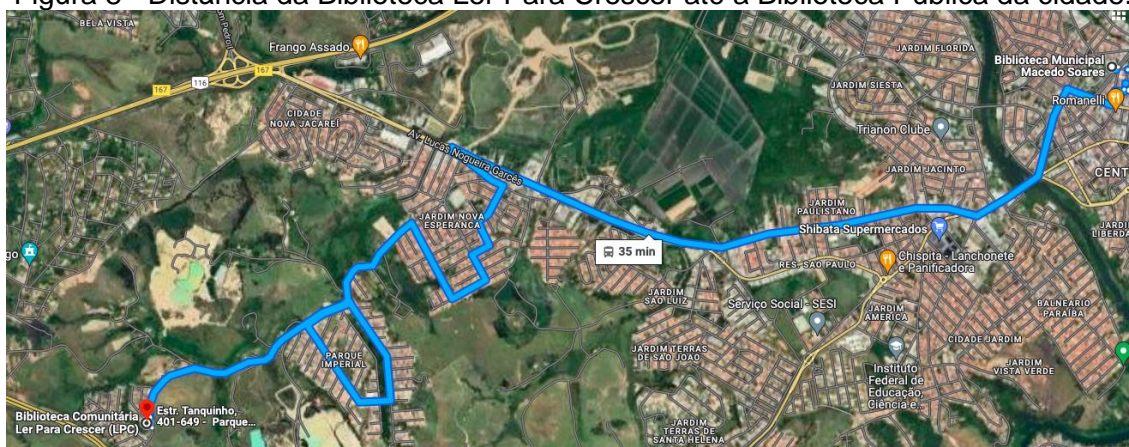
Dados produzidos no processo de Revisão do Plano Diretor confirmam o que os autores acima descrevem, visto que o bairro Jardim Pedramar junto a outros bairros localizados no limite da área urbana são carentes na assistência de equipamentos públicos voltados para educação, por exemplo. Ainda segundo a prefeitura, a zona

oeste, onde está o bairro, é a região "mais extensa e populosa do município" (JACAREÍ, 2021b, p. 155).

Diferente da prefeitura de São José dos Campos que informa a quantidade de habitantes por bairro, a de Jacareí informa a quantidade de habitantes por região, portanto, a região onde se localiza o bairro Pedramar tem aproximadamente 28.836 habitantes (JACAREÍ, 2021b).

Assim como o *Quilombo Abayomi*, o bairro onde estão *Cultura no Morro* e a Biblioteca *Ler Para Crescer* vive a exclusão socioespacial, pois a distância do bairro até a região central da cidade (FIGURA 8) dificulta o acesso a diversos equipamentos públicos.

Figura 8 - Distância da Biblioteca Ler Para Crescer até a Biblioteca Pública da cidade.



Fonte: Google Maps, 2023b.

Percebendo a necessidade de promover e valorizar a pluralidade cultural, moradores e amigos que moram próximo ao bairro unem-se para manter a cultura e a tradição do bairro, resistindo e criando seus espaços: Praça Guarani; Capela de São Benedito; Gruta dos Crioulos; Biblioteca Ler para Crescer; Moçambique Pedramar; Mestre da Cultura Viva (CULTURA NO MORRO, 2023a; 2023b).

Em 2015, com o apoio do coletivo *Cultura no Morro*, foi criada a Biblioteca Comunitária *Ler Para Crescer* (CULTURA NO MORRO, 2023b), localizada na garagem da fundadora da biblioteca que mora no Bairro Jardim Pedramar.

Figura 9 - Biblioteca Ler Para Crescer.



Fonte: Fotos da pesquisadora.

Segundo a gestora da biblioteca, a ideia de criar a biblioteca teve início junto com o pessoal da escola do bairro, pois ali há uma biblioteca que atende à comunidade.

“É muito importante a biblioteca pra esse bairro, sabe por que?... porque... assim, os pais não precisam tá pagando ônibus, pra ir na cidade emprestar livro....tem aqui pertinho.

Conversando aqui com o meu amigo... o Thiago, ele falou: porque a senhora num monta uma biblioteca? Seria interessante no bairro... porque o bairro é muito longe da cidade... então, ninguém vai lá na cidade emprestar livro, ainda tem que pagar ônibus, né? Pra emprestar livro na cidade” (GESTORA 4).

Por estar aposentada, Gestora 4 percebeu ali uma oportunidade de poder ajudar as pessoas que ali moram. Então, junto com os integrantes do *Cultura no Morro*, conseguiu os móveis para organizar a biblioteca.

As atividades dessa biblioteca comunitária são voltadas para as crianças e jovens do bairro, mas não há impedimento de adultos utilizarem o local, já que a biblioteca tem, em seu acervo, livros de diversas temáticas, pois:

“Aqui é muito mais pra além de uma biblioteca... ela é um equipamento... comunitário, é uma ferramenta social né? Área de cultura, conhecimento, informação” (PARTICIPANTE 2).

As atividades oferecidas pelas bibliotecas comunitárias estudadas são divulgadas pelo *Whatsapp* (um grupo de mães e um grupo do bairro) e pela rede social *Instagram*. Tais ações são exemplos de que a comunicação e a ocupação destes espaços midiáticos são vistas para além da disseminação e difusão de conteúdos, ou seja, tornam-se mecanismos de articulação e configuração de sentidos (SILVA; OLIVEIRA, 2017).

Dessa forma, infere-se que os movimentos estudados propõem novas territorialidades para esse território por meio da ruptura do cenário hegemônico para uma comunidade excluída, marginalizada e localizada nos territórios periféricos.

A estrutura do capital resulta em mudanças estruturais no modo de produção e, como resultado, revela uma relação entre os movimentos sociais e os poderes estabelecidos. Desse resultado, surgem formas de resistência voltadas para a política e para o social, proporcionando para esses territórios novas formas de "produzir, pensar e propor a realidade em que vivem" (SILVA; OLIVEIRA, 2017, p. 52).

Para isso, parte-se do entendimento de que estas ações associam as dimensões de resistência/sobrevivência/enfrentamento (SILVA; MACIEL, 2021) e que, neste processo, promovem o que Porto Gonçalves (2002) nomeia de r-existência. Para esse autor, o território ganha sentido e identidade a partir de processos dinâmicos de disputa social que permitem a construção de novos territórios epistêmicos, ou seja, “ novas formas de significar o estar-no-mundo, de grafar a terra, de inventar novas territorialidades, enfim de geografar” (PORTO GONÇALVES, 2002, p. 225).

Assim, percebe-se que estes grupos periféricos buscam mudar a condição de periferia compreendida apenas como espaço de exclusão e, por meio dessa nova territorialidade, passam a ser compreendidos a partir de sua potência, ou seja, criam um território que preza pelo vínculo comunitário e pela formação sociopolítica. Aqui ainda se enfatiza que a ausência de políticas públicas alicerçadas à percepção da criminalização da pobreza e da periferia tem sido contraposta por ações e iniciativas locais de cunhos cultural, educacional e político que apresentam alternativas de uso, ocupação e percepção dos territórios periféricos. Neste sentido, estas experiências de

r-existência criam novas territorialidades que tencionam a percepção do planejamento urbano convencional, confirma Porto Gonçalves (2002).

## 7.2 Vínculo Comunitário

No *Quilombo Abayomi*, uma dimensão observada no território foi a mudança ocorrida na relação coletiva, pois, conforme sua fundadora ( Gestora 3) expõe, esse sentimento de comunidade e de união foi rompido ao longo dos anos de formação do território, sendo, então, um dos objetivos do Quilombo Abayomi o de resgatar a dimensão comunitária do bairro:

“O Campo dos Alemães... por exemplo... é... sempre foi uma comunidade muito unida, hoje eu sinto que é muito menos assim.

Muito das coisas boas que eu aprendi de comunidade, foi aqui... eu vi aqui o movimento da rua...mais a comunidade tinha uma...é...girava um ciclo ali né?... um ciclo de vida, um beneficiava o outro né?... As pessoas da rua se importavam com os vizinhos, com os trabalhadores e, os trabalhadores se importavam com os meninos nas ruas... porque entendia a realidade né? Quando a gente passou por esse processo... na conjuntura do conservadorismo....de tudo isso, que a gente vê o efeito na comunidade.

A gente vê esse medo de ser criminalizado né? Com a igreja evangélica...o medo de de ser... Ah eu moro no Campo dos Alemães, mas não quero ser visto como bandido...então eu odeio os bandidos, eu odeio quem tá na rua... eu odeio quem não usa uma saia até o pé... e não deixa o cabelo crescer né?” (GESTORA 3).

Observa-se, por conseguinte, que a proposta do Quilombo é de promover uma reaproximação e uma união da comunidade com foco em ações afirmativas de cultura, educação e arte, capazes de combater o racismo e a violência e de descriminalizar o território e a pobreza ao apresentar novas formas de ocupar, viver e produzir na periferia.

Assim, o projeto do grupo Quilombo vem, segundo a Gestora 3, para:

“fomentar essa ocupação da rua, que é uma necessidade mesmo de... porque querendo ou não, aqui é uma casa mas não abrange toda a comunidade, não tem essa estrutura pra isso né?... Mas que a rua, ela tem o potencial de receber a comunidade, de tá, é... mostrando também... mais vista né? Mais fácil das pessoas vem, chegar né? Tem que fomentar a arte na rua mesmo...pra que essa ocupação, se torne ... ela volte a se tornar cultural e natural, né? No bairro.

Porque a repressão, ela vem...que nem a gente teve a Virada Preta aqui, foram 3 dias de evento...e aí teve uma noite que a polícia veio, foi uma noite também, que tava tendooo...fluxo na rua né?.....e a polícia veio lá de cima e veio descendo a rua... e as pessoas correndo” (GESTORA 3).

O projeto *Quilombo Abayomi* é um vínculo comunitário que está em fase de construção, pois existe, no território, há apenas um ano, e, aos poucos, vai tornando-se uma referência para a comunidade do Campo dos Alemães, esclarece ainda a Gestora 3:

“Tá começando.... é recente... é recente também, que a gente ocupou todos os espaços, porque vai fazer 1 ano que a gente tá aqui em cima... no ano que vem, mas embaixo faz 6 meses, 5 meses assim né? Então é pouco tempo. Mas acho que cada vez mais, as pessoas têm conhecido, né?” (GESTORA 3).

Por meio dessa ocupação da rua, é possível provar que há uma ocupação real e legítima da rua, criando-se, assim, uma territorialidade, e isso também acontece com o coletivo *Cultura no Morro* apresentado a seguir.

No território onde está localizado o movimento *Cultura no Morro* e a Biblioteca *Ler Para Crescer*, percebeu-se, com o depoimento dos voluntários, que a comunidade agrega e abraça as ideias propostas, pois conta com a mobilização das pessoas para que os eventos e oficinas possam se realizar, como se vê nas palavras do Participante 1:

“**O Natal Solidário**, que foi em 2009, a primeira ação que a gente faz... a gente fala que não tinha tanto entendimento de que a gente era um coletivo, mas hoje a gente vê que já era.... o coletivo em si... é atuando né? Que foi em 2009. Sim... teve participação da comunidade! A gente pegou esses brinquedos usados... e ainda teve que fazer a manutenção pra poder....”(PARTICIPANTE 1).

Outro exemplo do trabalho em comunidade é o caso do *Aglomerarte*, campeonato de rolimã que os pais ajudaram a construir para que os filhos pudessem participar.

Uma dimensão comunitária observada aqui foi o que o voluntário Participante 1 chamou de "política do exemplo":

“A gente fala bastante da política do exemplo... a gente quanto Cultura, também num... a gente vai fazendo e quando vê já... tá como o Charles falou, um pega... e acaba meio que se unindo e fazendo” (PARTICIPANTE 1).

Exemplo dessa política é o caso de se ter visto um terreno baldio como potencial para as atividades culturais do bairro, mas precisava carpi-lo e não tinha iluminação. Então, o pessoal do movimento *Cultura no Morro* começou a capinar em um final de semana e, depois, os próprios moradores foram ajudar e um vizinho do terreno colocou iluminação da sua própria casa para que tivesse luz à noite. Hoje esse espaço é uma praça muito utilizada. Outro momento foi a reforma da Biblioteca Comunitária, quando a comunidade doou seu tempo e fez uma vaquinha *online* para que a reforma fosse possível.

Vale destacar que, por estarem ativos e presentes nos territórios, as experiências estudadas criam com a comunidade vínculos de afeto e respeito.

### **7.3 Espaço de formação sociopolítica**

No trabalho de campo, observou-se, nas duas experiências analisadas, a vontade de cada uma delas ser para a comunidade um espaço de formação sociopolítica, seja por meio das oficinas de música que, com suas letras musicais expõem o que o cidadão pensa e sente em relação aos seus deveres e direitos, seja pela percepção deles de que o Estado trabalha para que isso não aconteça, pois, de acordo com os gestores das bibliotecas comunitárias, o Estado não quer que as pessoas sejam críticas e busquem o que é seu por direito.

Hilário (2016 *apud* LEONARDO *et al.*, 2022) corroboram a questão da ausência do Estado na periferia e trazem, também, a ideia de que o “Estado quer que essa região continue sendo hostilizada” (MBEMBE, 2017 *apud* LEONARDO *et al.*, 2022). Esse território sofre por parte dos órgãos públicos segregação social, criminalização reafirmam ainda Barros (2019 *apud* LEONARDO *et al.*, 2022).

Enquanto o Estado não regulariza e não enxerga o território periférico para, assim, desenvolver políticas públicas que realmente funcionem, os jovens que ali vivem se unem e criam novas formas de habitar este espaço, pois “são esses mesmos movimentos criminalizados por lógica beligerantes que ampliam e deslocam sentidos enrijecidos de segurança pública” (LEONARDO *et al.*, 2022, p. 58).



Assim, percebe-se que as experiências estudadas atuam no território com o objetivo de mudar essa visão colocada pelo Estado, passando a ser um local de re-existência, criando formas para combater tais hostilidades, marginalizações e exclusões que lhes foram atribuídas, não lhes sendo dada a opção de escolha, assim buscando proporcionar, por meio da prática coletiva, nos espaços de cultura, ações culturais, educacionais e políticas que busquem redesenhar a sua história.

Um dos espaços estudados trabalha a questão do racismo e busca resgatar na comunidade a tradição, esclarece a Gestora 3:

“o Campo dos Alemães, embora seja uma periferia, tem bastante..até espaços que trazem uma cultura né? Que trazem...fomentam uma arte, né? Mas que a gente aqui sentiu...que eu mesmo assim...acha que...a bolha que eu tô envolvida assim né, socialmente é...sente falta de, de ter é... a nossa identidade mesmo dentro dos espaços, né? Um espaço que ajude a gente a construir a identidade” (GESTORA 3).

O *Quilombo Abayomi* alcança esse objetivo ao visibilizar o debate sobre a cultura afrodescendente que muito se perdeu no processo histórico. Um dos exemplos que a fundadora e coordenadora Gestora 3 deu são as histórias escritas nos livros que estão nas estantes da Biblioteca *Carolina Maria de Jesus*:

“A ideia da nossa biblioteca é ser uma biblioteca...mais africanocentrada, embora a gente tenha vários livros que a gente recebe né? Que a gente pode ter... mas que cada vez mais a gente possa ter livros de autores negros... que a gente tenha mais histórias é... que a nossa cultura também...

A biblioteca, ela tem feito isso, de fundamentar o que a gente acredita né? Então assim...tem poucos livros é...raciais assim, perto do tanto de livro que a gente tem na biblioteca. Mas são livros assim chaves pro entendimento que a gente precisa ter de quem a gente é...de quem a gente é no mundo...

O pessoal que vem vindo... sempre pegando livros da questão racial... porque parece que as pessoas vem aqui... e elas entendem o debate tudo.. e elas já falam: pera aí vamo ler quem falou isso....vamo aprofundar.

Acho que o Quilombo, a cultura em si... gera uma curiosidade pra que as pessoas venham na biblioteca também, buscar né... o... conhecimento a mais” (GESTORA 3).

Deduz-se, portanto, que o tema central do Quilombo é a cultura afrodescendente e o combate ao racismo. Suas ações têm como foco o compartilhamento de informações e o debate constante sobre a realidade que



vivenciam com o propósito de fortalecer a tradição cultural que se perdeu no território com o tempo. Assim, é meta do coletivo debater sobre o racismo com o objetivo de fomentar a conscientização da população em relação aos processos continuados de exclusão e de violência.

Bersani (2018) disserta em seu texto que o racismo no Brasil está relacionado a uma exclusão social e a um modo de opressão vivido por uma parcela da população estruturada pelos próprios brasileiros no decorrer da evolução da sua história: a escravidão colonial. Então, a proposta de mudar esta concepção que a sociedade hegemônica impõe é justamente um dos pontos que o coletivo *Quilombo Abayomi* vem trabalhando com a comunidade.

Outra forma de resgatar a cultura é a música, sobre a qual muitos não sabem que a base de alguns ritmos e instrumentos veio da ancestralidade afrodescendente.

“Porque a comunidade, ela tá muito distante da cultura negra.. ela tá...assim... por isso..assim.. o hip hop e o funk, ele é uma cultura negra, orgânica da comunidade mais recente...que traz todo o... toda a...a ancestralidade né? Tipo o funk... a batida do funk é totalmente uma batida da macumba né? Toda uma batida dos tambores e tudo.. só que as pessoas não sabem disso. Então a nossa ideia de trazer isso pras pessoas é ter esse choque de cultura

Então a gente percebe aí que teve uma apropriação do..da...flauta né..uma apropriação desse instrumento pela... pelo colonizador, e que... a gente vê este instrumento do sopro, sempre como um instrumento elitizado né?

É muito legal trazer isso pra cá... pq é algo que a gente acha que é muito né?... é muito chique... e na verdade tá ali dentro da nossa ancestralidade” (GESTORA 3).

Outro ponto a ser destacado é o cursinho popular para preparar os jovens do bairro para terem acesso à faculdade, pois, como a maioria das famílias apresentam uma renda salarial mensal baixa, eles não têm condições de ter acesso a uma educação de qualidade e igualitária como outros candidatos.

Já na experiência de Jacareí, um dos objetivos da Biblioteca *Ler Para Crescer* e do movimento *Cultura no Morro* é formar pessoas críticas e ativas, como um dos voluntários relata, fazer as pessoas pensarem e despertar o olhar crítico para a realidade de vulnerabilidade que vivenciam. Isso se comprova com os depoimentos da Gestora 4 e alguns participantes:

“Vou falar aqui da Biblioteca... pras crianças vão ser mais pensantes. Que hoje em dia o que a gente vê na sociedade... que não tem pessoas pensantes... e um dos objetivos da biblioteca, é gerar reflexões nas crianças, pra levar pras suas casas, pra levar pros pais e pra ir tipo... gerar um mundo que as pessoas pensem... Não faz aquilo... que uma pessoa mandou... que um político falou, faz isso que é melhor... e você vai lá e faz. Não! Tem que pensar... e isso é um dos objetivos da biblioteca” (PARTICIPANTE 2).

“Pra mim as crianças tem que ser críticos, pensantes... igual ele falou. É ... criativos, sabe?” (GESTORA 4).

“Dá pra enxergar... vendo vocês... quem estudou...quem teve oportunidade de ir e fazer uma faculdade...foi através disso, desse crescimento, né?” (PARTICIPANTE 5).

“Até pra gente mesmo né?...O ensino médio a gente finalizou em 2006... 2007 mais ou menos...e a gente foi pra faculdade agora... 2018/2019” (PARTICIPANTE 6).

“E a gente enquanto Cultura, vem muito nesse sentido assim também, de... de... tentar proporcionar a informação né? Porque se não chega... tipo hoje mesmo a gente tava falando sobre alguns direitos... se eu nem sei quais são meus direitos, como que eu vou cobrar, né? As vezes a gente precisa de um serviço da assistência, se vê a cara das pessoas chegando com vergonha de que... não meu... não tem que ter vergonha, é nosso... a gente tem que ir lá e tem que acessar. E a gente quanto Cultura, tem essa missão (PARTICIPANTE 3).

Queremos proporcionar mais oportunidade, pra isso.. pra mais pessoas acessar uma faculdade, ... né, conseguir tá lá e buscar seus direitos sem ter uma vergonha” (PARTICIPANTE 3).

“Então era muito interessante esse movimento... já era tipo assim... nossa é algo que tá dando certo, sabe... replicou de um jeito que a gente não esperava e uma galera que não ... a gente não acessava... que é o pessoal daqui.

A gente geralmente... tá nos eventos que é lá... que é o lado mais crítico do bairro assim... e tem que ter ação, que é o mais central, mais comércio, também... onde... a tensão chama né?

E de repente aqui nasce esse grande polo... e a dona Cida puxa toda essa juventude... que cresce, se forma... vai estudar, vai trabalhar e volta... e não para” (PARTICIPANTE 4).

#### **7.4 Ausência do Estado e as estratégias de r-existência/ sobrevivência**

Relembrando o que já foi citado anteriormente, ressalta-se que, com a ausência do Estado, o surgimento desses coletivos se dá em locais sem infraestrutura para

funcionar uma biblioteca, por exemplo. Além da infraestrutura, há uma dificuldade em obter verba para realizar as atividades propostas por esses coletivos.

Como forma de resistir e sobreviver, tais coletivos criam estratégias culturais, tais como: a música com o *Hip Hop*, o *Reggae*, oficinas para aprender a fazer produtos artesanais, oficinas de música, oficinas digitais, a criação dos espaços de leitura, cursinho pré-vestibular, atendimento psicológico, assistência jurídica, assistência social e a biblioteca comunitária.<sup>3</sup>

Relata-se que surgiu a necessidade de se alugar uma casa para o *Quilombo Abayomi* pelo fato de não se ter um local para que se pudesse reunir e desenvolver os projetos idealizados e, também, por haver uma repressão da polícia quando o grupo se reunia na praça localizada na frente da casa, conforme cita uma das voluntárias que participou da oficina:

“Precisava realmente de um espaço físico, porque a gente sempre tava jogado na rua...era maravilhoso a festa, atendia bem as pessoas era...era superlotada..e ainda é, mas realmente a gente precisava de um espaço” (PARTICIPANTE 1).

Urge observar que a biblioteca em relação ao seu tamanho está localizada em um cômodo da casa onde funciona o coletivo, sendo uma sala pequena e em condições precárias, o que acaba comprometendo a circulação das pessoas.

Da mesma forma que o *Quilombo Abayomi* não tinha um espaço físico para desempenhar suas atividades e tampouco ajuda de custo por parte do governo para sobreviver, o movimento *Cultura no Morro* iniciou seu trabalho com a comunidade utilizando o território, as ruas e, com o tempo, foi percebendo a necessidade e importância de ter um local. Assim sendo, hoje ele tem o seu espaço, conforme relata uma das voluntárias do movimento:

“A necessidade de um espaço físico e... porque assim na época a gente... fazia as ações e ficava muito na rua... e aí por essa necessidade...aí o Thiago na época, tinha uma lanchonete, a gente conseguiu comprar o espaço... e aí em 2013 a gente .... tava alugada.... a gente falou: não pera aí, a gente tá desenvolvendo as atividades, as ações na rua.... aí depende de um copo de água né? ... um vizinho pra ir no banheiro... aí em 2013 a gente starta e... reabre o espaço quanto Cultura no Morro. A comunidade entender o espaço... pertencimento... e também é um conflito manter o espaço.... que até então...até hoje a gente não tem

---

<sup>3</sup> As ações e os projetos estão organizados nos quadros 4 e 5 apresentados na subseção 7.5.

nenhuma verba direta, que faça com que ele sobreviva sozinho” (PARTICIPANTE 3).

A Biblioteca *Ler Para Crescer* funciona na garagem da gestora, um espaço pequeno para a quantidade de livros que a biblioteca possui, todavia, ela, juntamente com os voluntários, busca proporcionar um espaço acolhedor e criativo para as crianças, jovens e adultos que ali frequentam.

Como as políticas culturais não chegam para essa população, uma das estratégias de sobrevivência e r-existência para as experiências estudadas viabilizarem suas ações, acontece por meio de doações, ocupação dos espaços precários, redes sociais e de editais<sup>4</sup>. Complementa-se que, quando seus projetos são aprovados, verbas são obtidas.

O *Quilombo Abayomi*, por ser um espaço criado recentemente, ainda não tem projetos submetidos para os editais de incentivo à cultura, mas está no seu planejamento para o próximo ano. Ele, entretanto, vem desenvolvendo algumas parcerias com outros coletivos, realizando campanhas de doações e abrindo espaço para o debate com as universidades locais.

Informações cedidas pelo movimento *Cultura no Morro* e pela Biblioteca *Ler Para Crescer* relatam sobreviver de verbas provenientes de doações e de projetos que submetem aos editais da cidade. Para manter o local funcionando, as contas básicas, como luz e água, são pagas pelos próprios gestores quando não tem recurso externo.

No que diz respeito a doações, o *Cultura no Morro* recebe ajuda nas rifas feitas com a comunidade e divulgadas nas redes sociais para se ter um maior alcance. A biblioteca comunitária tem ajuda da comunidade com doação de recursos para os eventos realizados na biblioteca e conta com o auxílio da biblioteca pública da cidade, uma vez que, segundo a Gestora (4) da biblioteca:

“Eles vêm sempre aqui... sempre estão orientando a gente... eu vou lá atrás deles de...sobre orientação.  
E daí quando inaugurou a biblioteca... foi feito aqui no bairro... aqui nessa rua... é o book parque....que é leitura no parque.  
Aí nós fechamos a rua aqui.  
Fizemo brincadeira aqui, contação de história... um monte de brincadeira.

---

<sup>4</sup> Projetos financiados: Projeto Moçambique, Arte e Geração, Oficinas em comemoração aos 10 anos do coletivo *Cultura no Morro*, projeto de Clube Literário para a Biblioteca Comunitária *Ler Para Crescer*, projeto para o mobiliário da biblioteca comunitária *Ler Para Crescer*.

Você ta vendo aqueles livros infantil? Foi a... foi a biblioteca que doou pra gente.  
Os livros infantis, foi tudo da biblioteca do Macedo Soares que doou, sabe?" (GESTORA 4).

Dentre exemplos de projetos contemplados por meio de editais, têm-se os projetos *Moçambique* e *Arte Geração*, realizados no ano 2014/2015, que foram contemplados pela Lei de Incentivo à Cultura. Para comemorar os 10 anos do coletivo *Cultura no Morro*, projeto contemplado pela Lei de Incentivo à Cultura da cidade<sup>5</sup>, desenvolvem-se oficinas debatendo temas que irão fortalecer o conhecimento da população, tais como: Formação do estado brasileiro e políticas públicas, *Marketing* de Guerrilha; Racismo estrutural, Educação Ambiental, Inclusão digital, Direitos sociais e Multimídia.

Tais iniciativas configuram-se com ações propositivas de formação sociopolítica, realizando processos constitutivos daquilo que Porto-Gonçalves apresenta como r-existência, além de fortalecer o debate da periferia como potência (SILVA; OLIVEIRA, 2017; D'ANDREA, 2013).

A biblioteca *Ler Para Crescer* foi contemplada em projetos da Fundação Cultural da cidade, como se vê com declaração da Gestora 4:

"[...] e a gente escreve projeto na Fundação Cultural. Esses material aqui ó... mesa, cadeira... comprou com... nós recebemos 20 mil. Nós compramos notebook... compramos computador... [...] eu fiz a primeira contação de história pela Fundação Cultural, sabe? ... foi agora em... maio parece. Foi presencial... aqui mesmo" (GESTORA 4).

Além de projetos para conseguir materiais para manter o funcionamento do espaço, tiveram-se projetos aprovados para realizar atividades educacionais e culturais com a comunidade, declara o Participante 2:

"A gente passou num projeto da... Lei Aldir Blanc... a gente foi prestigiado, nesse a gente fez 3 projeto. O primeiro projeto que foi... apoio pedagógico, onde tem uma voluntária nossa, que é a Taís, que ela veio aqui... fazia um apoio com as crianças. Onde ela vinha aqui, todo sábado, das 2 às 5 da tarde. Ela organizava... é juntava com eles, e ajudava eles com as tarefa que eles tinha, que a escola passava.

Teve um outro que foi... Sarau... não... Clube Literário! A gente abordou os livro do... Shakespeare, os 3 principais dele, e a gente fez roda de conversa, online, devido a pandemia, que a gente tava

<sup>5</sup>Lei municipal n. 3.648 de 17 de maio de 1995, detalhada na subseção 5.2.

passando né? E a gente fez um grupo lá, onde a gente debatia sobre o livro.... foi acho que um mês... foi 2 meses, onde a gente de cada 15 dias, a gente... abordava 1 livro e debatia também. Foi bem legal, teve bastante interação com os jovens... a comunidade em si... acabou não participando tanto quanto a gente gostaria que participasse.....  
 Porque... uma coisa que a gente achou que tipo... a dificuldade... os meios... que a gente precisa de um celular.... tipo... aqui é uma comunidade bastante carente... a gente não sabia se todo mundo ia ter acesso a internet, também... se tinha um equipamento pra usar, pra conseguir entrar lá... e participar também com a gente” (PARTICIPANTE 2).

Conclui-se que as bibliotecas comunitárias estão localizadas em espaços não construídos para o funcionamento delas, pois uma está em um cômodo de uma casa e a outra na garagem de uma casa, porém, é importante destacar que, mesmo com esta dificuldade de espaço, há uma preocupação dos seus responsáveis em proporcionar um espaço acolhedor, convidativo e diferenciado.

### **7.5 Ações e as potências das novas territorialidades**

Os coletivos desenvolvem com a comunidade atividades que trabalham as territorialidades sociopolíticas, culturais e educacionais, possibilitando, assim, a periferia ver vista como potência e visando a colocar as lutas pelo direito cultural e social em destaque para que tais coletivos sejam um espaço vivo e dinâmico que garanta para a comunidade o acesso à leitura, à cultura, aos direitos.

Uma dimensão comunitária relevante a ser destacada referente às ações e atividades desenvolvidas é a forma como são elas divulgadas, visto que todas as experiências analisadas utilizam-se das redes sociais: *Facebook* e *Instagram* para divulgar e se aproximar das pessoas que estão e não estão na comunidade. O alcance das suas ações, portanto, não é limitado e mais pessoas conseguem colaborar e participar junto com a comunidade.

Para melhor elucidar as atividades desenvolvidas pelo coletivo *Quilombo Abayomi*, propõem-se novas territorialidades no território, conforme se vê no Quadro 4.

Quadro 4 - Atividades do Quilombo Abayomi que trabalham novas territorialidades nas comunidades

Atividades	Ano
<b>Mutirão de expressão de arte:</b> com tema livre, as pessoas pintaram as paredes do Quilombo, o que elas achavam que o lugar as representaria	2022
<b>Cursinho Pré-vestibular:</b> um dos cômodos da casa se transformou em sala de aula com o objetivo de proporcionar o acesso à Universidade para a população da comunidade.	2022
<b>Assistência Jurídica para mulheres:</b> a ideia de proporcionar para as mulheres do bairro o acesso à assistência jurídica	2022
<b>Biblioteca comunitária:</b> levar para a comunidade o acesso ao conhecimento sobre a história da cultura afrodescendente e outros temas. Além dos livros para auxiliar o cursinho pré-vestibular;	2022
<b>Eventos culturais:</b> um exemplo foi a Virada Preta realizada em 3 dias com shows e apresentações artísticas com diversos estilos musicais como reggae, samba, funk e rap da cultura negra.	2022
<b>Projeto musical:</b> ensinar a montar o Pife, um instrumento musical de origem indígena. E dar a teoria	2022
<b>Distribuição cestas básicas:</b> junto com a comunidade arrecadam alimentos para distribuir para as famílias que precisam	2022

Fonte: Quilombo Abayomi.<sup>6</sup>

As atividades do grupo *Cultura no Morro* e da Biblioteca *Ler Para Crescer* se destacam em eventos, projetos culturais, com temas voltados para “educação popular, desenvolvimento sustentável, direito à cidade e preservação das culturas tradicionais e emergentes”, com o intuito de promover a “igualdade social, equidade de gênero, preservação de culturas tradicionais e emergentes, preservação do patrimônio histórico e desenvolvimento sustentável” (CULTURA NO MORRO, 2023a).

<sup>6</sup> Informações citadas na entrevista realizada com a gestora do *Quilombo Abayomi*.

Sobre tais atividades, o Quadro 5 abaixo permite visualizar melhor as ações desenvolvidas por eles, trazendo para comunidade novas territorialidades.

Quadro 5 - Atividades do Cultura no Morro e da Biblioteca LPC que trabalham novas territorialidades nas comunidades (continuação...)

Atividades	Ano
<b>Moçambique nas escolas:</b> são oficinas e rodas de conversa desenvolvidas nas escolas de Jacareí, com o objetivo de preservar a cultura moçambique;	2014/2015
<b>Agromeraarte:</b> um festival promovendo atividades artísticas e culturais com os artistas da região com o intuito de preservar as tradições locais;	2015
<b>Biblioteca Ler Para Crescer:</b> Iniciativa conjunta do movimento Cultura no Morro e a idealizadora do projeto que viu a necessidade de levar o conhecimento e o lúdico para a comunidade;	2015
<b>Oficina Multimídia:</b> ensina o conceito do audiovisual, quais os recursos multimídia são necessários para criar. Com aulas práticas e expositivas;	2023
<b>Oficinas de Direitos Sociais:</b> por meio de um jogo de tabuleiro foi possível ensinar aos moradores seus direitos e como acessar os programas públicos, com o objetivo de aproximar os moradores da realidade do serviço social da cidade;	2023
<b>Oficina de educação Ambiental:</b> o coletivo Cultura no Morro ensinou para a comunidade técnicas para cuidar do meio ambiente;	2022
<b>Oficina de Inclusão digital:</b> o coletivo Cultura no Morro ensinou para a comunidade como utilizar o celular e aplicativos do computador;	2022
<b>Oficina de pipa:</b> A Biblioteca em conjunto com o Cultura no morro elaborara uma oficina para montar pipa, ensinando as crianças a montar e a empinar a pipa;	Todos os anos desde 2015
<b>Roda de conversa:</b> A Biblioteca LPC junto com o Cultura no morro organizaram um bate papo sobre o tema transtornos mentais, devido ao pandêmico;	Todos os anos desde 2015



Quadro 5 - Atividades do Cultura no Morro e da Biblioteca LPC que trabalham novas territorialidades nas comunidades (conclusão)

<b>Contaçon de história:</b> A Biblioteca proporciona por meio da contaçon de história momentos de incentivo a leitura e aprendizado com base no lúdico	Todos os anos desde 2015
<b>Festas comemorativas:</b> A Biblioteca LPC realiza junto com a comunidade festa de dia das crianças, festa junina com o objetivo de recreaçã e resgatar as tradições populares.	Todos os anos desde 2015
<b>Encontros virtuais:</b> Cultura no Morro e biblioteca realizaram no período crítico da pandemia encontros virtuais com o intuito de levar o conhecimento para a comunidade.	Desde 2020

Fonte: Biblioteca Ler para Crescer e Cultura no Morro.<sup>7</sup>

As informações acima foram possíveis por meio da dinâmica de sistematização de experiências aplicada com os dois coletivos de cultura e as bibliotecas comunitárias, conforme ilustra a figura 10 abaixo, e por meio das suas redes sociais.

Figura 10 - Dinâmica de sistematização de experiências.

<sup>7</sup> Informação cedidas na dinâmica de sistematização de experiências com a Biblioteca Comunitária Ler Para Crescer e o coletivo Cultura no Morro.



Fonte: Fotos da pesquisadora.

Legenda: Da esquerda para a direita: reunião dos dois grupos que participaram da dinâmica de sistematização de experiências no bairro Jardim Pedra Mar; roda de conversa no *Quilombo Abayomi*; coletivo *Cultura no Morro* reunido para colocar os principais momentos; integrantes da Biblioteca Comunitária *Ler Para Crescer* reunidos para escolherem os principais momentos.

Ao sistematizar as experiências e vivências conjuntamente com os grupos envolvidos, pôde-se demonstrar a importância dessas ações para o território e para a comunidade envolvida, pois tem promovido ações, tais como: processos contínuos de reflexões sobre as precariedades vivenciadas, espaços de formação sociopolítica e cultural, fomento da cultura periférica, rodas de apoio e solidariedade ativas, entre outras experiências e vivências que têm reescrito as histórias de vida nestas territorialidades.

Vale, ainda, salientar que os conhecimentos produzidos nestes espaços têm sido compartilhados e reproduzidos pelos participantes em outros espaços, o que se leva à conclusão de que isso indica um processo de legitimação e divulgação das experiências.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As bibliotecas públicas atuam a partir de uma perspectiva assistencialista quanto aos serviços prestados voltados à educação e cultura, porém, em muitos casos, não alcançam as demandas educacionais e culturais da sociedade. Isso pode ser devido a uma variedade de fatores, tais como: uma perspectiva de cultura elitista, poucos recursos destinados, ausência de pessoal capacitado, infraestrutura inadequada e priorização de outras áreas pelo poder público.

Nesse contexto, as bibliotecas comunitárias e os coletivos culturais têm-se tornado cada vez mais importantes nas periferias, como percebido nas duas experiências estudadas: Biblioteca Comunitária *Carolina Maria de Jesus* e coletivo *Quilombo Abayomi* e Biblioteca Comunitária *Ler Para Crescer* e coletivo *Cultura no Morro*, localizados respectivamente nas cidades de São José dos Campos e Jacareí. Essas iniciativas procuram oferecer ações educacionais e culturais a uma população que, muitas vezes, não têm acesso a esses serviços, contribuindo para os desenvolvimentos intelectual, social, cultural e político da comunidade.

As bibliotecas comunitárias, localizadas em regiões periféricas, surgem com o objetivo de criar novas territorialidades, promovendo ações comunitárias organizadas

por movimentos e grupos sociais com a proposta de atender às demandas locais, indo além do acesso à informação, pois, por meio de suas atividades, promovem o fortalecimento comunitário.

Além disso, a criação de novas territorialidades pode significar uma nova forma de se pensar e organizar a sociedade, tendo em vista a democratização do acesso à informação e à cultura. Com isso, é possível promover a valorização da diversidade cultural, aumentando a participação da população nas decisões e na construção de sua própria realidade.

Uma das propostas desta pesquisa foi a de sinalizar as desigualdades socioespaciais e trazer para o debate a ausência de políticas públicas que não atendem às reais demandas das localidades e, assim, ao analisar as ações desenvolvidas pelas bibliotecas comunitárias, em parceria com os coletivos de cultura, mostrar que suas ações são importantes para aquele local e como estas propostas contribuem para o Planejamento Urbano e para o desenvolvimento de políticas públicas culturais ao fortalecer a produção e a disseminação do conhecimento criado por essas experiências comunitárias.

Assim, foi possível observar que essas ações trazem percepções que contrapõem as características convencionais sobre a periferia e valorizam as expressões culturais vividas na periferia que é oposta ao da cultura que segrega e não pensa na diversidade.

Dessa forma, as ações propostas pelas bibliotecas comunitárias e pelos coletivos culturais, ao levantar as dimensões socioculturais, educacionais e espaciais, podem contribuir para a elaboração de projetos e são uma importante alternativa às bibliotecas públicas, podendo favorecer para construir uma sociedade mais justa e igualitária. É importante que o poder público reconheça e apoie essas iniciativas, para que possam continuar crescendo e oferecendo serviços de qualidade à sociedade.

Tendo em vista os argumentos apresentados como objetivos desta pesquisa, pôde-se mapear as bibliotecas públicas e algumas bibliotecas comunitárias em funcionamento nas cidades de São José dos Campos e Jacareí. A diferença entre os dois tipos de biblioteca iniciou ao mapeá-las, visto que a identificação das bibliotecas públicas ocorreu de forma rápida, em razão de seus dados estarem disponível de forma acessível no meio digital, mas o mesmo não aconteceu com as bibliotecas comunitárias, uma vez que o seu trabalho acontece sem uma ampla visibilidade e

institucionalização, tendo sido preciso realizar uma pesquisa mais exaustiva para a sua localização.

Para conseguir alcançar um público para além dos bairros onde estão localizadas, as bibliotecas comunitárias realizam, por meio das redes sociais, um trabalho interessante de divulgação de suas atividades e solicitam, também, ajuda das pessoas que queiram trabalhar de forma voluntária e financeiramente. Pelas redes sociais, foi possível localizá-las.

Com o mapeamento, percebeu-se que as bibliotecas públicas das duas cidades estão localizadas nas regiões centrais e suas bibliotecas setoriais estão em diferentes bairros das cidades, mas não atendem às demandas informacionais e culturais da população que vive em áreas periféricas.

Outro ponto a ser destacado é referente às políticas e projetos fomentados pelas bibliotecas públicas estudadas, pois, ao entrevistar os gestores, notou-se a diferença entre elas no quesito projetos socioeducacionais e culturais junto à comunidade.

Assim, observou-se que, na biblioteca pública da cidade de São José dos Campos, não há projetos e ações que possam proporcionar esse momento para a sociedade, sendo um local que não desenvolve projetos e ações sociais para instigar a comunidade a utilizar o espaço, mas disponibiliza para a sociedade, apenas a estrutura física mínima de uma biblioteca. Já a biblioteca pública de Jacareí desenvolve projetos socioeducacionais e culturais, proporcionando conhecimento e desenvolvimento cognitivo à sociedade, além de realizar doação de livros excedentes para uma Biblioteca Comunitária, porém, tais projetos ainda não atendem a toda a população da cidade, principalmente, quem mora em área periférica.

Com esta pesquisa, foi possível trazer a dimensão da periferia vista pela sociedade como negação que, diariamente, trabalha por meio de suas ações comunitárias para contrapor essa visão negativa e, então, ser para a sociedade uma periferia como potência não surgida só pela ausência de equipamentos públicos mas por perceber a necessidade de reescrever a história do lugar onde vivem.

Por não alcançar essa população que se encontra excluída e desprovida de equipamentos públicos em seu bairro, os moradores se unem e criam espaços que possam ressignificar esse território por meio de ações das bibliotecas comunitárias e dos coletivos de cultura importantes para o desenvolvimento cognitivo e crítico dessa população, que, muitas vezes, não tem o conhecimento do que é seu por direito.

Outro ponto percebido com a pesquisa é que as pessoas que idealizam e criam as bibliotecas comunitárias não são bibliotecários, profissionais com o conhecimento para criá-las, mas sim professores ou pessoas da comunidade que percebem a inexistência desse equipamento cultural em seu território e as criam com o propósito, muitas vezes, de produzir juntamente com a comunidade, ações de r-existência que auxiliam a reconstruir a imagem da periferia vista pela sociedade como um local de violência, pois vivem em situações de exclusão e de vulnerabilidade social. Apresentam, então, novas formas de repensar e ocupar o território distribuído para a população de forma desigual.

As bibliotecas comunitárias nascem em local que não são apropriados para ela como nos dois casos: a Biblioteca *Carolina Maria de Jesus*, localizada no cômodo da casa onde funciona o coletivo *Quilombo Abayomi* e a Biblioteca Comunitária *Ler Para Crescer* que funciona na garagem da casa da idealizadora do projeto.

Percebe-se, então, que são espaços que comungam da mesma perspectiva: um local de acolhimento e de transformação social, de reflexão sobre a precariedade da periferia. Pela falta de investimento por parte do poder público em melhorar o transporte, em construir bibliotecas ativas no território, buscam garantir o direito à educação e à cultura por meio de atividades e experiências que reescrevam todo dia a história daquele lugar e da vida das pessoas que ali vivem.

Além das semelhanças, as duas experiências analisadas possuem diferenças, como por exemplo, a Biblioteca *Ler Para Crescer* tem os projetos mais consolidados, primeiro por ter mais tempo de existência do que a Biblioteca *Carolina de Jesus* e segundo porque ela tem assistência do coletivo *Cultura no Morro* com prática em desenvolver atividades na comunidade por mais tempo que o *Quilombo Abayomi*. O coletivo *Cultura no Morro* e a Biblioteca *Ler Para Crescer*, por conseguinte, já se consolidaram no território e vivem momentos distintos do *Quilombo Abayomi*.

As bibliotecas comunitárias surgem como espaços de r-existência para tentar afastar as vulnerabilidades, organizam-se e lutam diariamente a fim de criar novas territorialidades por meio da cultura, educação, arte e lazer e, assim, abrem outras possibilidades de existência para as pessoas moradoras nos bairros periféricos e negligenciadas pelo poder público que não atende à necessidade dessa parcela da população que vive incluída de forma perversa na cidade.

Ainda se perceberam, com a dinâmica de sistematização de experiências, pontos importantes na parceria entre os coletivos culturais e bibliotecas com o

território. Com a ausência do Estado em políticas e ações culturais, educacionais e sociais à comunidade, essas experiências analisadas se uniram e criaram estratégias de resistir e sobreviver por meio de ações propondo novas territorialidades para o local excluído, fazendo ressurgir um vínculo comunitário perdido no processo de formação do bairro e trazendo novas alternativas que fazem ampliar a percepção do planejamento urbano convencional ao abordarem a cultura, a educação e a política, pois esses aspectos são determinantes para o bem-estar e desenvolvimento das cidades de forma justa e igualitária para todos.

Promover atividades culturais e educacionais pode incentivar, pois, a interação social e a criação de comunidades são fatores importantes para o desenvolvimento das cidades. A política é fundamental ao planejamento urbano, porque, por meio dela, definem-se as regras e as prioridades para o desenvolvimento das cidades e, além disso, ela deve ser utilizada para garantir justiça social, equidade e acesso aos bens e serviços públicos para todos os habitantes da cidade. Sendo assim, infere-se ser necessário garantir a participação da população no processo de tomada de decisão, para que o planejamento urbano atenda às necessidades e aos interesses da comunidade.

Conclui-se que, ao considerar os territórios sociopolíticos, é possível identificar as desigualdades e as diferentes necessidades da comunidade, além de implementar políticas e ações que atendam a essas necessidades. Assim, garante-se acesso à infraestrutura básica, como transporte, e proporcionam-se espaços de cultura e lazer em áreas periféricas e marginalizadas. Espera-se que essas experiências possam impactar positivamente para a elaboração de políticas públicas mais justas e que valorizem as territorialidades periféricas.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Bibliotecas públicas e alternativas. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 26, n. 1/2, p. 115–127, 1993.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. **Bibliotecas públicas e bibliotecas alternativas**. Londrina: UEL, 1997.

ALVES, Mariana de Souza. Biblioteca comunitária: conceitos, relevância cultural e política. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 16, p. 1-29, 2020.

ARAÚJO, G. Quilombo urbano: identidade, resistência e memória negra. **Observatório de favelas**, 2021. Disponível em: <https://observatoriodefavelas.org.br/quilombo-urbano-identidade-resistencia/>. Acesso em: 29 jan. 2023.

ASSIS, Wanderlaine Mara Loureiro de. **As bibliotecas dos centros culturais da prefeitura de Belo Horizonte**: espaços públicos de cultura. 2010. 194f. Dissertação



(mestrado em Ciências da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

ASSOCIAÇÃO AMIGOS DA BIBLIOTECA. **Ponto de Cultura**: artes, saúde física & mental e meio ambiente. 2016. Disponível em: <https://amigosdabibliotecasfx.org.br/ponto-de-cultura-2016-artes-saude-fisica-mental-e-meio-ambiente/>. Acesso em: 6 out. 2022.

BARRAL JUNIOR, M. Q. **O nascimento de uma biblioteca comunitária**: a contribuição dos projetos de promoção à leitura para a comunidade carente. 2017. 45f. Trabalho de conclusão de curso (graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

BASTOS, G. G.; GALLI, F. C. S.; ROMÃO, L. M. S. Discursividades sobre o bibliotecário. **Perspectivas em Ciências da Informação**, v. 18, n. 1, 2013.

BATALHA DOS TRILHOS. **About Batalha nos Trilhos**. Facebook: batalhanostrilhos. Disponível em: [facebook.com/batalhadostrilhosjacarei/about\\_details](facebook.com/batalhadostrilhosjacarei/about_details). Acesso em: 5 jan. 2023.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BERNARD, Jessie. “Desorganizacion de la efebvree”. *In*: SILLS, David L. (org.) **Enciclopedia internacional de las efebvre sociales**. Madrid: Aguilar Ediciones, 1974.

BERSANI, H. Aportes teóricos e reflexões sobre o racismo estrutural no Brasil. **Extraprensa**, v. 11, n. 2, p. 175-196, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/148025/147028>. Acesso em: 06 fev. 2023.

BÉRTOLO, Constantino. **La cena de los notables**. Bogotá: Babel Libros, 2017.

BOCKORNI, B. R. S.; GOMES, A. F. A amostragem em snowball (bola de neve) em uma pesquisa qualitativa no campo da administração. **Revista de Ciências Empresariais da UNIPAR**, v. 22, n. 1, p. 105-117, 2021.

BORDO, Adilson Aparecido *et al.* **As diferentes abordagens do conceito de território**. 2013 Disponível em: <https://gpect.files.wordpress.com/2013/11/as-diferentes-abordagens-do-conceito-de-territc3b3rio.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2021.

BOTELHO, C. N. A formação do bibliotecário e as bibliotecas comunitária. **Informe: Estudos em Biblioteconomia e Gestão da Informação**, v. 1, n. 1, p. 50-64, 2012.

BRASIL. Decreto n. 520, de 13 de maio de 1992. Institui o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1992. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/d0520.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0520.htm). Acesso em: 24 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Política Cultural no Brasil, 2002-2006:** acompanhamento e análise. Brasília: Ministério da Cultura, 2007. 220 p. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3245/1/cadvol2.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2022.

BRASIL. Projeto de lei n. 3.727, de 2012. Dispõe sobre o princípio da universalização das bibliotecas públicas no País. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2012. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=991463&filename=Avulso+-PL+3727/2012#:~:text=LEI%20N%C2%BA%209.674%2C%20DE%2025%20DE%20JUNHO%20DE%201998&text=1%C2%BA](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=991463&filename=Avulso+-PL+3727/2012#:~:text=LEI%20N%C2%BA%209.674%2C%20DE%2025%20DE%20JUNHO%20DE%201998&text=1%C2%BA). Acesso em: 24 nov. 2021.

BRASIL. Lei n. 13.018, de 22 de julho de 2014. Institui a Política Nacional de Cultura Viva e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2014. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13018.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13018.htm). Acesso em: 15 jan. 2022.

BRASIL. Secretaria Especial da Cultura. **Tipos de bibliotecas**. 2020. Disponível em: <http://snbp.cultura.gov.br/tiposdebibliotecas/>. Acesso em: 27 fev. 2020.

BRASIL. **Cultura Viva**: saiba mais. Disponível em: <http://culturaviva.gov.br/saiba-mais/>. Acesso em: 18 jan. 2022a.

BRASIL. **O que é SNC**. Disponível em: <http://portalsnc.cultura.gov.br/sobre/o-que-e-o-snc/>. Acesso em: 2 nov. 2022b.

BRASIL. Secretaria Especial da Cultura. **Bibliotecas públicas no Brasil**. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/secretaria-especial-da-cultura/assuntos/sistema-nacional-de-bibliotecas-publicas-snbp/informacoes-das-bibliotecas-publicas-1>. Acesso em: 28 jan. 2023.

BURKE, P. **Uma história social do conhecimento**: de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CALIXTO, José António. Bibliotecas para a vida. In: CALIXTO, José António (Org.). **Bibliotecas para a vida**: literacia, conhecimento, cidadania. Lisboa: Colibri; Évora: CIDEHUS/SÃO, 2007. P. 7-9.

CARNEIRO, D. **Guia prático para bibliotecas comunitárias**. Curitiba: Magnolia Cartoneira, 2016.

CAUNE, Jean. **Cultura e Comunicação**: convergências teóricas e lugares de mediação. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

CAVALCANTE, Sheila Cristina Pinheiro. **O bibliotecário e as práticas socioeducativas e culturais em bibliotecas públicas do Cariri Cearense**. 2016.

118f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

CAVALCANTE, Lídia Eugenia; ARARIPE, Fátima Maria Alencar. **Biblioteca e comunidade**: entre vozes e saberes. Fortaleza: [s.n.], 2014.

CAVALCANTI, L. DE S. Uma geografia da cidade: elementos da produção do espaço urbano - território escalas de ação e instituições. In: CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia da cidade: a produção do espaço urbano**. Goiânia: Alternativa, 2008. p. 11–32.

CHAUÍ, Marilena. Uma opção radical e moderna: Democracia Cultural. In: **Política cultural e gestão democrática no Brasil**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1992.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1994.

CHAUÍ, Marilena. Cultura política e política cultural. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 9, n. 23, p. 71-84, 1995.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania cultural**: direito a cultura. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

CONDUTTA, A. *et al.* Panorama dos coletivos culturais no Vale do Paraíba-SP. In: ENCONTRO LATINO AMERICANO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 23., ENCONTRO LATINO AMERICANO DE PÓS-GRADUAÇÃO, 19., ENCONTRO LATINO AMERICANO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA JÚNIOR JR DA UNIVAP, 13., e ENCONTRO DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA, 9., 2019. São José dos Campos. **Anais...**, Univap: São José dos Campos, 2019. Disponível em: [https://www.inicepg.univap.br/cd/INIC\\_2019/anais/arquivos/RE\\_0723\\_0408\\_01.pdf](https://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2019/anais/arquivos/RE_0723_0408_01.pdf). Acesso em: 16 jul. 2022.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS. **Cartilha da Política Nacional de Cultura Viva**, 2015. Disponível em: [https://www.cnm.org.br/cms/images/stories/Links/24.09.2015\\_Cartilha.docx](https://www.cnm.org.br/cms/images/stories/Links/24.09.2015_Cartilha.docx). Acesso em: 17 jan. 2022.

CULTURA NO MORRO. **Nossa história**. Disponível em: <https://www.culturanomorro.org/sobre>. Acesso em: 10 jan. 2023a.

CULTURA NO MORRO. **Pedramar**. Disponível em: <https://www.culturanomorro.org/pedramar>. Acesso em: 10 jan. 2023b.

D'ANDREA, T.P. **A formação dos sujeitos periféricos**: cultura e política na periferia de São Paulo. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-18062013-095304/pt-br.php>. Acesso: 20 ago. 2022.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar em revista**, n. 24, p. 213-225, 2004.

EDUCA JACAREÍ. **Biblioteca Municipal Macedo Soares**. Disponível em: <https://educajacarei.com.br/biblioteca-municipal-macedo-soares/>. Acesso em: 28 mar. 2022.

ESCOBAR, Arturo. **Sentipensar são la tierra**: nuevas lecturas sobre desarrollo, território y diferencia. Medellín: Unaula, 2014.

ESCOBAR, Arturo. **Autonomía y diseño**: la realización de lo comunal. Buenos Aires: Tinta Limón, 2017.

FARIA, Hamilton; SOUZA, Valmir de. **Cidadania cultural em São Paulo 1989-1992**: Leituras de uma política pública. São Paulo: Pólis, 1997.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Sobre a tipologia de territórios**. Disponível em: <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/ruralidade/sobre-a-tipologia-de-territorios.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2021.

FERNANDEZ, C.; MACHADO, E.; ROSA, E. **O Brasil que lê**: bibliotecas comunitárias e resistência cultural na formação de leitores. Olinda: Centro de Cultura Luiz Freire, 2018.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. **Topoi**, p. 314-332, 2002.

FERREIRA, R. N. Vulnerabilidade social e acesso a equipamentos públicos de educação infantil, cultura e lazer no município de Belo Horizonte - MG. **Geoiंगा**, v. 11, n. 2, p. 4-27, 2019.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FLUSSER, V. Uma biblioteca verdadeiramente pública. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 9, n. 2, p. 131-138, 1980.

FORLIN, L. G.; COSTA, S. M. F. Urbanização e segregação sócio-espacial na cidade de São José dos Campos-SP: o caso Pinheirinho. **Geosul**, v. 25, n. 49, p. 123-158, 2010.

FORTI, Marina Cyrino. **O marketing urbano como forma de dominação na produção capitalista do espaço em São José dos campos – SP**. São José dos Campos, SP, 2021. 187f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos-SP, 2021. Disponível em: <http://biblioteca.univap.br//dados//00005c/00005c79.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2021.

FRASER, Márcia T. Dantas; GONDIM, Sônia M. Guedes. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paidéia**, v. 14, n. 28, p. 139-152, 2004.

FREITAS, Marília Augusta. **A biblioteca pública como agente de inclusão social: um estudo de caso da Biblioteca Demonstrativa de Brasília.** 2010. 132f. Dissertação (mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

FUNDAÇÃO CULTURAL CASSIANO RICARDO. **Histórico.** 2009. Disponível em: <http://www.fccr.sp.gov.br/index.php/institucional/historico.html>. Acesso em: 14 jun. 2021.

FUNDAÇÃO CULTURAL CASSIANO RICARDO. **O que é?** Disponível em: <https://fccr.sp.gov.br/fccr/lei-de-incentivo-fiscal-lif/o-que-e>. Acesso em: 14 jun. 2020.

FUNDAÇÃO CULTURAL CASSIANO RICARDO. **Outros.** Disponível em: <http://www.fccr.sp.gov.br/index.php/projetos-sp-6130/outros.html>. Acesso em: 16 jun. 2021a.

FUNDAÇÃO CULTURAL CASSIANO RICARDO. **Arte nos bairros.** Disponível em: <https://fccr.sp.gov.br/fccr/programa/arte-nos-bairros>. Acesso em: 2 nov. 2021b.

FUNDAÇÃO CULTURAL CASSIANO RICARDO. **Fundo Municipal de Cultura: o que é?** Disponível em: <https://fccr.sp.gov.br/fccr/fundo-municipal-de-cultura-fmc/o-que-e>. Acesso em: 2 nov. 2022.

FUNDAÇÃO CULTURAL DE JACAREHY. **Diretoria de Patrimônio.** Disponível em: <http://fundacaocultural.com.br/diretoria-de-patrimonio/>. Acesso em: 2 nov. 2022a.

FUNDAÇÃO CULTURAL DE JACAREHY. **Sobre a Fundação.** Disponível em: <http://fundacaocultural.com.br/sobre-a-fundacao/>. Acesso em: 2 nov. 2022b.

FUNDAÇÃO CULTURAL DE JACAREHY. **Diretoria de cultura.** Disponível em: <http://fundacaocultural.com.br/diretoria-de-cultura/>. Acesso em: 2 nov. 2022c.

FUNDAÇÃO CULTURAL DE JACAREHY. **Batalha dos Trilhos traz manifestações de arte urbana em sua 130ª edição.** 2022d. Disponível em: <http://fundacaocultural.com.br/destaque3/2022/05/24/batalha-dos-trilhos-traz-manifestacoes-da-arte-urbanas-em-sua-130a-edicao/>. Acesso em: 5 jan. 2023.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. **As culturas populares no capitalismo.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

GARCÍA CANCLINI, Néstor; RONCAGLIOLO, R. **Cultura transnacional y culturas populares.** Lima: IPAL, 1988.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal na pedagogia social. *In:* CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 1., 2006, São Paulo. **Proceedings online...** Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo: São

Paulo. Disponível em:

[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=MSC0000000092006000100034&lng=en&nrm=abn](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000092006000100034&lng=en&nrm=abn). Acesso em: 27 mar. 2023.

GOOGLE MAPAS. [**Locomoção do Quilombo Abayomi para a Biblioteca Pública Cassiano Ricardo**]. 2023a. Disponível em:

<https://www.google.com.br/maps/dir/Biblioteca+P%C3%BAblica+Cassiano+Ricardo+-+Rua+Quinze+de+Novembro+-+Centro,+S%C3%A3o+Jos%C3%A9+dos+Campos+-+SP/Quilombo+Abayomi+Casa+de+Cultura+e+Resist%C3%A2ncia+-+Rua+Padre+Wilson+Cunha+-+Campo+dos+Alem%C3%A3es,+S%C3%A3o+Jos%C3%A9+dos+Campos+-+SP/@-23.2288849,-45.9248099,11526m/data=!3m1!1e3!4m14!4m13!1m5!1m1!1s0x94cc4a14266df9ad:0x7703a750747d1095!2m2!1d-45.8871108!2d-23.1814595!1m5!1m1!1s0x94cdb539233dd18b:0x57f2e10f503bb272!2m2!1d-45.8967105!2d-23.2725613!3e3>. Acesso em: 28 jan. 2023.

GOOGLE MAPAS. [**Locomoção da Biblioteca Ler Para Crescer para a Biblioteca Pública Macedo Soares**]. 2023b. Disponível em:

[https://www.google.com.br/maps/dir/Biblioteca+Municipal+Macedo+Soares+-+Av.+Nove+de+Julho,+215+-+Jardim+Pereira+do+Amparo,+Jacare%C3%AD+-+SP,+12327-682/Biblioteca+Comunit%C3%A1ria+Ler+Para+Crescer+\(LPC\)+-+Avenida+Dois+-+Jardim+Pedramar,+Jacare%C3%AD+-+SP/@-23.3131004,-46.0028473,3578m/data=!3m1!1e3!4m14!4m13!1m5!1m1!1s0x94cdcb68a05d1201:0x5b00e63332365a83!2m2!1d-45.9706417!2d-23.30138!1m5!1m1!1s0x94cdcde5c0bfbd1f:0xcd90fd169b3a021!2m2!1d-46.0289211!2d-23.3211227!3e3](https://www.google.com.br/maps/dir/Biblioteca+Municipal+Macedo+Soares+-+Av.+Nove+de+Julho,+215+-+Jardim+Pereira+do+Amparo,+Jacare%C3%AD+-+SP,+12327-682/Biblioteca+Comunit%C3%A1ria+Ler+Para+Crescer+(LPC)+-+Avenida+Dois+-+Jardim+Pedramar,+Jacare%C3%AD+-+SP/@-23.3131004,-46.0028473,3578m/data=!3m1!1e3!4m14!4m13!1m5!1m1!1s0x94cdcb68a05d1201:0x5b00e63332365a83!2m2!1d-45.9706417!2d-23.30138!1m5!1m1!1s0x94cdcde5c0bfbd1f:0xcd90fd169b3a021!2m2!1d-46.0289211!2d-23.3211227!3e3). Acesso em: 28 jan. 2023.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. **Geo UERJ**, n. 5, p. 7-19, 1999.

HAESBAERT, R. Território(s) numa perspectiva latino-americana. **Journal of Latin American Geography**, v. 19, n. 1, p. 141-151, 2020

HAESBAERT, R. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. 2004a.

Disponível em: <https://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2021.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004b.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais no nosso tempo. **Educação & Realidade**, v. 22, n. 2, p.15-46, 1997.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

HOLLIDAY, Oscar Jara. **Para sistematizar experiências**. 2. ed. Brasília: MMA, 2006

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Conceitos gerais**: o que é cartografia?. Disponível em: <https://atlasescolar.ibge.gov.br/conceitos-gerais/o-que-e-cartografia>. Acesso em: 18 mar. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades e Estados**: São José dos Campos. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/são-jose-dos-campos.html>. Acesso em: 18 mar. 2022a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **São José dos Campos**: panorama. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/são-jose-dos-campos/panorama>. Acesso em: 18 mar. 2022b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades e Estados**: Jacareí. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/jacarei.html>. Acesso em: 20 mar. 2022c.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Jacareí**: panorama. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/jacarei/panorama>. Acesso em: 20 mar. 2022d.

JACAREÍ. Lei n. 3648, de 17 de maio de 1995. **Diário Oficial**, Jacareí, 1995. Disponível em: [http://legislacao.jacarei.sp.gov.br:85/jacarei/images/leis/html/L36481995.html#:~:text=1º Fica instituído%2C no âmbito,ou jurídica domiciliada no Município](http://legislacao.jacarei.sp.gov.br:85/jacarei/images/leis/html/L36481995.html#:~:text=1º Fica instituído%2C no âmbito,ou jurídica domiciliada no Município. Acesso em: 10 jul. 2022). Acesso em: 10 jul. 2022.

JACAREÍ. Lei n. 5.691, de 20 de junho de 2012. Institui o Fundo Municipal de Cultura de Jacareí – FMC. **Diário Oficial**, Jacareí, 2012. Disponível em: <http://legislacao.jacarei.sp.gov.br:85/jacarei/images/leis/html/L56912012.html>. Acesso em: 10 jul. 2022.

JACAREÍ. **Jacareí ficará para sempre em seu coração e em sua memória**. 2021a. Disponível em: [https://www.jacarei.sp.gov.br/wp-content/uploads/2021/06/Livreto\\_Turismo\\_8\\_paginas-site.pdf](https://www.jacarei.sp.gov.br/wp-content/uploads/2021/06/Livreto_Turismo_8_paginas-site.pdf). Acesso em: 28 mar. 2022.

JACAREÍ. **Plano Diretor Jacareí**: caderno de leitura técnica - diagnóstico de Jacareí de 2003 a 2020. Jacareí: Prefeitura, 2021b. Disponível em: <https://jacarei.sp.gov.br/docs/caderno-tecnico.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2023.

JACAREÍ. **Conheça as entidades e os movimentos sociais, candidatos às vagas no Conselho Gestor do Plano Diretor**. 2021c. Disponível em: <https://www.jacarei.sp.gov.br/conheca-as-entidades-e-os-movimentos-sociais-candidatos-as-vagas-no-conselho-gestor-do-plano-diretor/>. Acesso em: 5 jan. 2023.

JACAREÍ. **Caderno de leitura Crítica**: síntese diagnóstica - leitura técnica e comunitária. Jacareí: Prefeitura, 2022. Disponível em: <https://www.jacarei.sp.gov.br/wp-content/uploads/2022/07/CADERNO-DE-LEITURA-CR%C3%8DTICA-DA-CIDADE.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2023.

JORGE, D. **Jardim, Pedra, mar**: um olhar arquetípico para a cidade. 221f. 2018. Tese (doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: [https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-17072018-175235/publico/jorge\\_corrigeida.pdf](https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-17072018-175235/publico/jorge_corrigeida.pdf). Acesso em: 30 jan. 2023.

KHON, K.; MORAES, C.H. O impacto das novas tecnologias na sociedade: conceitos e características da Sociedade da Informação e da Sociedade Digital. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 30., 2007. **Anais...**, Santos: Intercom, 2007. p. 1-13. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Claudia-Moraes-2/publication/238065799\\_O\\_impacto\\_das\\_novas\\_tecnologias\\_na\\_sociedade\\_conceitos\\_e\\_caracteristicas\\_da\\_Sociedade\\_da\\_Informacao\\_e\\_da\\_Sociedade\\_Digital1/links/58f409060f7e9b6f82e7c45c/O-impacto-das-novas-tecnologias-na-sociedade-conceitos-e-caracteristicas-da-Sociedade-da-Informacao-e-da-Sociedade-Digital1.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Claudia-Moraes-2/publication/238065799_O_impacto_das_novas_tecnologias_na_sociedade_conceitos_e_caracteristicas_da_Sociedade_da_Informacao_e_da_Sociedade_Digital1/links/58f409060f7e9b6f82e7c45c/O-impacto-das-novas-tecnologias-na-sociedade-conceitos-e-caracteristicas-da-Sociedade-da-Informacao-e-da-Sociedade-Digital1.pdf). Acesso em: 28 jan. 2023.

LAZZARI, Artur; MAZZARINO, Jane M.; TURATTI, Luciana. Comunidade: a busca de um conceito. **Espacios**, v. 38, n. 3, p. 1-4, 2017.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. (do original: *La production de l'espace*. 4<sup>e</sup> éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início – fev. 2006. Disponível em: [https://gpect.files.wordpress.com/2014/06/efeb\\_lefebvre-a-produc3a7c3a3o-do-espac3a7o.pdf](https://gpect.files.wordpress.com/2014/06/efeb_lefebvre-a-produc3a7c3a3o-do-espac3a7o.pdf). Acesso em: 27 nov. 2021.

LEMES, C. R.; BARJA, P. R. Do-in cultural no Jardim Pedramar: arte no bairro como expressão da comunidade. **Extraprensa**, v. 12, n. esp., p. 397-416, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/153893/157008>. Acesso em: 27 jan. 2023.

LEONARDO, C. S. *et al.* Periferias, criminalização e re-existência: tensionamentos a partir de ações de uma biblioteca comunitária. *In*: SOARES, L. C. E. C. *et al.* **Psicologia Social Jurídica**: articulações de práticas de ensino, pesquisa e extensão no Brasil. Florianópolis: ABRASPO, 2022.

MACHADO, Elisa Campos. **Bibliotecas comunitárias como prática social no Brasil**. 2008. 184f. Tese (Doutorado em Cultura e Informação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MACHADO, Elisa Campos; VERGUEIRO, Waldomiro. Bibliotecas comunitárias como prática social no Brasil. **CRB-8 Digital**, v. 3, n. 1, p. 3-11, 2010.



MADELLA, Rosangela. **Bibliotecas comunitárias**: espaços de interação social e desenvolvimento pessoal. 2010. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

MAIA, H. M. **Grupos, redes e manifestações**: a emergência dos agrupamentos juvenis nas periferias de São Paulo. [s.l.] Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2014.

MARTINS, José Souza. O falso problema da exclusão e o problema social da inclusão marginal. *In*: MARTINS, José Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita**: história do livro, da imprensa e da biblioteca. 3. ed. São Paulo: Ática, 2002.

MENESES, M. P. *et al.* Introdução: las epistemologías del sur. *In*: MENESES, M. P. *et al.* **Boaventura de Sousa Santos**: Construyendo las Epistemologías del Sur Para un pensamiento alternativo de alternativas. [s.l.]: CLACSO, 2019. p. 303-342.

MERKLEN, D. **Bibliotecas en llamas**: cuando las clases populares cuestionan la sociología y la política. Buenos Aires: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2016.

MILANESI, Luís. **O que é biblioteca**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MILANESI, Luís. **Ordenar para desordenar**: centros de cultura e bibliotecas públicas. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MINAYO, M.C.S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. *In*: MINAYO, M.C.S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 22. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2003. p. 9-29.

MONTIEL, Edgar. A nova ordem simbólica: a diversidade cultural na era da globalização. *In*: COSTA, Sergio. **As cores de Ercília**: Esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

OLIVEIRA, André Jorge. Conheça o Clementinum, uma das bibliotecas mais valiosas do mundo. **Galileu**, 2015. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/blogs/estante-galileu/noticia/2015/09/conheca-o-clementinum-uma-das-bibliotecas-mais-maravilhosas-do-mundo.html>. Acesso em: 15 jul. 2022.

O VALE. **O Vale entrevista**: Secretário de Inovação e Desenvolvimento Econômico Alberto Alves. YouTube, 20 nov. 2018. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=SJYyu9XhZ\\_k](https://www.youtube.com/watch?v=SJYyu9XhZ_k). Acesso em: 19 dez. 2022.

PINHO, F. A. **Dispositivos culturais e espaços de memória**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013. Disponível em:

<https://editora.ufpe.br/books/catalog/download/303/305/916?inline=1>. Acesso em: 31 ago. 2022.

PINTO, L. P. Bibliotecas comunitárias: dispositivos de ação. *In*: PINHO, F. A. **Dispositivos culturais e espaços de memória**. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2013.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, p.3-15, 1989.

POLSBY, Nelson W. El estudio del poder em la comunidade. *In*: SILLS, David L. (org.) **Enciclopedia internacional de las ciencias sociales**. Madrid: Aguilar Ediciones, 1974.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Proj. História**, n. 14, p. 25-39, 1997.

PORTELLI, Alessandro. Conferencia Lo que aprendimos: Consideraciones sobre la entrevista de história oral. **Flacso, Ecuador**, 2018. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=tHkGki3DR1Y&t=585s>. Acesso em: 15 ago. 2022.

PORTO GONÇALVES, C. W. Da geografia às geo-grafias: um mundo em 2 busca de novas territorialidades. *In*: CECENA A.E. *et al.* (org.). **La guerra infinita: hegemonía y terror mundial**. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

PRADO, G. M. A biblioteca comunitária como agente de incluso/ integração do cidadão na sociedade da informação. **Inclusão social**, v. 13, n. 2, p. 145-149, 2010.

QUILOMBO ABAYOMI. **Sobre**. Youtube, 2022a. Disponível em: <https://www.youtube.com/@quilomboabayomi5545/about>. Acesso em: 26 dez. 2022.

QUILOMBO ABAYOMI. Aberta todos os dias com espaço de leitura. @quilomboabayomi. **Instagram**. 2022b. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CegckVyLdOh/>. Acesso em: 26 dez. 2022.

RABOTNIKOF, N. El espacio público: caracterizaciones teóricas y expectativas políticas. *In*: QUESADA, Fernando de. **Filosofía política I: ideas políticas y movimientos sociales**. Madrid: Trota, 2002.

RAIMUNDO, S.L. **Território, cultura e política**: movimento cultural das periferias, resistência e cidade desejada. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: [https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-17042017-104001/publico/2017\\_SilviaLopesRaimundo\\_VCorr.pdf](https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-17042017-104001/publico/2017_SilviaLopesRaimundo_VCorr.pdf)

RECODE. **A Recode e o empoderamento digital**, 2022. Disponível em: <https://recode.org.br/sobre-a-recode/>. Acesso em: 22 nov. 2022.

REGINA, T. Quilombos urbanos surgem como polos culturais na disputa por um novo Brasil. **Ecoa**, 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2020/10/15/quilombos-urbanos-surgem-como-polos-culturais-na-disputa-por-um-novo-brasil.htm>. Acesso em: 29 jan. 2023.

SALVADOR. D. S. C. O. O território usado e o uso atual do território do agreste Potiguar. **Holos**, ano 25, v. 2, 2009. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/219/196>. Acesso em: 22 out. 2019.

SANDERS, Irwin T. Desarrollo de la comunidade. *In*: SILLS, David L. (org.) **Enciclopedia internacional de las ciencias sociales**. Madrid: Aguilar Ediciones, 1974.

SANTA ANNA, Jorge. Trajetória histórica das bibliotecas e o desenvolvimento dos serviços bibliotecários: da guarda informacional ao acesso. **Revista digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 13, n. 1, p. 138-156, 2015.

SANTOS, L. B.; GUIMARÃES, A. L.; LIMA, V. D. Potencialização de ações coletivas em periferias urbanas: os casos dos morros de Jesus de Nazareth e da Piedade em Vitória/ES. **Caminhos abertos**, v. 16, p. 1-26, 2022.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Consolidação da Lei n. 3.050/85 de 14 de novembro de 1985. Autoriza o Poder Executivo a criar a Fundação Cultural de São José dos campos e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, São José dos Campos, 1985. Disponível em: <https://servicos2.sjc.sp.gov.br/legislacao/Leis/1985/3050.pdf>. Acesso em: 20 maio 2022.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Prefeitura. Lei n. 9.343 de 26 de abril de 2016. Institui o Sistema Municipal de Cultura de São José dos Campos, e dá outras providências. **Jornal Boletim do Município**, São José dos Campos, 2016. Disponível em: [http://www.fccr.sp.gov.br/phocadownload/Regimento/9343 lei aprovada do smc sistema municipal de cultura.pdf](http://www.fccr.sp.gov.br/phocadownload/Regimento/9343%20lei%20aprovada%20do%20smc%20sistema%20municipal%20de%20cultura.pdf). Acesso em: 16 jun. 2021.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. **Oficinas de leitura comunitária**: 02/10 a 31/10/2017. São José dos Campos: IPPLAN, 2017. Disponível em: [http://planodiretor.sjc.sp.gov.br/resources/uploads/Link/Arquivo/Apresentacao\\_Relatorio\\_Final\\_Oficial\\_V2.pdf](http://planodiretor.sjc.sp.gov.br/resources/uploads/Link/Arquivo/Apresentacao_Relatorio_Final_Oficial_V2.pdf). Acesso em: 31 jan. 2023.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. **Plano Diretor de São José dos Campos**: Regiões Urbanas. São José dos Campos: Prefeitura, 2018. Disponível em: [http://planodiretor.sjc.sp.gov.br/resources/uploads/EstudoTecnico/Anexo/PD\\_VOLU ME\\_1\\_C7\\_REGIOES\\_URBANAS.pdf](http://planodiretor.sjc.sp.gov.br/resources/uploads/EstudoTecnico/Anexo/PD_VOLU%20ME_1_C7_REGIOES_URBANAS.pdf). Acesso em: 31 jan. 2023.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. **Bibliotecas públicas municipais**. Disponível em: <https://www.sjc.sp.gov.br/servicos/educacao-e-cidadania/bibliotecas-publicas-municipais/>. Acesso em: 27 set. 2021.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. **História**: características, aspectos históricos e culturais. Disponível em: <https://www.sjc.sp.gov.br/servicos/governanca/sao-jose-em-dados/historia/>. Acesso em: 22 mar. 2022.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções sobre o território**. São Paulo: Expresso Popular, 2007.

SERAPIONI, M. Métodos qualitativos e quantitativos na pesquisa social em saúde: algumas estratégias para a integração. **Ciênc. Saúde. Colet.**, v. 5, n 1. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v5n1/7089.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2021.

SERRAI, Alfredo. História da biblioteca como evolução de uma ideia e de um sistema. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 4, n. 2, p. 141-161, 1975.

SILVA, A. P. C. O. **É preciso estar atento**: a ética no processamento expresso dos líderes de biblioteca comunitárias. 2011. Dissertação (mestrado em Ciências da Informação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

SILVA, F. B.; LABREA, V. As múltiplas redes do Programa Cultura Viva. **Texto para discussão**, n. n. 2273, p. 7–54, 2017.

SILVA, F. F.; OLIVEIRA, D. A potência política dos territórios periféricos na metrópole de São Paulo. **Polisemia**, v. 13, n. 24, p. 41–56, 16 jul. 2017.

SILVA, F. F.; MACIEL, L. M. “Decolonizando” o planejamento urbano a experiência dos conflitos urbanos nas cidades latino-americanas. In: **Planejamento territorial volume 1: reflexões críticas e perspectivas**. São Paulo: Max Limonad, 2021. p. 185–219.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. **Biblioteca como lugar de práticas culturais**: uma discussão a partir dos currículos de Biblioteconomia no Brasil. 2007. 246f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.77-116.

SOUZA, Valmir de. Políticas culturais em São Paulo e o direito à cultura. **Políticas culturais em revista**, n. 2, p. 52–64, 2012.

SOUZA, Jairo Salvador de. **Planejamento insurgente, justiça socioespacial e o direito à cidade**: práticas de resistência no território às políticas públicas de desfavelização em São José dos Campos, São Paulo, no século xxi. São José dos Campos, 2021. 674f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2021. Disponível em: <http://biblioteca.univap.br//dados//000059/0000594e.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2022.

SUAIDEN, Emir José. **Biblioteca pública e informação à comunidade**. São Paulo: Global, 1995.

SUAIDEN, Emir José. A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. **Ci. Inf.**, v. 29, n. 2, p. 52-60, 2000.

TEIXEIRA COELHO, José. **Dicionário crítico de política cultural**. 2. ed. São Paulo: Iluminuras, 2012.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. São Paulo: Cortez, 1985.

TJABBES, Bernard Alexander Lemos. **Políticas culturais municipais em São Paulo (1935-2016)** uma abordagem territorial. 2021. 113f. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

UNESCO. **Manifesto da Unesco para bibliotecas públicas**. 1994. Disponível em: <http://archive.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm>. Acesso em: 27 mar. 2020.

UNESCO. **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural**. 2002. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2022.

VASCONCELOS, K. T.; SILVA, M. C.; PEREIRA, M. 1º diagnóstico das Bibliotecas Comunitárias de Belo Horizonte. **Releitura**, n. 18, p.33-39, 2004.

VERRI, H. M. **Templários da ausência em bibliotecas populares**. 2. ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010.

VIEIRA, H. M. **Bibliotecas comunitárias em Belo Horizonte**: atores em cena. 2007. Dissertação (mestrado em Ciências da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, v. 22, n. 44, p. 201-218, 2014. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>. Acesso em: 26 jan. 2023.

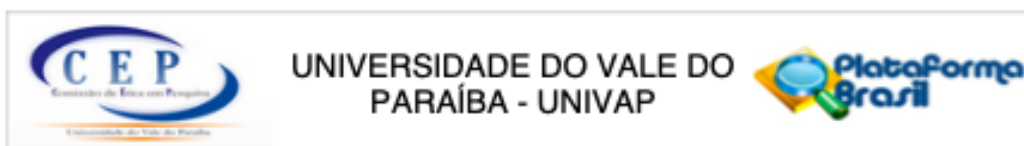
WEBER, Max. **Conceitos Básicos de Sociologia**. 5 ed. São Paulo: Editora Centauro, 2010.

ZIBECHI, R. **Autonomías y emancipaciones América Latina en movimiento**. Lima: Fondo editorial de la Facultad de Ciencias Sociales, 2007.

ZIBECHI, R. **Territorios en resistencia**: cartografía política de las periferias urbanas latinoamericanas. Buenos Aires: Lavaca, 2015



## ANEXO A - APROVAÇÃO COMITÊ DE ÉTICA



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** Mapeamento das ações socioculturais e educacionais nos espaços das bibliotecas públicas e comunitárias na realidade das cidades de São José dos Campos e Jacareí, São Paulo.

**Pesquisador:** Cintia Fabiola Mota Alves

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 58133922.7.0000.5503

**Instituição Proponente:** Universidade do Vale do Paraíba - UNIVAP

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 5.489.526

#### Apresentação do Projeto:

O projeto em trâmite tem como objetivo analisar a atuação das bibliotecas públicas e comunitárias junto ao processo de formação do cidadão, em contraponto as experiências desenvolvidas pelas bibliotecas comunitárias em seus territórios por meio dos projetos/políticas sociocultural-educacional desenvolvidos por estes equipamentos. Este projeto se propõe analisar as bibliotecas como equipamentos públicos, a partir de uma abordagem de contexto cultural. Na metodologia, afirma-se que a pesquisa é quali-quantitativa. Para o seu desenvolvimento, a pesquisadora irá coletar dados de diferentes naturezas (secundários e primários). Os dados primários serão coletados por meio de entrevistas. As duas cidades a serem estudadas, de forma comparativa, é Jacareí e São José dos Campos, localizadas na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (SP). O projeto refere-se a uma pesquisa de mestrado.

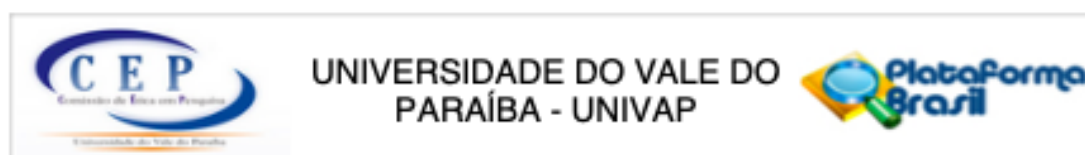
#### Objetivo da Pesquisa:

O objetivo da pesquisa proposta é analisar a atuação das bibliotecas públicas e comunitárias junto ao processo de formação do cidadão, em contraponto as experiências desenvolvidas pelas bibliotecas comunitárias em seus territórios por meio dos projetos/políticas sócio-cultural-educacional desenvolvidos por estes equipamentos.

Como objetivos específicos (ou secundários), o projeto pretende:

- Mapear as bibliotecas públicas e comunitárias nas cidades de São José dos Campos e Jacareí para

**Endereço:** Av. Shishima Hifumi, 2911 - Bloco 11 (IP&D), Sala 13  
**Bairro:** Urbanova **CEP:** 12.244-000  
**UF:** SP **Município:** SAO JOSE DOS CAMPOS  
**Telefone:** (12)3947-1111 **Fax:** (12)3947-1149 **E-mail:** cep@univap.br



Continuação do Parecer: 5.489.526

refletir sobre a sua localização no território, avaliando sua centralidade ou capilaridade;

- Analisar as políticas e/ou projetos fomentados pelas bibliotecas estudadas para avaliar o alcance sócio-educacional-cultural junto à comunidade envolvida;
- Acompanhar as experiências sociais desenvolvidas nas bibliotecas para levantar as temáticas e avaliar as dimensões de cultura abordadas e as territorialidades.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

O projeto apresenta como riscos: "Considerando que o "elemento" principal da entrevista são pessoas, um dos maiores riscos é causar desconfortos e constrangimentos que podem ocorrer pela perda de privacidade, dificuldades em abordar determinados temas e conflitos de interesse. Para que isso não aconteça, será garantido o sigilo e a confidencialidade das informações fornecidas pelos entrevistados. E, caso ele se sinta constrangido, o entrevistado poderá se retirar da pesquisa sem penalidades e prejuízos". Como benefícios, o projeto discorre que "Os entrevistados terão a oportunidade de contribuir para um trabalho científico que visa compreender fenômenos culturais e educacionais que acontecem na cidade no momento presente. A pesquisa permitirá que os habitantes da cidade tenham ciência de como a administração pública investe nesses equipamentos públicos, que podem auxiliar na qualidade de vida dos cidadãos, por meio de serviços que contribuem no desenvolvimento pessoal e profissional. Na escala do território, a pesquisa trará novos dados para a região de São José dos Campos e Jacareí no quesito em como está sendo o investimento público nos equipamentos culturais da cidade, em específico as bibliotecas e, na falta de bibliotecas públicas e serviços de qualidade como a população carente desses equipamentos têm criado alternativas para terem acesso à cultura e à informação, nessas cidades que são consideradas polo de tecnologia e desenvolvimento, mas que não presta assistência igualitária para a sua população".

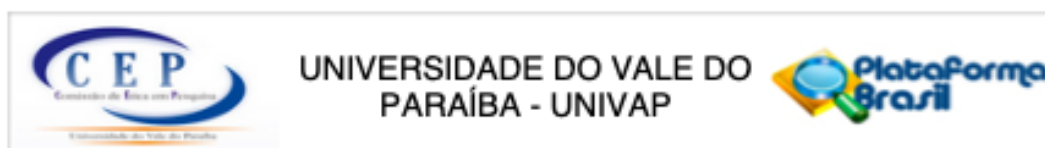
**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

A pesquisa permite analisar o território na perspectiva da instalação de um equipamento público (bibliotecas), comparando dois formatos de bibliotecas (públicas e comunitárias) e dois territórios distintos: o município de São José dos Campos e Jacareí. Neste processo, um dos principais dados a serem coletados, são as percepções de gestores e usuários dos equipamentos, que ocorrerá por meio de entrevistas, como menciona a pesquisadora.

Na primeira submissão, o projeto apresentava algumas inconsistências, que precisavam ser corrigidas, para que ficasse mais explícito o objetivo e a coleta de dados primários por meio de entrevistas, com gestores públicos e usuários.

Endereço: Av. Shishima Hifumi, 2911 - Bloco 11 (IP&D), Sala 13  
 Bairro: Urbanova CEP: 12.244-000  
 UF: SP Município: SAO JOSE DOS CAMPOS  
 Telefone: (12)3947-1111 Fax: (12)3947-1149 E-mail: cep@univap.br





Continuação do Parecer: 5.489.526

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Ver item 'Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações'. Foi apresentada carta resposta, com o detalhamento das correções efetivadas, assim como também foram realçados no texto todos os aspectos corrigidos.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Em parecer anterior, este CEP indicou pendências, as quais foram devidamente corrigidas:

1) É necessário ajustar os objetivos que são apresentados de forma diferente no resumo, na introdução e no TCLE. Apesar de serem próximos, analisar é diferente de mapear, repensar, entre outros verbos utilizados pela pesquisadora;

Resposta da pesquisadora: ajustado os objetivos apresentados no resumo, na introdução e no TCLE. O verbo utilizado é analisar.

Pendência atendida.

2) A brochura apresenta alguns elementos, que não foram preenchidos no formulário da plataforma. Assim, a pesquisadora não colocou: a hipótese, o desenho da pesquisa (que não é sinônimo de métodos), assim como a Metodologia de Análise de Dados, o Desfecho Primário e o Desfecho Secundário;

Resposta da pesquisadora: a pesquisadora acrescentou, no formulário online, a hipótese, o desenho da pesquisa, a Metodologia de Análise de Dados, o Desfecho Primário, o Desfecho Secundário, o critério de inclusão, e o critério de exclusão.

Pendência atendida.

3) Na metodologia do documento da plataforma, não há menção as entrevistas que serão realizadas, natureza etc.

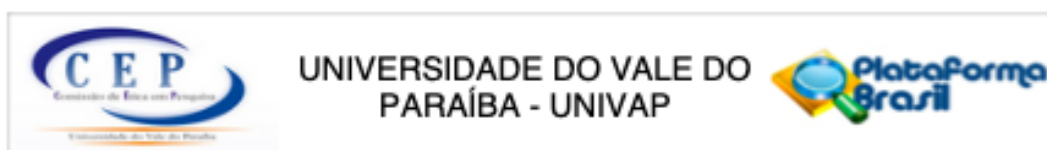
Resposta da pesquisadora: a pesquisadora acrescentou na metodologia a menção das entrevistas a serem realizadas.

Pendência atendida.

4) Haverá uso de fontes secundárias de dados (prontuários, dados demográficos etc.)? A pesquisadora respondeu não, mas me pergunto, então, como vai fazer a análise do território?

Atendido. Haverá o uso de fontes secundárias. Dados do IBGE e das prefeituras das cidades estudadas.

**Endereço:** Av. Shishima Hifumi, 2911 - Bloco 11 (IP&D), Sala 13  
**Bairro:** Urbanova **CEP:** 12.244-000  
**UF:** SP **Município:** SAO JOSE DOS CAMPOS  
**Telefone:** (12)3947-1111 **Fax:** (12)3947-1149 **E-mail:** cep@univap.br



Continuação do Parecer: 5.489.526

Pendência atendida.

5) Precisa explicar na metodologia como chegou ao número de 24 entrevistados e quem serão os entrevistados;

Resposta da pesquisadora: a pesquisadora explicou como chegou ao número e quem serão os entrevistados

Pendência atendida.

6) Ainda na metodologia, precisa explicar como será o procedimento de gravação das entrevistas.

Resposta da pesquisadora: a pesquisadora acrescentou na metodologia como será o procedimento de gravação, e ajustou no TCLE

Pendência atendida.

7) No item "Grupos em que serão divididos os participantes da pesquisa neste centro" precisa explicar as intervenções que serão realizadas com cada grupo de participantes;

Atendido. A pesquisadora explicou as intervenções no item "Grupos em que serão divididos os participantes da pesquisa neste centro"

Pendência atendida.

8) No cronograma de execução, precisa inserir quando vai realizar as entrevistas (está coleta de dados, mas é muito genérico porque outros dados serão coletados).

Resposta da pesquisadora: a pesquisadora inseriu quando irá realizar as entrevistas no Cronograma.

Pendência atendida.

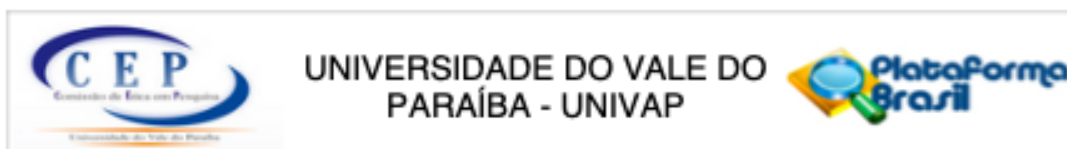
9) Ainda no cronograma, precisa melhorar a explicação, para esclarecer que o artigo que é pretendido ser submetido para eventos, não utilizará os resultados das entrevistas. Caso vá utilizar, alterar a data do artigo.

Resposta da pesquisadora: a pesquisadora esclareceu que para o artigo não utilizará resultados da pesquisa.

Pendência atendida.

10) O TCLE precisa ser paginado, como sugerido no site do CEP.

**Endereço:** Av. Shishima Hifumi, 2911 - Bloco 11 (IP&D), Sala 13  
**Bairro:** Urbanova **CEP:** 12.244-000  
**UF:** SP **Município:** SAO JOSE DOS CAMPOS  
**Telefone:** (12)3947-1111 **Fax:** (12)3947-1149 **E-mail:** cep@univap.br



Continuação do Parecer: 5.489.526

Resposta da pesquisadora: o TCLE foi paginado conforme sugerido no site do CEP.

Pendência atendida.

11) Precisa corrigir o objetivo da pesquisa no TCLE (para uniformizar, pois há diferentes objetivos ao longo do texto).

Resposta da pesquisadora: foi corrigido o objetivo no TCLE. A pesquisadora utilizou o verbo analisar.

Pendência atendida.

12) Ainda no TCLE, precisa retirar a informação de que será uma entrevista semiestruturada e apenas deixar entrevista.

Resposta da pesquisadora: a pesquisadora retirou a informação de entrevista semiestruturada e deixou apenas entrevista.

Pendência atendida.

13) Há outros aspectos de forma conceitual:

a) a pesquisadora fala em entrevista semiestruturada, quando, na realizada, irá realizar uma entrevista estruturada (veja a diferença entre elas); => A pesquisadora corrigiu a informação sobre utilizar entrevista semiestruturada;

b) falta a carta de anuência de SJCampos; => Anexado a carta de anuência da Prefeitura de SJCampos

c) Precisa melhorar a justificativa da escolha das cidades (isso não é definidor para provação do projeto, mas a justificativa da proximidade da residência não é razoável); => A pesquisadora melhorou a justificativa sobre a escolha das cidades;

d) é mencionado que mapeamento relaciona-se ao método quantitativo e isso não é verdade (é técnica de representação) =. A pesquisadora alterou o método utilizado para realizar o mapeamento.

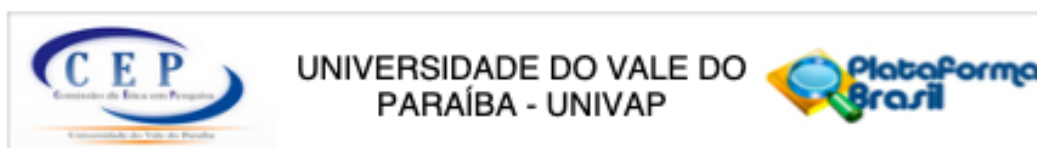
Pendência atendida.

14) No formulário online da Plataforma Brasil, definir critério de inclusão e critério de exclusão.

Resposta da pesquisadora: definido os critérios de inclusão e exclusão no formulário online da Plataforma Brasil.

Pendência atendida.

**Endereço:** Av. Shishima Hiiumi, 2911 - Bloco 11 (IP&D), Sala 13  
**Bairro:** Urbanova **CEP:** 12.244-000  
**UF:** SP **Município:** SAO JOSE DOS CAMPOS  
**Telefone:** (12)3947-1111 **Fax:** (12)3947-1149 **E-mail:** cep@univap.br



Continuação do Parecer: 5.489.526

15) Falta anexar a carta de anuência de SJCampos.

Resposta da pesquisadora: carta anexada.

Pendência atendida.

#### Considerações Finais a critério do CEP:

Segundo a Resolução 466/12 (item XI), cabe ao pesquisador "elaborar e apresentar os relatórios parciais e final", sendo esta uma responsabilidade "indelével e indeclinável e compreende os aspectos éticos e legais". A Resolução 510/16, no art. 28, V, reforça que cabe ao pesquisador "apresentar no relatório final que o projeto foi desenvolvido conforme delineado, justificando, quando ocorridas, a sua mudança ou interrupção." Segundo a carta circular n. 0226/CONEP/CNS, de 2010, o relatório final deve incluir (veja modelo no site do CEP-Univap):

- Dados do projeto: Registro CONEP e
- Título do Projeto e Dados dos participantes: total de participantes recrutados, incluídos, selecionados, excluídos, retirados/descontinuados, concluintes (em cada centro, se for o caso, e no total). Ocorrendo participantes retirados/descontinuados, indicar principais razões disto. Ocorrendo "eventos sérios", indicar as condutas adotadas. Se houve pedido de indenização por danos causados por este estudo, indicar qual o dano e conduta tomada.

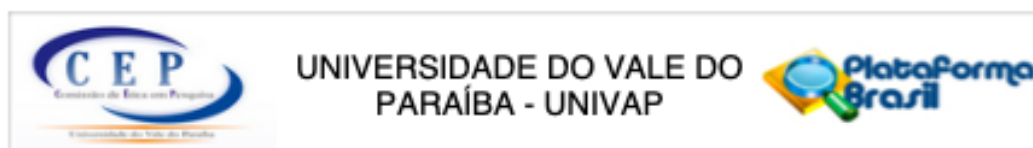
CEP-Univap - (12) 3947-1111

[www.univap.br/cep](http://www.univap.br/cep)

#### Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1918553.pdf	07/06/2022 18:35:34		Aceito
Outros	CARTA_RESPOSTA.pdf	07/06/2022 18:34:15	Cintia Fabiola Mota Alves	Aceito
TCLE / Termos de	TCLE_07_06.pdf	07/06/2022	Cintia Fabiola Mota	Aceito

Endereço: Av. Shishima Hifumi, 2911 - Bloco 11 (IP&D), Sala 13  
 Bairro: Urbanova CEP: 12.244-000  
 UF: SP Município: SAO JOSE DOS CAMPOS  
 Telefone: (12)3947-1111 Fax: (12)3947-1149 E-mail: [cep@univap.br](mailto:cep@univap.br)



Continuação do Parecer: 5.489.526

Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_07_06.pdf	18:33:34	Alves	Acelto
Cronograma	Cronograma_07_06.pdf	07/06/2022 18:33:23	Cintia Fabiola Mota Alves	Acelto
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Brochura_07_06.pdf	07/06/2022 18:33:11	Cintia Fabiola Mota Alves	Acelto
Outros	CartadeAnuenciaSJC.pdf	27/05/2022 14:40:18	Cintia Fabiola Mota Alves	Acelto
Outros	CartaAnuenciaJacarei.pdf	20/04/2022 14:06:42	Cintia Fabiola Mota Alves	Acelto
Outros	Instrumento_de_coleta.pdf	20/04/2022 09:59:52	Cintia Fabiola Mota Alves	Acelto
Folha de Rosto	folha.pdf	11/04/2022 14:14:28	Cintia Fabiola Mota Alves	Acelto

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

SAO JOSE DOS CAMPOS, 24 de Junho de 2022

---

**Assinado por:**  
**Mauricio Martins Alves**  
**(Coordenador(a))**

## APÊNDICE A - QUESTÕES PARA A ENTREVISTA

### Roteiro da entrevista semiestruturada

A entrevista semiestruturada será realizada com os responsáveis pelas bibliotecas (públicas e comunitárias) e com as pessoas que utilizam o espaço e os serviços prestados após aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNIVAP e os registros se darão por meio de gravação de áudio nas cidades de São José dos Campos e Jacareí, com amostragem a ser definida.

#### 1ª Abordagem: Entrevista Semiestruturada com profissional da biblioteca

Qual é o nome da Biblioteca? Ela é Pública ou comunitária?
No caso de biblioteca Pública: Quantas Bibliotecas Públicas tem disponíveis na cidade?
No caso de biblioteca comunitária: Qual a história da biblioteca? O porquê ela foi criada? Quando foi inaugurada?
Onde a Biblioteca está localizada? Zona urbana ou rural?
Quais os dias e horários de funcionamento da biblioteca?
Qual a sua formação?
Há quanto tempo trabalha na Biblioteca?
Qual a relação da biblioteca com o seu entorno?
Desenvolvem políticas/projetos sócio-educacional-cultural junto a comunidade? Quais?
As ações estão mais voltadas para os aspectos sociais, educacionais ou culturais? Ou procura diversificar para que possa atender a ambas?
Vocês mantêm ações articuladas com outras bibliotecas? Com que bibliotecas? Quais ações?
Como ocorre a efetivação dos projetos/políticas sociais, educativas e culturais desenvolvidas pela Biblioteca, pois sabe-se que podem ocorrer gastos dependente da atividade que se pretende realizar sendo assim existem verbas específicas?
Tem parceria com outras instituições?
Como divulgam as atividades desenvolvidas na biblioteca junto à comunidade?
Quais são as maiores dificuldades em desenvolver políticas/projetos?
Quais são os públicos alvos a serem atingidos pelo trabalho da biblioteca?

Quais os públicos que frequentam esta biblioteca?
No seu entender, qual a contribuição da biblioteca para o desenvolvimento das habilidades de seu público?
As ações desenvolvidas pela biblioteca suprem as necessidades da comunidade?
Após a implantação dos projetos/políticas foi possível perceber um fluxo maior de pessoas utilizando a biblioteca?
O que você considera necessário para que uma biblioteca tenha relevância na sociedade?
Com a pandemia da COVID-19, como a biblioteca desenvolveu suas atividades com a população?

**2ª Abordagem:** Entrevista Semiestruturada com pessoa que utiliza o espaço

Quando você começou a frequentar esta biblioteca? Frequentou outra biblioteca antes desta?
Qual tipo de biblioteca você utiliza, pública ou comunitária?
Você mora próximo a biblioteca?
Quantas vezes na semana você frequenta a biblioteca?
O que te faz vir à biblioteca? Estudo, lazer?
Quais serviços você procura quando vai à biblioteca?
Qual o seu espaço preferido na biblioteca?
Como você fica sabendo dos programas que a biblioteca tem?
O que mudou depois que você passou a frequentar e a utilizar os serviços da biblioteca?
Como você via a biblioteca antes e depois de conhecer esses projetos?
O que a biblioteca representa na sua vida?
Os projetos/políticas desenvolvidos pela biblioteca atende às suas necessidades?
O que você gostaria de ver na biblioteca (como seria uma biblioteca ideal)?
Você se lembra de algo que para você foi muito importante e que a biblioteca te ajudou?
Para você, qual o papel/importância da biblioteca para a cidade?